O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862–1927)



Quarta-feira 29 de MAIO de 2024 • R$ 7,00 • Ano 145 • Nº 47706
estadão.com.br



EVANDRO LEAL / ENQUADRAR

Rio Grande do Sul às voltas com inundações, lixo e, agora, ciclone

Um mês após o início das chuvas, o RS continua longe de voltar à normalidade. Enquanto equipes de limpeza recolhem lixo em Porto Alegre (*foto*), um ciclone se forma no sul do Estado. Diversas regiões estão em alerta de risco geológico e hidrológico. __A17

Medicina privada A13

Planos de saúde se comprometem a suspender cancelamentos

__ Medida vale enquanto regulação do setor é discutida na Câmara

Em acordo com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde) e a Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge) se comprometeram a suspender cancelamentos de contratos de convênios médicos das principais operadoras do País. Representantes de Amil, Unimed e Bradesco Saúde participaram da reunião. Como mostrou o **Estadão** na semana passada, as três companhias são alvo de investigações do MP do Estado de São Paulo por causa do alto número de beneficiários com autismo que tiveram contrato rescindido. O deputado Duarte Jr. (PSB-MA), relator da Lei dos Planos, disse que a suspensão dos cancelamentos vale para todos os beneficiários. Logo após o anúncio, porém, os termos do acordo ainda eram desencontrados.

"As partes discutirão alternativas em que sejam preservados os interesses dos usuários e a sustentabilidade das empresas"
Arthur Lira, pres. da Câmara

'Acordo não é lei', alerta especialista

Para Giselle Tapai, especialista em direito da saúde, o consumidor ainda não está totalmente protegido contra cancelamentos porque acordo não tem força de lei. __A13

Congresso __A6 e A15

Governo sofre derrotas em vetos a fake news e saidinha de presos

Legislativo barrou transformar em crime a disseminação de informação falsa em campanha eleitoral. E condenados só poderão deixar a prisão para fazer cursos.

314
votaram pelo fim da saidinha. Houve 126 votos pela manutenção e 2 abstenções.

Relatório do CNJ __A9

Poder Judiciário custou R$ 653,70 a cada brasileiro no ano passado

No total, despesas chegaram a R$ 132,8 bilhões, um aumento de 9% nos gastos em relação a 2022.

Dados do MEC __A16

56% das crianças de 7 anos no País são alfabetizadas; em SP, índice é de 52%

Novo resultado nacional das escolas públicas é só um ponto maior do que o de 2019, antes da pandemia (55%).

E&N Importações __B6

Câmara aprova texto que taxa 'comprinhas chinesas' em 20%

Após acordo, fim da isenção para compras de até US$ 50 feitas em sites estrangeiros foi aprovado. Texto vai ao Senado.

Paladar __C8

Tenha à mão o seu próprio moedor de café

Avaliação às cegas testou sete equipamentos portáteis, ideais para quem quer ingressar no universo da moagem caseira.



TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO

C2

Segurança pública __A14
Governo federal propõe regras para câmeras em uniformes

Em conversa com bispos __A15
Papa pede desculpas por fala preconceituosa contra gays

Salto com vara __A19
Thiago Braz é suspenso por doping e está fora da Olimpíada

Notas e Informações __A3

Vem aí a Arrozbrás

Governo vai importar o produto e vendê-lo com sua logomarca nos supermercados.

Educação errática em São Paulo

Vera Rosa __A7
As noites insones de Padilha e Haddad

Andrés Oppenheimer __A11
Cuba e Venezuela na eleição mexicana

Roberto DaMatta __C5
No Brasil, a política legitima descalabros

Edição de hoje
3 CADERNOS – 56 páginas

Caderno A. Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Saúde, Esportes, Para fechar...
E&N. Destacar Economia & Negócios
C2. Cultura & Comportamento, A fundo
JC. Jornal do Carro

Tempo em SP
11° Mín. 17° Máx.

ISSN - 1516-293-1
9 771516 293019

EDUARDO GAYER (INTERINO)
COM AUGUSTO TENÓRIO E WESLLEY GALZO
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO



Coluna do Estadão

Randolfe entra na mira do PT após Congresso derrubar veto de Lula à saidinha dos presos

Expoentes do PT decidiram centralizar no líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues, a culpa pela derrota com "D" maiúsculo imposta ontem ao Planalto. Em verdadeiro clima de desânimo, culpam o senador pela desarticulação que levou à derrubada, pelo Congresso, do veto do presidente Lula à saidinha dos presos. A manutenção do veto era descrita como "questão de honra" para o governo — que apostou alto ao usar essa retórica para pressionar deputados e senadores, mas viu a tática naufragar. Randolfe, porém, não pretende assumir todo o ônus. Em conversas reservadas após a sessão do Congresso, ele desabafou que até parlamentares do PT votaram para derrubar o veto, sem "colocar a cara a tapa" no apoio ao presidente em uma medida impopular.

OLHA AÍ. Na oposição, as críticas a Randolfe são públicas. "Um líder do governo que não tem nem partido. Você vai esperar o quê?", questionou o deputado federal Sóstenes Cavalcante (PL-RS).

ESPERA. Randolfe desfiliou-se da Rede Sustentabilidade há um ano e está sem partido desde então. Em dezembro do ano passado, anunciou que iria para o PT, mas até hoje não assinou a ficha de filiação. Ele está à espera de uma brecha na agenda de Lula para marcar sua volta ao partido com pompa e circunstância.

VACINA. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), convocou sessão para votar o projeto de lei que cria o Programa de Mobilidade Verde e Inovação antes mesmo de o texto ser apreciado na Câmara. Incomum, o movimento foi interpretado como um recado: se a medida provisória que criou o incentivo às montadoras caducasse por não ir a voto, a culpa não seria do Senado.

QUEM TEM BOCA... Para engrossar a articulação internacional pela taxação de super-ricos, o ministro **Fernando Haddad** (Fazenda) vai ao Vaticano em 5 de junho participar do fórum Enfrentar a Crise da Dívida no Sul Global, promovido pela Pontifícia Academia de Ciências, ligada à Santa Sé.

...VAI A ROMA. O governo tem a taxação dos super-ricos para financiar o combate à fome e às mudanças climáticas como uma bandeira, e quer levar a discussão a mais fóruns internacionais. O Planalto espera que o assunto entre também na pauta do G-7.

DISPUTA. O senador Cleitinho (REP) tem 40,8% das intenções de voto para o governo de Minas, mostra pesquisa AtlasIntel. Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD) marca 32,5%. O levantamento encomendado por empresários foi feito só em Belo Horizonte e considera um cenário em que Cleitinho teria apoio de Jair Bolsonaro e Pacheco, de Lula.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales



Fernando Haddad, ministro da Fazenda

DUELO. A disputa pela Prefeitura de São Paulo inaugurou um duelo entre "fiscais" de seguidores no Instagram. A pré-candidata Tabata Amaral (PSB) gravou vídeo ironizando o ganho repentino de seguidores do prefeito Ricardo Nunes (MDB). "Ele tem picos de seguidores completamente aleatórios. Estranho, hein?"

'REACT'. A vereadora Janaína Lima (PP), aliada de Nunes, encarregou-se da resposta: mostrou que Tabata também tem picos de ganhos de seguidores. "Mesmos argumentos que ela usou", disse a vereadora. O prefeito não pretende entrar nesse debate.

VODCAST 'DOIS PONTOS' | Hoje sobre o fim da Lava Jato e o que vem por aí

TABA BENEDICTO/ESTADÃO



Ligia Maura Costa
Advogada e professora da FGV

"Poderia o ministro Dias Toffoli julgar Marcelo Odebrecht? Se nós estamos falando de imparcialidade de juízo, no mínimo Toffoli deveria se julgar suspeito."

Luisa Moraes Ferreira
Prof. de Direito Penal da FGV

"A Lava Jato teve problemas de excessos, sim. Espero que os próximos capítulos sejam de uma operação apoiada na legalidade e no devido processo legal."

O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

NOTAS E INFORMAÇÕES

Vem aí a Arrozbrás



A título de baratear o arroz, o governo, tomado de saudade do controle artificial de preços nos anos 80, vai importar o produto e vendê-lo, com sua logomarca, diretamente nos supermercados

O Brasil vai importar 1 milhão de toneladas de arroz para vender o produto diretamente nos supermercados, a preços tabelados e subsidiados, em uma embalagem própria com a logomarca do governo federal. Poderia ser a principal notícia de um jornal publicado na década de 1980 – época em que se tentava conter a inflação desembestada por meio da mágica do controle de preços –, mas foi a manchete do **Estadão** na última terça-feira.

Essa incrível volta ao passado é mais uma realização do presidente Lula da Silva. O petista disse que ficou "nervoso" e "um pouco irritado" com o avanço dos preços do arroz nos supermercados e resolveu agir intempestivamente para evitar que as cheias no Rio Grande do Sul esvaziassem as prateleiras dos mercados. "Arroz e feijão é uma coisa que nós, brasileiros, não sabemos e não queremos abrir mão", disse Lula da Silva.

Como se sabe, o Rio Grande do Sul é o maior produtor de arroz e responde por 70% do abastecimento nacional, e havia o receio de que o caos que se instalou no Sul poderia afetar a safra e levar os preços do produto às alturas. Nada disso se materializou. A escassez de arroz nas gôndolas foi algo momentâneo, fruto do pânico de parte da população, das barreiras em estradas e das dificuldades para emissão de notas fiscais no auge das inundações. Todas as questões já foram sanadas, razão pela qual os preços já começaram a recuar.

Ademais, quase toda a safra gaúcha já havia sido colhida antes das chuvas, e a própria Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) já havia apontado que a produção deste ano iria superar a do ano passado em mais de 600 mil toneladas. Havia excedente, inclusive, para exportar o grão para outros mercados.

Mas o governo federal, movido por voluntarismo e interesses eleitoreiros, não poderia permanecer inerte. Nas últimas semanas, editou várias medidas provisórias para fazer da crise uma oportunidade de política. Destinou R$ 6,7 bilhões à Conab e autorizou a estatal, pela primeira vez em sua história, a fazer a operação completa – desde a importação de arroz até a venda do produto diretamente aos supermercados.

Com essa decisão tresloucada, o Executivo conseguiu o oposto do que queria. De imediato, os preços do arroz dispararam 30% por culpa do próprio governo, que elevou artificialmente a demanda do produto ao anunciar que faria leilões públicos para comprar o equivalente a 10% do consumo anual brasileiro.

Incapaz de reconhecer o nexo causal entre uma coisa e outra, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, acusou os países do Mercosul de especular com a tragédia, gerando um incidente internacional completamente dispensável com o Uruguai. Irrefreável, o governo anunciou a isenção do imposto de importação sobre o arroz produzido fora do bloco comercial até o fim deste ano, sem ao menos ter o cuidado de estabelecer uma cota.

As entidades do setor arrozeiro pediram ao Ministério da Agricultura que revisse suas decisões, mas o apelo não comoveu o governo, a despeito dos prováveis efeitos negativos para os produtores gaúchos.

Zerar a alíquota de importação e anunciar leilões públicos sem cota já seria suficiente para desestimular plantios futuros, mas tabelar o arroz em R$ 4 por quilo, valor inferior ao preço médio do produto, vai derrubar a rentabilidade dos produtores gaúchos, sobretudo os pequenos e médios.

Entre as várias medidas que o Executivo poderia adotar para ajudar a economia gaúcha a se recuperar, o governo parece ter escolhido as piores. Não parece ser algo acidental.

O Executivo já tinha manifestado a intenção, em meados do ano passado, de intervir nos preços de alimentos por meio da retomada da política de estoques reguladores pela Conab, como destacou o economista-chefe da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), Antonio da Luz, em entrevista à Globonews. Como ele mesmo disse, é até cruel utilizar a tragédia gaúcha como pretexto para fazer o que já se pretendia.

Não faltará arroz no mercado, garantem os produtores gaúchos, mas falta muito pudor ao governo federal. Agora, para completar o *revival* dos anos 80, só falta mesmo convocar a população a denunciar os estabelecimentos que praticarem preços mais altos. ●

Educação errática em São Paulo

Avaliação das escolas estaduais mostra piora da educação paulista em 2023 e inspira dúvidas sobre a natureza e a eficácia das mudanças que o governo tem feito pela aprendizagem

O **Estadão** mostrou esta semana que o Estado mais rico do Brasil, onde estão as melhores universidades do País e alguns dos mais renomados especialistas em educação, tem falhado gravemente na formação de seus estudantes. Os resultados da avaliação da rede estadual de São Paulo, o Saresp, demonstram que o desempenho piorou no primeiro ano da gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) na educação básica: a média dos alunos em 2023, nos anos finais do ensino fundamental (do 6.º ao 9.º ano), caiu dez pontos em Português e três pontos em Matemática, se comparados a 2022. Também aumentou o número de alunos nos níveis básico e abaixo do básico, considerados insuficientes, enquanto a maioria dos estudantes no 9.º ano não consegue nem localizar os argumentos de um artigo de opinião nem resolver equações de 2.º grau, competências apontadas como adequadas para a série.

Ainda não é possível saber se os números desabonadores de São Paulo seguem uma tendência nacional, se são um (mau) resultado isolado ou qual o patamar relativo em relação ao restante do País. Afinal, a avaliação nacional da educação básica de 2023 ainda não foi divulgada pelo Ministério da Educação. À essa altura, no entanto, isso importa menos. É mais grave saber que, passado o vendaval da pandemia de covid-19 (quando o Brasil foi o País que mais tempo deixou as escolas fechadas, causando prejuízos incalculáveis para a aprendizagem de crianças e jovens), São Paulo não apenas não conseguiu voltar aos padrões pré-pandemia, como viu seus números se agravarem: por aqui, os resultados voltaram a patamares de dez anos atrás e ainda são piores do que os registrados imediatamente após a pandemia.

Como afirmaram especialistas insuspeitas ouvidas pela repórter Renata Cafardo, mesmo que outros Estados tenham piorado, São Paulo tinha a obrigação de exibir melhores números – ainda que, como conforme destacou o governo estadual, tenha havido melhora nos anos iniciais do fundamental, uma responsabilidade dos municípios. A inquietação, contudo, vai além dos números. Desde o início do atual mandato, a gestão educacional de São Paulo tem colecionado polêmicas questionáveis. Propostas singulares, de eficácia incerta e típicas de quem deseja selar uma marca própria, somam-se a simples estultices. Exemplo disso foi o empenho do secretário estadual de Educação, Renato Feder, de abolir os livros didáticos tradicionais. Comparando a sala de aula a "uma grande TV" – expressão que usou em entrevista ao **Estadão**, em agosto do ano passado –, Feder pregou a sua substituição por slides em PowerPoint, convertidos numa espécie de apostila online para que os alunos se saiam bem nas provas.

Outra "marca" da gestão até aqui foi a ideia, já transformada em lei sancionada pelo governador, de instituir as escolas cívico-militares na rede estadual. Pelo projeto, os municípios ficam autorizados a adotar o modelo em suas próprias redes, além de permitir que policiais militares da reserva possam desenvolver "atividades extracurriculares" nas escolas. Trata-se de um agrado evidente ao ex-presidente Jair Bolsonaro e ao bolsonarismo, convictos que são de que a condução pedagógica militar é a mais conveniente para os jovens brasileiros. Para esses saudosos da ditadura, as escolas públicas de hoje são antros de indisciplina e incubadoras de esquerdistas, e só a rigidez militar seria capaz de pôr ordem nessa balbúrdia e instilar valores como respeito à hierarquia e à disciplina.

Em contrapartida, pouco ou nada se viu sobre outras prioridades que reconhecidamente têm efeito positivo sobre a aprendizagem, como o aumento das escolas em tempo integral, o foco na recuperação da aprendizagem abalada pela pandemia e o diálogo com professores e coordenadores das escolas públicas. Em nota, o governo estadual garante que tem realizado "mudanças importantes para melhorar o processo de aprendizagem". Não há razão para duvidar. O problema a discutir agora é a natureza e a eficácia de tais mudanças, porque, segundo os números apresentados, a qualidade tem sido obliterada por uma estratégia que decididamente não está dando certo. ●

ESPAÇO ABERTO

O país do faz de conta

Almir Pazzianotto Pinto

O **Estadão** cumpre a missão que se espera de jornal engajado no debate dos graves problemas sociais. O editorial *A tragédia das crianças pobres* (17/4, A3) recoloca em discussão o drama da infância carente ou abandonada. Deixou de apontar, porém, que não se trata de fenômeno recente. Arrasta-se há mais de 50 anos, como fruto da combinação de vários fatores, entre os quais a urbanização, o crescimento da população, a desagregação familiar.

O livro *Geografia da Fome*, de Josué de Castro, teve a primeira edição publicada em 1960. Lançou, secundando *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, um contundente libelo contra a miséria. Custou ao autor a cassação dos direitos políticos e o exílio na França, em 1964.

Em 1975, por iniciativa do deputado Nelson Marchezan, a Câmara dos Deputados aprovou a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar o problema da criança e do menor carentes do Brasil. O relatório, publicado em 10/6/1976, é encontrado na internet. Revela a existência, entre 108 milhões de habitantes, dos quais 55,82% vivendo nas cidades, de 13,5 milhões de menores carentes e de 1,9 milhão de abandonados.

Em artigo publicado no livro *A Velha Questão Sindical e Outros Temas* (LTr Editora, São Paulo, 1995), registrei, a propósito da CPI, que "o relatório final nos cobriu de vergonha diante dos povos civilizados". Escrevi, também, que para enfrentar o gravíssimo problema o Brasil, mais uma vez, recorria ao método faz de conta: "Faz de conta que as elites tomaram conhecimento do assunto; faz de conta que providências urgentes passam a ser adotadas; faz de conta que há uma fundação nacional incumbida dos menores; faz de conta que fundações estaduais se ocupam do mesmo problema; faz de conta que basta a aprovação de uma lei para que carentes e abandonados tenham educação e abrigo; faz de conta que o fracasso das medidas é devido à velha legislação; faz de conta que nova lei corrigirá as deficiências atribuídas à antiga; faz de conta que se cria um ministério do menor, e assim por diante (...)".

Encontrar recursos financeiros e humanos destinados a tentar resolver o problema angustiante e visível dos menores carentes e abandonados é o desafio inadiável

Sensível ao tema, a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) determinou a proteção do Estado à família, à criança, ao adolescente, ao jovem e ao idoso (artigos 226-230). Dispenso-me da reprodução dos dispositivos da Lei Fundamental. Registro, porém, o texto do artigo 227, para o qual é dever da família "assegurar à criança, ao adolescente, ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-lo a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n.º 8.069, de 1990, contém 267 artigos e respectivos parágrafos. Regulamentou os dispositivos constitucionais. Foi, à época, saudado como esperança para os desafios representados pelos menores carentes e abandonados. Os resultados, todavia, confirmam a imagem do país do faz de conta.

O editorial do **Estadão** mencionado no início deste artigo contém informações desalentadoras. Apoiado em estatísticas do IBGE, revela que, "segundo dados de 2022, quase metade das crianças brasileiras vive em situação da pobreza. São 49,9% das crianças de 0 a 5 anos e 48,5% das crianças de 6 a 14 anos enquadradas na linha de pobreza definida internacionalmente, isto é, US$ 2,15 por dia". São aproximadamente 41,1 milhões, dos quais mais da metade vive com fome, não apenas de alimentos, mas, também, de carinho, de saúde, de educação, de esperanças positivas de vida.

No coração da cidade de São Paulo temos imagens dolorosas das condições de abandono de meninas e meninos. Podem ser vistos sós ou em grupos nas ruas e nas entradas de restaurantes de luxo, vendendo balas, pedindo ajuda em dinheiro, mendigando um pouco de comida.

A Constituição Cidadã, como a denominou o dr. Ulysses Guimarães, em outubro completará 36 anos de vigência. Não foi escrita por juristas. No plenário, prevaleceram os retóricos, empenhados em contaminá-la com fortes doses de utopias. Sucessivos governos ignoraram as advertências contidas no relatório da CPI dos carentes e abandonados de 1975. Não será demasiado transcrever o que diz o documento, ao tratar da desagregação familiar: "A causa mais próxima a condicionar a marginalização do menor é, sem dúvida alguma, a desagregação familiar, em decorrência da pobreza e da rápida mudança de valores".

Encontrar recursos financeiros e humanos destinados a tentar resolver o problema angustiante e visível dos menores carentes e abandonados é o desafio inadiável da União, dos Estados, dos municípios. Os dados estão disponíveis para quem se interessar em consultá-los. Desde a redemocratização, pelo menos uma geração foi perdida. Os resultados são visíveis a olhos nus. Não há como ignorá-los. ●

ADVOGADO, FOI MINISTRO DO TRABALHO E PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (TST)

FÓRUM DOS LEITORES

'Arroz do Lula'

Populismo

Não há desabastecimento de arroz no País, porque a safra gaúcha já havia sido 85% colhida antes da tragédia das chuvas. Há uma previsão de que as estradas estarão liberadas em 20 dias, resolvendo o problema de logística. Mas o governo federal decidiu importar arroz, e vai vendê-lo no varejo com o carimbo de "arroz adquirido pelo governo federal", mas poderia ser "arroz do Lula". Os empresários do setor falam que essa atitude é intervencionista. E é mesmo. Intervencionista e populista. O governo quer fazer da tragédia o seu cabo eleitoral para as eleições de 2024 e 2026. De governo Lula da Silva para governo Lula do Sul. Até já colocou seu candidato ao governo gaúcho, Paulo Pimenta, em posto de xerife federal da crise, um preposto de Lula. O governo vai gastar R$ 7,2 bilhões com a medida e é impressionante observar como aparece dinheiro às pencas quando o objetivo é fazer o que o governo sabe fazer de melhor: subir no palanque.

Luiz Gonzaga Tressoldi Saraiva
Salvador

Propaganda

Enquanto o País busca ajudar o Rio Grande do Sul para se recuperar da tragédia, o governo Lula se aproveita da desgraça para vender arroz com preço subsidiado e fazendo propaganda no rótulo, prejudicando, ademais, o agricultor daquele Estado. Deveríamos boicotar este arroz como forma de apoio ao rizicultor do RS.

Martinho Isnard R. de Almeida
São Paulo

A tragédia no RS

Empreiteiras

Como afirmou Machado de Assis, "o modo de compensar uma janela fechada é abrir outra, a fim de que a moral possa arejar continuamente a consciência". Neste ambiente de reflexão, a pergunta que me finca na mente é onde estão as grandes construtoras de obras públicas deste país, diante de atitudes solidárias na tragédia que assola o RS. Grandes empresas nascidas em solo brasileiro e com operações transnacionais, que silenciam em meio à misericórdia com o povo rio-grandense, para quem sua ajuda à reconstrução do Estado pode ser vital. Ajuda como teria sido necessária por ocasião de Brumadinho e Mariana. É momento de essas empreiteiras se reavaliarem perante os olhos da plateia carente e desesperada. Atenderem a população submersa, na procura de seus Golias, em busca da cicatrização da ferida. Faltam mais do que doações pessoais. Falta socorro a quem não tem mais casa para morar nem meios para se locomover. Discurso não cria teto, não mata a fome, não atende o enfermo que nem sequer pode sair de onde está no mais das vezes por falta de ruas e estradas. Know-how e capacitação técnica essas construtoras têm. E vontade cívica?

Celso Alves Feitosa
São Paulo

Crise climática

Drama mundial

A catástrofe do Rio Grande do Sul certamente é devida, em grande parte, à nossa (como sempre) política que não considera os interesses massivos do povo, em ordem a revelar culpa ou dolo de nossos governantes. Todavia, ela não pode deixar de ser considerada um capítulo do drama mundial, resultado dos mesmos vícios, em escala ampla, posto que a crise climática não tem fronteiras e se espraia por mais de um ponto do orbe, como se verifica em desastres semelhantes e concomitantes em outros países. Tudo resulta da retórica que supera a prática, dos programas descumpridos para erradicar, na medida de todo o possível, o aquecimento global, que lembra um lobo da floresta atacando e atemorizando camponeses incapazes de defender-se.

Amadeu R. Garrido de Paula
São Paulo

Verão no Hemisfério Norte

Este verão no Hemisfério Norte promete ser o *armagedon*. Preocupa a situação de metrópoles costeiras, como Lagos, na Nigéria. Casos como o do RS, onde metade do Estado está debaixo d'água, tendem a se agravar. Estamos alertando sobre isso há uns 40 anos e repetindo o alerta ano após ano – assim como a respeito de novas pandemias.

Júlio Zavack
São José dos Campos

Epidemia de dengue

Boas-vindas ao frio

No Brasil, em geral, as coisas não são levadas muito a sério. Espero que nossos mosquitos não saibam disso e respeitem a chegada do frio e do inverno. Disso depende a tão esperada salvação contra a progressão geométrica da dengue. Até o calor voltar, espero que já tenhamos mais vacinas e um plano efetivo e coerente de combate ao avanço da doença.

Jorge A. Nurkin
São Paulo

ESPAÇO ABERTO

Populismo econômico

Luiz Felipe D'Ávila

O populismo econômico vem condenando o Brasil ao baixo crescimento econômico e à perpetuação de um Estado caro e ineficiente que sufoca o setor produtivo e presta serviço público de péssima qualidade. O populismo econômico é regido pela tríade do subdesenvolvimento: a crença no nacional-estatismo, a irresponsabilidade fiscal e o conluio do Estado com as corporações públicas e privadas.

A primeira reside na convicção de que o livre mercado é um mal necessário que precisa ser tutelado pelo Estado. Na lógica do populismo econômico, o intervencionismo estatal é vital para promover o crescimento e proteger "setores estratégicos" da competição "predatória" do mercado. Governos petistas tentaram ressuscitar a indústria naval (Sete Brasil) e conceder vantagens para setores que cortejam o governo (Inovar-Auto) e crédito vultoso de investimento público subsidiado, como o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que deu um prejuízo de R$ 300 bilhões ao Tesouro Nacional. A megalomania estatal chegou ao ápice com a presidente Dilma Rousseff, que reduziu a conta de luz numa canetada, quebrando a Eletrobras e afugentando o investimento privado do setor elétrico. O presidente Lula da Silva flerta com os delírios da era Dilma.

A segunda é a irresponsabilidade fiscal. A combinação de baixo crescimento e gasto ineficiente do Estado está estampada no endividamento recorde do Brasil em relação ao PIB entre os países emergentes, e na drenagem de um terço do PIB em impostos para financiar o setor improdutivo e custear mais de R$ 500 bilhões por ano em subsídios para manter a economia fechada e as empresas nacionais protegidas da concorrência global. A irresponsabilidade fiscal compromete o crescimento do investimento e a qualidade do serviço público, como atestam os números vergonhosos do saneamento básico (90 milhões de brasileiros sem esgoto tratado), segurança (10% dos homicídios do mundo) e educação (mais da metade das crianças não estão devidamente alfabetizadas).

O terceiro braço do tripé do populismo econômico é o conluio entre o Estado e o corporativismo. Enquanto o corporativismo privado se delicia com reserva de mercado, subsídios governamentais e regimes fiscais especiais, o corporativismo público se deleita com o sequestro de 13% do PIB para sustentar as regalias da máquina pública, como supersalários, aposentadoria especial, mordomias e benefícios previdenciários incompatíveis com o PIB e a renda de um país emergente. No Brasil dos privilégios, o conceito democrático de que a lei tem de ser igual para todos inexiste. Cada corporação almeja um feudo de privilégio. O nosso sistema tributário retrata a república de privilégios. A complexidade de regras tributárias e a insegurança jurídica transformaram o País no campeão mundial da insegurança jurídica. A judicialização tributária no Brasil representa 75% do PIB contra 0,28% dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

> ***O corporativismo já se mobilizou para sabotar a reforma tributária. Resta saber como o Congresso agirá***

A pressão do corporativismo aniquilou a chance de seguirmos o exemplo dos melhores países do mundo que adotaram o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e criaram uma alíquota única. Seguimos o modelo europeu de alíquotas diferenciadas para acomodar as demandas do corporativismo público e privado. O IVA tem como objetivo a simplificação das regras, o fim de impostos cumulativos, a isenção de tributos sobre investimento e a desoneração da exportação. Mas o IVA brasileiro já desvirtuou parte desses princípios, como mostra o projeto de regulamentação do governo para criar regras diferenciadas e distorções nefastas.

Se depender da sanha arrecadatória do governo e da pressão dos *lobbies* do corporativismo, o Brasil terá o IVA mais alto do mundo. Ademais, será o IVA mais complexo do planeta, como retrata o projeto de quase 400 páginas do governo para justificar os regimes especiais de tributação tanto do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) como da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo (IS), que ameaça taxar até produtos de exportação, como minério de ferro e petróleo. Mas o destino da reforma tributária está nas mãos do Congresso. Cabe ao Parlamento resistir à pressão do corporativismo e defender os interesses do País.

Antes de começar a discussão da regulamentação da reforma, o Congresso deveria determinar um teto de 20% do valor máximo do IVA, o que já colocaria o País entre os IVAs mais altos da América Latina. Mas esse teto ajudaria a frear a pressão do corporativismo por "regras especiais", obrigaria o governo e o Congresso a reverem subsídios e privilégios (como supersalários, benefícios e aposentadorias especiais para a elite do funcionalismo público) e permitiria ao Brasil ter uma alíquota de IVA compatível com os demais países emergentes.

O corporativismo já se mobilizou para sabotar a reforma tributária. Resta saber se o Congresso agirá como a casa que defende o interesse do povo ou como bordel do *lobby* das corporações e do populismo econômico. ●

CIENTISTA POLÍTICO, AUTOR DO LIVRO '10 MANDAMENTOS – DO PAÍS QUE SOMOS PARA O BRASIL QUE QUEREMOS', FOI CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

TEMA DO DIA

NARSIL - STOCK.ADOBE.COM



Enchentes no RS

Governo venderá arroz com rótulo próprio e preço tabelado; produtores reprovam

O governo Lula decidiu importar 1 milhão de toneladas do grão para vender diretamente em supermercados e redes de atacado de alimentos do País. Empresários veem intervenção no mercado pelo governo federal. ●

21.852 interações

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Não seria mais fácil o governo isentar os produtores de impostos neste período, a fim de evitar aumento nos preços?"
FLÁVIA SAMPAIO

● "Quando pegam dinheiro subsidiado para a agricultura não há questionamento."
CLEITON LANES

● "Os empresários queriam lucrar em cima da tragédia. O governo acertou demais aí!"
AMÉRICO BENTO

● "É sonho do Lula transformar o Brasil em uma Cuba, onde pode controlar a comida."
LENA RODRIGUES

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
https://bit.ly/LDBEstadao

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

TATYANA_K/ADOBE STOCK



Saúde



Sensação de solidão atinge pais e mães, diz estudo. ●
https://l1nq.com/Zg8DZ

Viagem



Nove regras essenciais para arrumar a mala de bordo. ●
https://encr.pw/jVYdC

Newsletter



Receba conteúdos do 'New York Times' no e-mail. ●
https://bit.ly/3K6DaB3

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 7,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 7,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo).**BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 10,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 11,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo).● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Poderes

Congresso derrota Planalto ao derrubar vetos de Lula e manter os de Bolsonaro

Governo sofre reveses nos casos da criminalização de disseminação de fake news em campanha eleitoral e no uso de verba pública para ações contra a 'família tradicional'

BRASÍLIA

O Congresso impôs ontem derrotas significativas ao governo federal em sessão conjunta da Câmara e do Senado que derrubou vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, por outro lado, manteve todos os vetos do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ao projeto de lei que substituiu a Lei de Segurança Nacional (LSN), aprovado em 2021. Neste caso, o Legislativo barrou tornar crime a disseminação de informação falsa em campanha eleitoral. Entre os reveses sofridos pelo Planalto – por larga margem de votos – estão a derrubada dos vetos presidenciais à "saidinha" de presos do regime semiaberto e a trechos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano que proíbem o uso de recursos públicos para ações contra a "família tradicional".

O governo conseguiu um triunfo ao fechar um acordo com os deputados e senadores após acelerar a liberação dos recursos de emendas. Com isso, o Congresso manteve o veto do petista ao calendário fixo para pagamento de emendas impositivas que havia sido aprovado na LDO.

CAMPANHA. Mas a sessão de ontem foi aberta com uma demonstração de força de Bolsonaro e líderes da oposição no atual Parlamento. Os vetos do ex-presidente foram mantidos com um placar de 317 votos a favor, 139 contra e quatro abstenções. O resultado refletiu uma campanha do próprio Bolsonaro e oposicionistas no Congresso. Seguindo uma linha similar à investida contra o projeto de lei das fake news, deputados e senadores até batizaram a iniciativa de "vetos da liberdade". Pouco antes da divulgação do resultado, bolsonaristas gritaram: "Lula ladrão, seu lugar é na prisão".

"Não podemos criar um mecanismo para colocar censura. Vivemos num momento em que se pratica censura com extensão maior. Não apenas em relação ao conteúdo, mas censura prévia", afirmou o senador Marcos Rogério (PL-RO).

O veto de Bolsonaro mantido ontem barra oito dispositivos do texto aprovado pelo Legislativo. Essas passagens criminalizam a comunicação enganosa em massa, o atentado ao direito de manifestação e a previsão de punição mais rigorosa a militares.

WILTON JÚNIOR/ESTADÃO



Em sessão conjunta, deputados e senadores analisaram vetos de presidente e ex-presidente a projetos

"Não podemos criar um mecanismo para colocar censura. Vivemos num momento em que se pratica censura com extensão maior. Não apenas em relação ao conteúdo, mas censura prévia"

Marcos Rogério (PL-RO)
Senador, após a manutenção do veto de Bolsonaro que barrou a criminalização de fake news

"Padilha entendeu que o cronograma de execução orçamentária era uma garantia da vitória dos pleitos da autonomia conquistada pelo Parlamento e contrapôs com uma proposta de conciliação"

Danilo Forte (União Brasil-CE)
Deputado e relator da LDO, após a manutenção do veto de Lula ao calendário de emendas

No projeto de lei que substituiu a LSN os congressistas acrescentaram artigos ao Código Penal que definem crimes contra o estado democrático de direito. Bolsonaro vetou trechos da proposta, como um artigo que criminaliza a promoção ou o financiamento de fake news no processo eleitoral. A pena estabelecida era de um a cinco anos de prisão e multa.

Na justificativa do veto, Bolsonaro afirmou que "a redação genérica tem o efeito de afastar o eleitor do debate político, o que reduziria a sua capacidade de definir as suas escolhas eleitorais, inibindo o debate de ideias, limitando a concorrência de opiniões, indo de encontro ao contexto do estado democrático de direito, o que enfraqueceria o processo democrático e, em última análise, a própria atuação parlamentar".

O ex-presidente também vetou outro trecho, em que um partido pode acionar a Justiça Eleitoral caso o Ministério Público não se manifeste sobre a disseminação de desinformação nas eleições.

Há ainda uma série de agravantes no caso de atentado do direito de manifestação. São os casos de crime cometido por funcionário público, que perderia o cargo e teria a pena aumentada em um terço, no caso do uso de arma, que também aumentaria a pena em um terço. Caso os crimes contra o estado democrático de direito fossem cometidos por militar, a pena seria aumentada e o militar perderia a patente ou função pública exercida.

PAUTA DE COSTUMES. A derrota mais rumorosa para o Planalto ocorreu no projeto das "saidinhas" (*mais informações na página A15*). Como mostrou o **Estadão**, o governo havia escalado uma força-tarefa com ministros e líderes para tentar convencer deputados e senadores a manter o veto presidencial.

Acordo
Em vitória esperada, governo conseguiu evitar calendário impositivo para pagamento de emendas

Um dos mais atuantes foi o chefe da pasta da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski. Ele procurou, em reiteradas oportunidades, integrantes da bancada evangélica para reforçar sua posição.

Após mobilização de bolsonaristas e da Frente Parlamentar Evangélica, o Congresso também derrubou ontem um veto de Lula a trechos da LDO de 2024 que levaram a disputa ideológica da chamada pauta de costumes para dentro do Orçamento da União.

Os deputados e senadores retomaram, dessa forma, a proibição do uso de recursos públicos para ações contra a "família tradicional" – cirurgias de mudanças de sexo em crianças e adolescentes, realização de aborto em casos não autorizados por lei e invasão de propriedades rurais privadas. Foram 339 votos a 107 pela derrubada do veto na Câmara, com uma abstenção. No Senado, o placar foi de 47 a 23.

Essas proibições foram aprovadas na votação da LDO em dezembro, por meio de um destaque (tentativa de mudança no texto-base) apresentado pelo líder do PL na Câmara, Altineu Côrtes (RJ), correligionário de Bolsonaro.

O governo obteve uma vitória esperada. Por 244 votos a favor na Câmara e 177 contra, o veto ao calendário fixo para o pagamento de emendas impositivas foi mantido. Com o aval dos deputados para manter a decisão do petista, o texto nem precisou ser analisado no Senado.

O Planalto conseguiu fazer um acordo com os deputados e senadores após acelerar a liberação dos recursos de emendas, que são cruciais para os parlamentares irrigarem suas bases eleitorais em ano de disputas por prefeituras e vagas em Câmaras Municipais.

Se o veto fosse derrubado, o Orçamento da União se tornaria ainda mais engessado. Nos últimos anos, o Congresso avançou no controle das verbas orçamentárias, principalmente com a obrigatoriedade de pagamento das emendas individuais e de bancada estadual. No entanto, apesar de ser obrigado a liberar os recursos, o Executivo ainda controla o ritmo das liberações e pode usar essa prerrogativa para negociar o apoio de deputados e senadores a projetos de seu interesse. O calendário da LDO eliminaria esse trunfo do governo.

Como mostrou o *Estadão/Broadcast*, o Executivo prometeu pagar o máximo possível de emendas impositivas até o dia 30 de junho para que os deputados e senadores mantivessem o veto ao calendário. ● LEVY TELES, IANDER PORCELLA E VICTOR OHANA

CAI VETO E PRESOS FICAM IMPEDIDOS DE SAIR PARA VISITAR A FAMÍLIA. PÁG. A15

INÊS 249



Vera Rosa *E-mail:* vera.rosa@estadao.com ; *Twitter:* @VeraRosa61

As noites insones de Padilha e Haddad

A polarização que domina o cenário político fez uma curva na Praça dos Três Poderes e desembarcou no Palácio do Planalto. Na noite de ontem, após o Congresso derrubar o veto do presidente Lula ao projeto que restringe a "saidinha" de presos, a derrota da articulação do governo ficou evidente.

Dias antes, ao olhar atentamente para o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, Lula havia estranhado as madeixas do auxiliar. "Padilha, você pintou o cabelo?", perguntou Lula. "Só se for de branco, presidente", respondeu ele.

Depois do revés de ontem, os cabelos de Padilha devem ter ficado ainda mais grisalhos. Desde novembro do ano passado, o ministro não troca palavra com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O resultado não tardou. O governo não tem maioria no Congresso e, a cada votação, vira refém do fisiologismo e/ou da pauta de costumes.

Na tentativa de descontrair o ambiente sempre tenso, a equipe de Padilha fez uma enquete enquanto as negociações com o Congresso ainda rolavam. No último dia 15, ao entrar na reunião do "Maracanã", o ministro presenciou uma votação em tempo real. A pergunta era: "Quem está gostando desse novo cabelo sem corte do Padilha?"

Na temporada de Fla-Flu político, a divisão ficou escancarada no "Maracanã". Por uma margem mínima de votos, no entanto, o layout de fios mais compridos e desalinhados foi reprovado. "Até aqui tem polarização, meu Deus do céu?", perguntou o ministro aos assessores.

> ***'Maracanã' e 'Vila Belmiro' batizam reuniões da articulação política, mas governo precisa ter mais jogo***

"Maracanã", no caso, não é o estádio de futebol do Rio, mas, sim, o nome dado à reunião de todos os funcionários e secretários com Padilha, às segundas, terças e quartas-feiras, para a distribuição de tarefas.

Às quintas é a vez do encontro com o time da "Vila Belmiro". O colóquio foi batizado com o nome do estádio do Santos por abrigar menos gente. Ali a discussão é sobre o jogo da política, mas o governo está levando bola nas costas.

Padilha não consegue esconder nem as olheiras, que ganhou por passar noites em reuniões com deputados e senadores. Mas nem assim fez acordo com Lira, líder do Centrão.

Fernando Haddad, por sua vez, também admitiu que tem perdido o sono. "Desde o episódio do Rio Grande do Sul, eu durmo menos", contou o ministro da Fazenda, no dia 22, à Comissão de Finanças da Câmara.

As brigas com o PT e com o Banco Central não abalam Haddad, mas a tragédia e suas consequências, sim. Para socorrer o governo, o titular da Fazenda entrou com tudo na polarização e, após ser cobrado por Lula a ler menos e negociar mais, vestiu o figurino de Flávio Dino, hoje ministro do STF. Durma-se com um barulho desses... ●

REPÓRTER ESPECIAL

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza ● **QUA.** Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● **QUI.** William Waack ● **SEX.** Eliane Cantanhêde ● **SÁB.** Carlos Andreazza ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Improbidade

Ex-tesoureiro de Márcio França é alvo de ação

Tesoureiro da campanha de Márcio França (PSB) à Prefeitura de São Paulo, em 2020, Jânio Benith é alvo de ação de improbidade por suspeita de ter sido funcionário fantasma na Desenvolve SP, agência de fomento do governo estadual.

Entre novembro e dezembro de 2018, Benith ficou registrado como superintendente da agência, mas, segundo a ação, nunca trabalhou. A Desenvolve SP desembolsou R$ 83 mil com o contrato dele. Na época, França era governador. A agência deu entrada na ação em dezembro de 2023, e pede a devolução da verba gasta com a contratação. O juiz Josué Pimentel, da 8.ª Vara de Fazenda Pública, pediu parecer do Ministério Público de São Paulo.

O advogado Luiz Guilherme Jacob disse que Benith é vítima de perseguição política. França, hoje ministro, não quis comentar. ● **RAYSSA MOTTA E FAUSTO MACEDO**

INÊS 249

Eleições 2024

Marçal e Datena na disputa enfraquecem Nunes e Tabata

Pesquisa realizada pela AtlasIntel/CNN Brasil inclui os nomes do coach e do jornalista; Boulos lidera

ZECA FERREIRA

O deputado Guilherme Boulos (PSOL) lidera a corrida pela Prefeitura de São Paulo com 37,2% das intenções de voto, enquanto o prefeito Ricardo Nunes (MDB) tem 20,5%, de acordo com pesquisa AtlasIntel/CNN Brasil divulgada ontem. O levantamento apresenta mudanças em relação à pesquisa anterior, com a inclusão dos nomes do coach Pablo Marçal (PRTB) e do jornalista José Luiz Datena (PSDB).

A pesquisa ainda indica que a entrada de Marçal na disputa afeta o projeto de reeleição de Nunes, uma vez que a diferença nas intenções de voto do prefeito varia mais de dez pontos porcentuais com a participação do coach na eleição em São Paulo. Da mesma forma, uma candidatura de Datena pode influenciar a quantidade de votos destinados à deputada Tabata Amaral (PSB).

LEVANTAMENTO

Intenções de voto em cenário estimulado, em que a lista com os pré-candidatos é apresentada aos entrevistados*

GUILHERME BOULOS (PSOL)	37,2%
RICARDO NUNES (MDB)	20,5%
PABLO MARÇAL (PRTB)	10,4%
TABATA AMARAL (PSB)	9,9%
JOSÉ LUIZ DATENA (PSDB)	7,9%
KIM KATAGUIRI (UNIÃO)	7,9%
MARINA HELENA (NOVO)	3,5%
ALTINO PRAZERES JR. (PSTU)	0,5%
NÃO SEI	0,9%
BRANCO/NULO	1,4%

*PESQUISA ATLASINTEL/CNN COM 1.670 ELEITORES POR MEIO DE RECRUTAMENTO DIGITAL ALEATÓRIO ENTRE 22 E 27 DE MAIO. MARGEM DE ERRO: 2 P.P.. NÍVEL DE CONFIANÇA: 95%. REGISTRO TSE: SP-05357/2024

FONTES: ATLASINTEL/CNN / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Marçal, que confirmou sua pré-candidatura à Prefeitura de São Paulo no último domingo, aparece com 10,4% das intenções de voto, segundo o levantamento. Tabata tem 9,9%, enquanto Datena, que migrou do PSB para o PSDB em abril, e o deputado Kim Kataguiri (União Brasil) registram cada um 7,9%. A economista Marina Helena (Novo) aparece com 3,5%, e Altino Prazeres Jr. (PSTU), com 0,5%.

CENÁRIOS. Em um cenário sem os nomes de Marçal e de Datena, Boulos mantém 37,2%, e Nunes vai a 32,6%. Neste caso, houve apenas variações dentro da margem de erro. No levantamento realizado em abril, o deputado do PSOL tinha 35,6% e o prefeito, 33,7%.

Já Tabata, neste cenário sem Marçal e Datena, caiu de 14,7%, em abril, para 11,1%, agora. Kataguiri variou de 9,4% para 9,3% no período. Marina Helena passou de 3,5% para 3,7%, e Altino Prazeres Jr., que não havia pontuado há um mês, aparece agora com 1,2%. Entre os entrevistados, 2,7% não decidiram em quem votar, e os que pretendem votar em branco ou nulo são 2,3%, ante 0,9% e 2,2%, respectivamente, registrados na pesquisa de abril.

Já em um eventual segundo turno, Nunes teria 46% das intenções de voto, ante 43,5% de Boulos. A pesquisa AtlasIntel/CNN foi registrada na Justiça Eleitoral sob o número SP-05357/2024. Foram entrevistados 1.670 moradores da cidade de São Paulo entre os dias 22 e 27 de maio. A margem de erro é de dois pontos porcentuais para mais ou para menos, com um nível de confiança de 95%.

JUSTIÇA. Apesar de a campanha eleitoral começar, oficialmente, em agosto, os principais pré-candidatos à Prefeitura anteciparam a disputa deste ano com ações na Justiça Eleitoral. Já são pelo menos 20 representações por alegada divulgação de pesquisa fraudulenta ou campanha antecipada, segundo levantamento do **Estadão** feito na última semana. As ações tramitam nas 1.ª e 2.ª Varas Eleitorais.

Teste
Já em um cenário sem os nomes de Marçal e de Datena, Boulos mantém 37,2%, e Nunes vai a 32,6%

O principal alvo das ações até o momento é Boulos. Recentemente, os partidos Novo, PSDB e MDB acionaram a Justiça após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pedir votos para o deputado, durante evento do 1.º de Maio, na capital paulista. A prática é proibida por lei. O Ministério Público Eleitoral pediu a aplicação de multa para os dois. ●

‘Justiça em Números’

Judiciário custou a cada brasileiro R$ 653,70 em 2023

Cofres públicos gastaram R$ 132,8 bi com o Poder no ano passado, valor recorde de uma série histórica iniciada em 2009

PEPITA ORTEGA

O Poder Judiciário custou R$ 132,8 bilhões aos cofres públicos no ano passado. Conforme dados do relatório “Justiça em Números”, produzido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o aumento foi de 9% em relação a 2022, quando os gastos somaram R$ 121,8 bilhões. É o maior valor da série histórica, iniciada em 2009, desconsiderando o valor da inflação. O mais alto, até 2023, tinha sido o de R$ 127,6 bilhões, em 2019. Cada um dos 203 milhões de brasileiros gastou R$ 653,70 para bancar o Judiciário no ano passado.

A base dos números é do DataJud – plataforma que centraliza informações dos tribunais de todo o País. A despesa média mensal por magistrado – 18,2 mil juízes em todo o País – foi de R$ 68,1 mil, valor que supera em cerca de R$ 24 mil o teto do funcionalismo público (equivalente aos subsídios de um ministro do Supremo Tribunal Federal).

PEC. Os dados de 2023 foram divulgados em um cenário em que o Congresso volta a debater a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Quinquênio, cuja aprovação tem impacto estimado de mais de R$ 40 bilhões ao ano. A proposta, de autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), prevê um bônus automático de 5% nos vencimentos de juízes, procuradores e promotores a cada cinco anos.

Como mostrou o **Estadão**, nota técnica da consultoria do Senado apontou que a PEC compromete a entrega de serviços essenciais à população e põe em risco a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

As despesas do Judiciário com pessoal bateram R$ 119,78 bilhões em 2023, o equivalente a 90,2% do custo total do Poder. Desse montante, 82% foram gastos com as remunerações de magistrados e servidores, incluindo inativos (R$ 98,1 bi); 9,3% corresponderam ao pagamento de benefícios (R$ 11 bi); 4% estão ligados a “despesas em caráter eventual e indenizatório” (R$ 4,7 bi); 4% foram gastos com terceirizados; e 0,7%, com estagiários (R$ 892 mi). O **Estadão** tem revelado a existência de supersalários de magistrados. Os subsídios são elevados com penduricalhos – vantagens e benefícios que não são submetidos ao abate-teto.

Acima do teto

R$ 68,1 mil foi o valor da despesa média mensal por magistrado

TURBINADOS. O CNJ reconhece os holerites turbinados. “Por se tratar de um valor médio, eventuais indenizações recebidas em razão de decisão judicial destinadas a um pequeno grupo de indivíduos podem impactar sobremaneira nas médias apresentadas, especialmente em órgãos de pequeno ou médio porte, com menor quantitativo de pessoas.”

A Corte com maior custo médio mensal por magistrado foi o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (R$ 120,3 mil), seguido pelos tribunais de Mato Grosso (R$ 116,6 mil) e do Tocantins (R$ 111,5 mil). Procuradas, as Cortes não se manifestaram. ●

Gasto com servidores e terceirizados aumenta

O relatório “Justiça em Números”, produzido anualmente, indica ainda quanto foi o gasto mensal, no Judiciário, com servidores (R$ 20,1 mil), terceirizados (R$ 5,1 mil) e estagiários (R$ 1,3 mil). Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), houve um aumento de 1,8% nas despesas por magistrado, de 6,5% nos gastos por servidor, de 4,8% entre terceirizados e de 21,4% por estagiários.

Ainda de acordo com o documento, o gasto com o Judiciário em 2023 representa 1,2% do PIB ou 2,38% dos gastos totais de União, Estados, Distrito Federal e municípios. O relatório consolida estatísticas de 91 órgãos do Poder Judiciário, sem contar o Supremo Tribunal Federal e o próprio CNJ. São apresentados dados dos 27 Tribunais de Justiça estaduais, dos seis Tribunais Regionais Federais, dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho, dos 27 Tribunais Regionais Eleitorais, dos três Tribunais de Justiça Militar estaduais, além de Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral e Superior Tribunal Militar. ● P.O.

Democracia em risco

Lei usada na Rússia contra oposição é replicada sob protestos na Geórgia

Parte da população teme que governo georgiano esteja se aproximando do Kremlin; afastamento do Ocidente sepultaria as possibilidades de país entrar na UE e na Otan

TBILISI

O Parlamento da Geórgia aprovou ontem, por 84 votos a 4, uma lei sobre "influência estrangeira", uma cópia da legislação russa usada para regular ONGs, veículos de comunicação e reprimir dissidentes. A votação aconteceu um dia após uma comissão legislativa rejeitar o veto presidencial, apesar da onda de manifestações contra o texto.

A lei exige que meios de comunicação e ONGs que obtenham mais de 20% de financiamento do exterior se registrem como órgãos que "cumprem o interesse de uma potência estrangeira". As organizações têm de apresentar relatórios anuais sobre suas atividades e serão monitoradas pelo Ministério da Justiça. Violações podem render multas de US$ 9,3 mil (R$ 47,7 mil).

Opositores criticaram o texto, reclamando que a "lei russa" é igual à adotada pelo Kremlin. Os críticos dizem que ela restringirá a liberdade de imprensa e impedirá a Geórgia de entrar na União Europeia. Jornalistas e ativistas afirmam que a lei pretende estigmatizá-los e restringir o debate antes das eleições parlamentares de outubro.

Os apoiadores insistem que o projeto é necessário para conter o que consideram ser "atores estrangeiros" que buscam desestabilizar a Geórgia.

GIORGI ARJEVANIDZE/AFP



Manifestantes protestam contra aprovação da 'lei russa' em Tbilisi

Maka Bochorishvili, membro do partido governista, Sonho Georgiano, que lidera a comissão parlamentar de integração à UE, disse que a lei ajudaria a tornar o país "estável e pacífico". Ela rejeitou o rótulo de "lei russa".

"Ninguém pode dizer que a transparência vai contra a integração europeia", disse Bochorishvili, acrescentando que espera que os parceiros ocidentais "compreendam a necessidade da legislação".

VETO. A presidente da Geórgia, Salome Zurabishvili, uma líder pró-UE, vetou a lei no dia 18. Ela classificou o projeto como "essencialmente russo" e disse que o texto "contradiz a Constituição e todas as normas europeias", representando um "obstáculo" ao caminho europeu da Geórgia.

A aprovação, no entanto, desafiou os manifestantes que tomam as ruas do país há mais de um mês. Ontem, milhares de pessoas se reuniram diante do Parlamento e houve confronto com a polícia. A preocupação geral é que o país esteja se afastando do Ocidente para alinhar-se com Moscou. De acordo com pesquisas, mais de 80% dos georgianos defendem a adesão à UE e à Otan. Bruxelas concedeu status de candidata à Geórgia em dezembro e advertiu que a lei era "incompatível" com os valores do bloco.

> **Críticas**
> **União Europeia advertiu que a nova lei aprovada é incompatível com os valores do bloco**

CRÍTICAS. O presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, afirmou que, em sua forma atual, a lei "não está em conformidade com os valores e o caminho da UE". O escritório de política externa do bloco afirmou que a adoção da medida "impacta negativamente o progresso da Geórgia no caminho para a UE".

Críticos dizem que o texto pode ter sido impulsionado pela Rússia com o objetivo de impedir as chances da Geórgia de se integrar ainda mais com o Ocidente. A lei também foi criticada pelos EUA. O encarregado de assuntos europeus do Departamento de Estado, James O'Brien, afirmou que a nova lei "destrói" a parceria entre os dois países.

SANÇÕES. O secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, foi mais duro e anunciou que sanções de viagem seriam impostas a funcionários do governo georgiano "que são responsáveis ou cúmplices em minar a democracia na Geórgia".

"Continua sendo nossa esperança que os líderes da Geórgia reconsiderem o projeto de lei e tomem medidas para avançar com as aspirações democráticas e atlânticas do país", disse Blinken. ● NYT, AFP e AP

Para entender

Luta por influência na antiga órbita soviética

● Guerra da Geórgia
O então presidente georgiano, Mikhail Saakashvili, se aproxima do Ocidente. Como reação, a Rússia invade a Geórgia, em 2008, sob pretexto de proteger a população de origem russa das regiões da Ossétia do Sul e da Abkházia.

● União com Belarus
Desde o colapso da União Soviética, a Rússia manteve forte influência sobre Belarus, flertando com tratados para a fusão entre os dois países. Recentemente, Vladimir Putin intensificou a aliança com o ditador belarusso, Alexander Lukashenko, posicionando armas nucleares no país vizinho.

● Invasão da Ucrânia
Putin anexou a Crimeia, em 2014, e invadiu a Ucrânia, em 2022, com a desculpa de "desnazificar" o país. As tropas russas enfrentaram uma resistência maior do que se imaginava, mas avançaram nos últimos meses.

Guerra em Gaza

Tanques de Israel entram no centro de Rafah pela primeira vez

TEL-AVIV

O governo de Israel intensificou ontem sua ofensiva militar em Rafah, enviando tanques para o coração da cidade no sul da Faixa de Gaza, apesar da crescente condenação internacional à operação. Após um ataque aéreo no fim de semana, que matou 45 civis em um campo de refugiados, o Exército avançou em direção ao centro de Rafah, segundo a agência Reuters.

O governo do primeiro-ministro Binyamin Netanyahu planeja, desde março, uma ofensiva no local e diz que os últimos quatro batalhões ativos do Hamas se escondem entre os civis de Rafah. O ataque de domingo, segundo o Exército, tinha como alvo uma base do grupo terrorista.

Desde a tomada do posto de fronteira de Rafah com o Egito, as tropas israelenses avançaram nos arredores da cidade e entraram apenas em áreas no leste. Mas ontem tanques foram vistos perto da mesquita Al-Awda, no centro de Rafah, segundo a agência Reuters, citando testemunhas.

CERCO. Apesar das alegações de que na cidade está o último reduto do Hamas, soldados israelenses voltaram a enfrentar os terroristas em territórios no norte de Gaza que já haviam sido conquistados anteriormente. O Exército confirmou que suas tropas estavam operando na área de Rafah e participavam de combates a curta distância, mas não confirmou a presença de tanques no centro.

Desde o começo da guerra, Rafah abriga 70% da população de Gaza, que fugiu de outras cidades atacadas por Israel como retaliação aos atentados de outubro, perpetrados pelo Hamas. A localidade enfrenta um colapso de serviços de saúde, saneamento e alimentação.

Enquanto isso, a entrega de ajuda humanitária aos palestinos enfrenta um novo desafio. O píer temporário que o Exército dos EUA construiu e colocou em prática para permitir a entrada de suprimentos se desfez com as ondas do mar agitado, afirmou o governo americano.

RECONSTRUÇÃO. Uma porta-voz do Pentágono explicou ontem que os engenheiros militares estavam trabalhando para reconstruir o píer. Os oficiais do Departamento de Defesa estimaram que ele deve estar novamente operacional em pouco mais de uma semana. ● NYT e WP

INÊS 249



Andrés Oppenheimer

Cuba e Venezuela na eleição mexicana

Más notícias para os defensores da democracia: Claudia Sheinbaum, candidata governista no México, deu sinais de que manterá o apoio a Cuba, Venezuela e outras ditaduras. No debate presidencial, no dia 19, ela disse: "Vamos defender a política externa do presidente Andrés Manuel López Obrador".

Sheinbaum defendeu Fidel Castro, morto em 2016, e criticou o ex-presidente mexicano Vicente Fox, por ter criticado o ditador cubano na Cúpula das Américas de 2002, em Monterrey. Sob sua presidência, não haveria tal descortesia.

López Obrador tem sido um importante aliado de Venezuela e Cuba. Quando assumiu, em 2018, convidou o ditador venezuelano, Nicolás Maduro, para a posse, apesar do esforço regional para isolá-lo. Ele também assinou acordos generosos com Cuba para levar missões médicas cubanas ao México e fornecer petróleo a preços preferenciais. Em 2023, ele concedeu a Ordem da Águia Asteca, a mais alta distinção do México para dignitários estrangeiros, ao ditador cubano Miguel Díaz-Canel, que mantém mais de 1 mil presos políticos.

Xóchitl Galvez, candidata de oposição, diz que mudaria radicalmente a política externa do México, que ela descreve como "lamentável". Em entrevista há alguns dias, ela me disse que suas prioridades são defender os direitos humanos e melhorar os laços com os principais parceiros, EUA e Canadá. Como presidente, ela prometeu parar de dar dinheiro a Cuba.

Claudia Sheinbaum, aliada de López Obrador, manterá a política externa do presidente mexicano

"Os médicos cubanos recebem três centavos de dólar, e milhões de dólares foram pagos à ditadura."

Galvez afirma que o princípio de não intervenção, defendido por López Obrador, é "pura hipocrisia". "O presidente se intromete constantemente nos assuntos internos de países cujas ideologias ele não concorda", disse.

De fato, López Obrador se intrometeu descaradamente em assuntos internos da Argentina, quando disse, semanas antes das eleições presidenciais do país, em 2023, que o então candidato Javier Milei era um "facínora ultraconservador". Da mesma forma, ele chamou a presidente do Peru, Dina Boluarte, de "usurpadora", embora ela tenha sido nomeada constitucionalmente pelo Congresso peruano.

Se Sheinbaum vencer, há sempre a possibilidade de que ela abandone suas promessas de campanha e inclua os direitos humanos e a democracia entre as prioridades. Mas é difícil que ela faça isso, porque sempre foi um símbolo incondicional de López Obrador e, mais importante, porque o presidente teria mecanismos legais para mantê-la sob controle.

Segundo uma lei aprovada recentemente, o México pode realizar um referendo revogatório na metade de seu mandato. Ou seja, se López Obrador continuar popular, poderá pedir a remoção de quem estiver no poder. Portanto, se vencer, Sheinbaum pode se tornar a mais nova aliada das ditaduras. ●

É COLUNISTA DO THE MIAMI HERALD, APRESENTADOR DO PROGRAMA 'OPPENHEIMER APRESENTA' NA CNN EM ESPANHOL

'Rolexgate'

Boluarte é interrogada por abuso de autoridade

A presidente do Peru, Dina Boluarte, depôs ontem para promotores anticorrupção que a investigam pela desativação de uma unidade policial que fez uma batida em sua casa por conta do caso Rolexgate, em uma nova ação aberta por abuso de autoridade. O interrogatório ocorreu reservadamente e se estendeu por quase três horas. ●

AFP



Eleições na Venezuela

Caracas retira convite à UE para observar eleição

A autoridade eleitoral da Venezuela anunciou ontem que retirou seu convite à União Europeia para monitorar as eleições presidenciais de 28 de julho, após o bloco ratificar sanções individuais contra altos dirigentes do governo. A UE não havia confirmado sua participação com uma missão de observação para o processo eleitoral. ●

No banco dos réus

Em alegação final, promotoria acusa Trump de tentar destruir democracia

Ex-presidente é julgado por ter feito pagamentos secretos para encobrir escândalo nas eleições de 2016

NOVA YORK

Em suas alegações finais, os procuradores do julgamento de Donald Trump sobre pagamentos secretos, em Nova York, disseram ontem que o ex-presidente e seus cúmplices trabalharam para o que chamaram de "esforço para subverter a democracia". Na parte de fora do tribunal, apoiadores e opositores do ex-presidente trocaram insultos – entre os críticos estava o ator Robert De Niro, que discutiu com trumpistas.

O primeiro julgamento criminal de um ex-presidente americano entrou em sua fase final ontem, após 20 dias de tramitação. Trump é acusado de falsificar registros contábeis para encobrir um pagamento feito à ex-atriz pornô Stormy Daniels, para que ela não tornasse público um caso extraconjugal com ele durante sua primeira campanha à Casa Branca, em 2016. Os dois teriam se relacionado em 2006.

VEREDICTO. Segundo os procuradores, em 2016, Trump trabalhou com seu ex-advogado Michael Cohen e um ex-editor de tabloide para esconder informações dos eleitores, em um esforço ilegal para influenciar a eleição presidencial. Joshua Steinglass, um assistente do promotor, chamou a iniciativa de "subversão da democracia".

A negociação, segundo o procurador, resultou em uma das contribuições mais valiosas para a campanha de Trump. "Esse esquema, idealizado naquele momento, pode muito bem ter sido o que elegeu Trump", disse Steinglass.

Após as deliberações, o júri terá de declarar o ex-presidente culpado ou inocente. Se não houver um consenso, o julgamento terá de ser realizado novamente. A defesa foi a primeira a falar ontem. O advogado de Trump, Todd Blanche, disse aos jurados que os procuradores não conseguiram provar sua tese. Blanche argumentou que tal conspiração apresentada pela acusação não existiu e os promotores construíram todo o caso em torno de Cohen, a quem se referiu como "o maior mentiroso de todos os tempos".

SETH WENIG/AP



Ator Robert De Niro discute com trumpistas em tribunal de NY

"Esse esquema pode muito bem ter sido o que elegeu Trump"
Joshua Steinglass
Assistente da promotoria

"Os procuradores não provaram sua tese"
Todd Blanche
Advogado de Trump

"Você não pode mandar alguém para a prisão com base nas palavras de Michael Cohen", disse Blanche, alegando que a testemunha, que durante muitos anos foi uma espécie de faz-tudo de Trump, era alguém indigno de confiança. O juiz, mais tarde, repreendeu Blanche pelos comentários.

PESQUISAS. Para condenar Trump, os jurados devem concluir que o ex-presidente não apenas "causou" os registros comerciais falsos, mas que o fez para ocultar outro um crime. O ex-presidente alega ser inocente e se apresenta como vítima de uma perseguição política. Ele desistiu de depor em juízo.

Pesquisas mostram que o julgamento envolve certo risco eleitoral para ele. Uma sondagem da ABC News e Ipsos, há um ano, mostrou que 52% dos americanos consideravam as acusações significativas. Uma nova pesquisa feita este mês, pelos mesmos grupos, mostrou que um quinto dos apoiadores de Trump disse que reconsideraria seu apoio (16%) ou o retiraria (4%) se ele fosse condenado. ● WP e NYT



● Medicina privada ● Compromisso

Operadoras de planos de saúde fecham acordo para suspender cancelamentos

Compromisso foi firmado em reunião na Câmara dos Deputados que envolveu Abramge e FenaSaúde; medida deve valer enquanto não se aprova nova regulamentação

Cobertura especial

Caros para quem paga, deficitários para quem opera. Nesta série, discutimos as fragilidades do sistema de planos de saúde e possíveis soluções. Leia mais em:



Aponte a câmera do celular para o código ao lado e veja as reportagens
https://bit.ly/4e2QMNR

FABIANA CAMBRICOLI

Os cancelamentos de contratos de convênios médicos das principais operadoras do País estão suspensos. O acordo foi firmado em encontro entre a Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde) e a Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge), principais representantes do setor, com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

Também participaram representantes de Amil, Unimed e Bradesco Saúde. Como mostrou o **Estadão** na semana passada, as três companhias são alvo de investigações abertas pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MPE-SP) por causa do alto número de beneficiários com autismo com contratos rescindidos.

“Uma boa notícia para os beneficiários dos planos de saúde: em reunião realizada agora há pouco com representantes do setor, acordamos que eles suspenderão os cancelamentos recentes relacionados a algumas doenças e transtornos”, escreveu Lira em sua conta na rede social X.

Posteriormente o deputado Duarte Jr. (PSB-MA), relator da Lei dos Planos, afirmou em vídeo gravado que a suspensão dos cancelamentos vale para todos os beneficiários, independentemente de tratamentos em andamento ou condição de saúde, e acrescentou que até pessoas que já tiveram os cancelamentos efetivados poderiam ser beneficiadas.

Os detalhamentos sobre os termos do acordo, porém, ainda eram desencontrados ontem, com participantes da reunião dando versões diferentes sobre o compromisso firmado. A FenaSaúde informou que “as associadas decidiram suspender eventuais cancelamentos de beneficiários em tratamento continuado e manter os planos coletivos por adesão vigentes”. A Abramge disse, por meio de nota assinada por seu presidente, Gustavo Ribeiro, que “serão revistos os cancelamentos dos serviços a pessoas em tratamento de doenças graves e do TEA (*Transtorno do Espectro Autista*)” e ficam suspensos novos cancelamentos unilaterais de plano coletivo por adesão.

Autismo e rescisões
Como mostrou o ‘Estadão’ na semana passada, há investigações abertas pelo Ministério Público

DÚVIDAS. “Os planos assumiram o compromisso de suspender o cancelamento unilateral dos contratos com todo e qualquer consumidor, seja pessoa idosa, pessoa com deficiência, pessoa que luta contra doença crônica”, disse Duarte Jr. “Inclusive esse acordo alcança aqueles planos que foram cancelados unilateralmente, sem justo motivo, nos últimos dois anos”, declarou. Mas, questionada sobre a retroatividade do acordo, a Abramge disse que “trabalha com a informação divulgada” por Lira, que mencionou “cancelamentos recentes”. A FenaSaúde não comentou.

Lira foi indagado sobre os detalhes do acordo ao chegar à Câmara à tarde, mas não esclareceu todas as dúvidas. “A Amil e a Unimed fizeram ação de suspender o cancelamento unilateral dos contratos coletivos e outras situações que foram geradas, para que nós possamos sentar à mesa e estabelecermos os critérios para, ouvindo o setor e ouvindo também o outro lado, a gente possa chegar a um texto equilibrado que possa resolver ou dirimir esses problemas que afetam a todos”, disse o presidente da Câmara, referindo-se ao texto do projeto de lei 7.419/2006. A suspensão dos cancelamentos é válida, portanto, enquanto esse PL estiver sendo discutido.

Questionada sobre as informações divergentes, a assessoria de Lira informou apenas que os planos de saúde vão suspender temporariamente os cancelamentos e a medida vale para “os serviços suspensos recentemente”, sem detalhar o período. Disse ainda que as partes “discutirão alternativas em que sejam preservados os interesses dos usuários e a sustentabilidade econômica das empresas”.

De acordo com Lira, “os setores e as empresas ficaram de entregar as suas demandas, um raio X mais apropriado da situação, o que está levando a isso (*cancelamentos*)”. Duarte Jr. disse que Lira se comprometeu também a realizar reuniões com entidades de defesa do consumidor.

Informação incerta
Relator de projeto chegou a dizer que medida seria retroativa, o que as empresas negaram

OPERADORAS. De acordo com a FenaSaúde, foram debatidos também na reunião com Lira “problemas que afetam a sustentabilidade dos planos, como a aprovação da lei que passou a considerar exemplificativo o rol de procedimentos da ANS, o estabelecimento de coberturas ilimitadas para terapias e a ocorrência de fraudes”.

O presidente da Abramge disse que a reunião convocada pelo presidente da Câmara “foi uma evidência de que o melhor caminho para solucionar os desafios do acesso à saúde suplementar no Brasil é o diálogo entre o setor, a sociedade e as autoridades públicas”. ● COLABOROU IANDER PORCELLA

‘Acordo não é lei’, diz especialista, que cobra regras mais claras

Para Giselle Tapai, especialista em direito da saúde e sócia do Tapai Advogados, o consumidor ainda não está totalmente protegido contra os cancelamentos. Isso porque um acordo não é lei e, portanto, não teria força para obrigar operadoras a suspenderem os cancelamentos.

“Uma notícia dessa forma é muito vaga, precisamos ter mais esclarecimentos antes de tirar qualquer conclusão. Não adianta nada saber de boca que as operadoras vão parar os cancelamentos se não existir uma lei que proteja os consumidores”, afirmou a advogada. O projeto de lei 7.419 tramita há 18 anos e teve suas discussões retomadas no ano passado. Havia a expectativa de que o projeto fosse votado ainda em 2023, mas a tramitação voltou a empacar. “Agora está dependendo do presidente Arthur Lira (PP-AL) para ser colocado em votação”, disse ao ‘Estadão’ Duarte Jr.

O cancelamento unilateral de planos de saúde é uma prática permitida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) quando os contratos são coletivos (empresariais ou por adesão). O imbróglio está no cancelamento de planos de pacientes em tratamento, situação que vem sendo considerada ilegal pelo Judiciário e questionada por órgãos de defesa do consumidor.

Alguns parlamentares da Câmara dos Deputados vinham pressionando as operadoras de planos de saúde a explicarem os cancelamentos. No dia 15, foi realizada uma audiência pública com representantes da Unimed, órgãos de defesa do consumidor, ANS e outras entidades para discutir o cancelamento. O evento foi realizado após requerimentos dos deputados Fábio Schiochet (União-SC) e Áureo Ribeiro (Solidariedade-RJ). ●



“Em reunião realizada com integrantes do setor, acordamos que eles suspenderão os cancelamentos recentes”

“As partes discutirão alternativas em que sejam preservados os interesses dos usuários e a sustentabilidade econômica das empresas”
Arthur Lira

IDH da pandemia expõe diferenças regionais no País

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil caiu na pandemia de covid-19, e a queda não se deu de forma homogênea entre os municípios e Estados. Relatório divulgado ontem pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) revela que o IDH Municipal (IDHM) caiu em todo Estado do País entre 2019 e 2021, mas alguns conseguiram minimizar os danos sem ser, necessariamente, os com maior recurso financeiro.

O Estado com pior IDHM no País até a pandemia, Maranhão, teve queda no índice inferior à do Distrito Federal, considerado muito desenvolvido (-2,6% e -5,2%, respectivamente). Segundo o representante do PNUD no Brasil, Claudio Providа, houve boa gestão do Maranhão sobre a crise. Alagoas e Sergipe tiveram o melhor desempenho, com baixa de apenas 0,4%. Já Amapá e Roraima tiveram as piores quedas, de 6,6% e 6,7%, respectivamente. Dos seis Estados com IDH considerado “muito alto” em 2019, só dois mantiveram o posto: São Paulo e Distrito Federal. Considerando o IDHM brasileiro total, houve progresso de 5,2% de 2012 a 2019, mas queda de 2,4% de 2019 a 2021. O País fechou 2021 com IDHM de 0,766, valor só 2,7% maior que em 2012. ● GIOVANNA CASTRO

Segurança pública

Governo federal lança regras para uso de câmeras em uniformes policiais

Documento indica que o equipamento deve funcionar de modo ininterrupto, mas admite acionamento pelo próprio policial

PAULA FERREIRA
BRASÍLIA

O governo federal lançou ontem diretrizes para orientar o uso de câmeras nas fardas de policiais. O documento indica que o equipamento deve preferencialmente ser acionado de forma automática (de modo ininterrupto por todo o turno de serviço), mas admite a possibilidade de acionamento remoto por autoridades ou pelo próprio policial (nesse caso com objetivo de "preservar a intimidade durante as pausas e os intervalos de trabalho").

O documento do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) institui 16 situações nas quais os equipamentos não podem ser desligados pelo agente, independentemente do modo de acionamento (*veja ao lado*). A portaria orienta regras para uso de câmeras na Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Penal Federal; Polícias Militares; Corpos de Bombeiros Militares; Polícias Civis; Polícias Penais; peritos criminais; e guardas municipais. A portaria acrescenta que "órgãos de segurança pública deverão adotar, preferencialmente, o modo de gravação ininterrupto".

Sobre a brecha para admitir a interrupção da gravação, o ministro Ricardo Lewandowski disse que o texto garante a integridade do conteúdo ao listar as situações em que é obrigatório o acionamento. "Há uma série de situações exaustivamente listadas que é obrigatório o acionamento das câmeras, independentemente da possibilidade que tem o agente de desligá-la no momento em que ele justificadamente ache que tem a necessidade de proteger sua intimidade e privacidade", disse.

As 16 diretrizes

As situações nas quais as câmeras não podem ser desligadas pelo policial, segundo o Ministério da Justiça:

- **Ao atender ocorrência.**
- **Atividade que demande atuação ostensiva.**
- **Checagem de bens.**
- **Buscas pessoais, veiculares ou domiciliares.**
- **Ações operacionais, inclusive em manifestações.**
- **Cumprimento de determinações de autoridades e de mandados judiciais.**
- **Perícias externas.**
- **Fiscalização e vistoria.**
- **Ações de busca, salvamento e resgate**
- **Nas escoltas de presos.**
- **Em todas as interações entre policiais e custodiados, dentro ou fora do ambiente prisional.**
- **Durante as rotinas carcerárias, inclusive no atendimento aos visitantes e advogados.**
- **Nas intervenções e resolução de crises, motins e rebeliões no sistema prisional.**
- **Nas situações de oposição à atuação policial, de potencial confronto ou de uso de força física.**
- **Nos sinistros de trânsito.**
- **No patrulhamento preventivo e ostensivo ou na execução de diligências de rotina em que ocorram ou possam ocorrer prisões, atos de violência, lesões corporais ou mortes.**

Os Estados têm autonomia para aderir às diretrizes ou criar as suas próprias. Mas, para financiar a compra de câmeras com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública ou do Fundo Penitenciário, deverão adotar as orientações. Corporações ligadas à União, como PF e PRF, seguirão obrigatoriamente as normas.

Na semana passada, um edital lançado pelo governo paulista para compra de 12 mil câmeras corporais gerou críticas por prever o acionamento remoto e local, alterando o modelo anterior de gravação ininterrupta. O secretário da Segurança Pública paulista, Guilherme Derrite, foi ao lançamento das diretrizes e disse que o documento está alinhado com a política de câmeras do Estado. Sobre as situações previstas nas normas, disse ser preciso analisar exceções antes de afirmar que serão seguidas pelo Estado.

SUMMIT. Após participar do Summit Mobilidade 2024, evento promovido pelo **Estadão**, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, comentou que "se pegar o edital do governo de São Paulo, não tem nada que está destoando ou não está aderente". ● COLABOROU PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO

Segurança

Cai veto e presos ficam impedidos de sair para visitar a família

Benefício só vale para estudo; governo havia feito mobilização para manter visitas, sob alegação de manter vínculos afetivos

LEVY TELES
BRASÍLIA

O Congresso Nacional derrubou veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto que trata da saída temporária de presos, a “saidinha”, e abria brecha para visita de presos à família. Dessa forma, a partir de agora, condenados só poderão deixar a prisão para fazer cursos profissionalizantes ou de ensinos médio e superior.

Por 314 votos pela queda, 126 pela manutenção e 2 abstenções, deputados preferiram retomar o texto original aprovado na Casa. No Senado, 51 acompanharam a posição da Câmara, 11 votaram a favor da “saidinha” e 1 se absteve. Para fundamentar o veto, Lula ouviu os Ministérios da Justiça, Direitos Humanos, Igualdade Racial e a Advocacia-Geral da União. Segundo a Presidência, a revogação da visita familiar causaria “o enfraquecimento dos laços afetivo-familiares que já são afetados pela própria situação de aprisionamento”.

A lei também prevê a exigência de exames criminológicos para a progressão de regime penal e o monitoramento eletrônico obrigatório dos detentos que passam para os regimes semiaberto e aberto. O exame avalia “autodisciplina, baixa periculosidade e senso de responsabilidade”. Esses itens, porém, não haviam sido objetivo de veto, apesar de também terem sido alvo de críticas de especialistas.

Antes da aprovação do projeto de lei, em março, a autorização era dada aos detentos que tenham cumprido ao menos um sexto da pena, no caso de primeira condenação, e um quarto, quando reincidentes. As “saidinhas” ocorriam até cinco vezes por ano e não podiam ultrapassar o período de sete dias.

Vitória ampla da oposição
‘Lula cometeu um grande erro ao vetar projeto que aprimora a segurança pública’, disse Sérgio Moro

Como mostrou o **Estadão**, há duas semanas o governo mobilizou uma força-tarefa para garantir a manutenção o veto presidencial. Participaram deste grupo ministros, como Ricardo Lewandowski (Justiça), Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Silvio Almeida (Direitos Humanos) e líderes do governo no Congresso Nacional. Eles procuraram deputados do Centrão e bancadas influentes, como a Frente Parlamentar Evangélica, para pedir a manutenção, mas a tentativa foi malsucedida.

“Esse é o veto mais fácil de ser votado hoje para ser derrubado. O governo Lula cometeu um grande erro ao vetar um projeto de lei que aprimora essa segurança pública”, disse o senador Sérgio Moro (União-PR). A preservação da “saidinha” em feriados era tida para o PT como uma “questão de honra” e como uma “pauta cara” para Lula, como disse o líder do governo na Câmara dos Deputados, José Guimarães (PT-CE) a outros líderes.

FUTURO. Há dúvidas ainda se a questão não acabará sendo discutida no Supremo Tribunal Federal (STF). “Não vai resolver problema de segurança pública, vai tensionar o sistema carcerário porque está questionando direitos adquiridos”, disse o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), autor do projeto original que resultou na lei, mas acabou ficando mais rígido durante a tramitação em Câmara e Senado. De acordo com ele, o texto acaba prejudicando uma maioria (que poderia ter o convívio familiar), por causa da minoria que comete crimes.

Contrários ao veto destacaram, porém, que muitos dos presos aproveitam o benefício da saída temporária para voltar à prática de crimes ou fugir, o que causaria perigo à sociedade. “Mais de 15 mil presos já foram para as ruas porque não voltaram da saidinha”, disse o presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara, o deputado Alberto Fraga (PL-DF), durante a sessão.

ADIAMENTO. O veto deveria ter sido analisado no dia 9, mas um acordo entre governo e oposição postergou a decisão. Sem a derrubada do veto, alguns detentos puderam usar o benefício no Dia das Mães. Uma pesquisa CNT/MDA, divulgada naquela semana, mostrou que 77,4% dos entrevistados eram contra as saídas temporárias do sistema prisional. Os que achavam que devem ser mantidas eram 19,8%.

Em março, a ação de fiscalização da saidinha em São Paulo também foi alvo de críticas. A maioria dos presos em saída temporária recapturados pela polícia não estaria cometendo crimes, segundo a Defensoria Pública do Estado, que analisou 157 prisões efetuadas na primeira saidinha deste ano.

Já o Estado diz que todas as prisões passaram pelo crivo da Justiça e foram mantidas. Aponta ainda que as ações levaram a significativas reduções de furtos e roubos. ● COLABORARAM IANDER PORCELLA E VICTOR OHANA

Saiba mais

● Como fica
Após a análise dos vetos, as saídas temporárias estão restritas aos detentos do regime semiaberto que estiverem inscritos em cursos profissionalizantes ou que cursem os ensinos médio e superior. Há dúvidas se a medida atinge quem já tem direito ao benefício.

● Outras dificuldades
Como mostrou o ‘Estadão’ no mês passado, o número médio de presos no regime semiaberto beneficiados por saidinhas, no Estado de São Paulo, tem sido pelo menos quatro vezes maior do que a quantidade de tornozeleiras eletrônicas que o governo dispõe. O sistema penitenciário paulista pode enfrentar dificuldades se, em decorrência da lei, o equipamento passar a ser exigido para um número maior de detentos ou até para todos eles, o que inviabilizaria a aplicação atualmente – essa decisão caberá ao juiz de execução penal. Nesse caso, São Paulo precisaria aumentar de 8 mil para cerca de 34 mil o total de tornozeleiras para ter garantia de equipamento para todos. Em dezembro, segundo dados oficiais, dos 34,5 mil presos, 1.566 não retornaram à prisão.

Religião

Papa pede desculpas por ofensa a gays

O papa Francisco pediu desculpas publicamente ontem, depois de a mídia italiana divulgar que ele usou um termo preconceituoso sobre homens gays para reafirmar a proibição da Igreja Católica a padres homossexuais. O porta-voz do Vaticano, Matteo Bruni, emitiu declaração reconhecendo que Francisco teria utilizado o termo “frociaggine”, que em português significa algo como “viadagem”, para se referir aos gays em uma conversa a portas fechadas com bispos italianos em 20 de maio.

Bruni disse que Francisco está ciente dos relatos e lembrou que o papa argentino, que fez da aproximação de católicos com LGBT+ uma característica marcante de seu papado, há muito tempo insiste que existe “lugar para todos” na Igreja Católica. “O papa nunca teve a intenção de ofender ou expressar-se em termos homofóbicos, e estende desculpas àqueles que foram ofendidos pelo uso de um termo que foi relatado por outros”, disse.

ENTENDA. A proibição do Vaticano sobre padres gays foi articulada em um documento de 2005, que tinha como intuito a promoção da Educação Católica. Mais tarde, essa proibição foi repetida em um documento de 2016, que dizia que a Igreja não pode admitir em seminários ou ordenar homens que “pratiquem homossexualidade, apresentem tendências homossexuais profundamente enraizadas ou apoiem a cultura gay”. ●

INÊS 249

PREVISÃO DO TEMPO

Para São Paulo - Capital

Baseada na geocoordenada da Praça da Bandeira | Última Atualização: 28/05

HOJE: MANHÃ	HOJE: TARDE	HOJE: NOITE	VOLUME DE CHUVA	UMIDADE RELATIVA	AMANHÃ	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
0% 13°	0% 17°	0% 11°	0MM	40 a 90%	11°/16°	11°/18°	12°/21°	12°/23°

SOL: NASCENTE: 6h38 POENTE: 17h29

LUA: **CHEIA**

CHEIA	23/05	10h53
MINGUANTE	30/05	14h12
NOVA	06/06	09h37
CRESCENTE	14/06	02h18

Regiões do Estado de SP

Chance de Chuva | Volume de Chuva | Temperaturas (min./máx.)

Região	Chance de Chuva	Volume de Chuva	Temperaturas
RIBEIRÃO PRETO	1%	0mm	10°/25°
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	0%	0mm	10°/23°
ARAÇATUBA	0%	0mm	8°/20°
PRESIDENTE PRUDENTE	0%	0mm	6°/19°
MARÍLIA	0%	0mm	6°/19°
BAURU	0%	0mm	6°/21°
SOROCABA	6%	0mm	6°/21°
SÃO PAULO	0%	0mm	7°/19°
LITORAL SUL	0%	0mm	11°/21°
ARARAQUARA	0%	0mm	9°/21°
CAMPINAS	29%	0.2mm	8°/21°
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	54%	1.2mm	6°/25°
LITORAL NORTE	1%	0mm	18°/21°

Ondas: 29/05 — 2,5m; 1,5m; 1m

Precipitação Média: 100mm; 50mm; 25mm; 10mm; 5mm; 2mm; 1mm

TEMPOnaCidade.com.br

TECNOLOGIA SUÍÇA high precision weather

Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
ARACAJÚ	50%	9mm	24°C/29°C
BELÉM	35%	1mm	25°C/34°C
BELO HORIZONTE	15%	0mm	19°C/28°C
BOA VISTA	70%	8mm	23°C/27°C
BRASÍLIA	0%	0mm	16°C/26°C
CAMPO GRANDE	0%	0mm	9°C/19°C
CUIABÁ	0%	0mm	14°C/23°C
CURITIBA	0%	0mm	5°C/17°C
FLORIANÓPOLIS	0%	0mm	13°C/20°C
FORTALEZA	60%	13mm	26°C/30°C
GOIÂNIA	0%	0mm	16°C/29°C
JOÃO PESSOA	60%	6mm	23°C/30°C
MACAPÁ	55%	10mm	25°C/31°C
MACEIÓ	50%	4mm	23°C/28°C
MANAUS	60%	16mm	24°C/28°C
NATAL	65%	19mm	25°C/28°C
PALMAS	0%	0mm	21°C/35°C
PORTO ALEGRE	20%	0mm	13°C/16°C
PORTO VELHO	0%	0mm	19°C/24°C
RECIFE	65%	12mm	24°C/29°C
RIO BRANCO	0%	0mm	15°C/23°C
RIO DE JANEIRO	55%	2mm	20°C/22°C
SALVADOR	55%	2mm	24°C/27°C
SÃO LUÍS	70%	7mm	25°C/30°C
TERESINA	25%	0mm	26°C/31°C
VITÓRIA	75%	6mm	22°C/28°C

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0h	7°C/12°C
ATENAS	+6h	17°C/26°C
BARCELONA	+5h	19°C/23°C
BERLIM	+5h	17°C/26°C
BRUXELAS	+5h	13°C/18°C
BUENOS AIRES	0h	5°C/12°C
CARACAS	-1h	24°C/30°C
CIDADE DO MÉXICO	-3h	17°C/30°C
ESTOCOLMO	+5h	10°C/18°C
GENEBRA	+5h	10°C/19°C
JOANESBURGO	+5h	9°C/20°C
LIMA	-2h	16°C/20°C
LISBOA	+4h	14°C/29°C
LONDRES	+4h	12°C/16°C
LOS ANGELES	-4h	13°C/19°C
MADRID	+5h	19°C/28°C
MIAMI	-1h	28°C/32°C
MONTEVIDÉU	0h	9°C/11°C
MOSCOU	+6h	11°C/24°C
NOVA YORK	-1h	20°C/26°C
PARIS	+5h	12°C/21°C
ROMA	+5h	18°C/28°C
SANTIAGO	0h	7°C/15°C
SYDNEY	+14h	11°C/19°C
TEL-AVIV	+6h	19°C/23°C
TÓQUIO	+12h	18°C/24°C
TORONTO	-1h	12°C/20°C
WASHINGTON	-1h	20°C/27°C

Educação básica

56% das crianças de 7 anos são alfabetizadas no País; índice em SP é 52%

Dado é do 1.º relatório do programa federal Criança Alfabetizada, que avaliou alunos da rede pública em parceria com Estados

RENATA CAFARDO
SOFIA AGUIAR
BROADCAST

O Ministério da Educação (MEC) divulgou ontem que 56% das crianças de 7 anos estão alfabetizadas no País. Inédito, o dado faz parte do primeiro relatório do programa Criança Alfabetizada, do governo federal, que fez parcerias com os Estados para avaliar alunos com os mesmos parâmetros. O Estado de São Paulo tem 52%.

O novo resultado nacional é 20 pontos porcentuais acima do desempenho de 2021, de 36%. É, porém, só 1 ponto maior que o de 2019, antes da pandemia (55%). Os dados só se referem a alunos de escolas públicas. "É importante comemorar porque retomamos o patamar de 2019, mas não queremos só metade das nossas crianças, queremos 100%", disse o ministro da Educação, Camilo Santana.

Foi divulgada ainda a porcentagem de crianças alfabetizadas por Estado. Os índices mais altos foram de Ceará (85%), Paraná (73%) e Espírito Santo (68%). Sergipe tem o índice mais baixo, de 31%.

O MEC também estipulou metas de alfabetização para cada Estado até 2030, quando mais de 80% das crianças em todo o País devem estar plenamente alfabetizadas. "Por que 80% e não 100%? Não tem sentido explicar para qualquer pessoa do planeta Terra que uma criança não se alfabetiza na escola", disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi ao evento, assim como diversos governadores.

> **Avanço da alfabetização**
> **Resultado atual no País está um ponto porcentual maior que o de 2019, antes da pandemia (55%)**

SÃO PAULO. A meta de São Paulo para 2024 é de 57%. Em 2021, o Estado tinha 41% das crianças alfabetizadas, com alta de 26% registrada em dois anos. Não chegou ao índice pré-pandemia, que era de 60% das crianças alfabetizadas.

Em fevereiro, o Estado lançou o programa Alfabetiza Juntos SP, em que fornece materiais didáticos sobre leitura e escrita e ajuda na formação da professores e nas avaliações dos municípios. O modelo na área de alfabetização, inaugurado pelo Ceará, tem sido seguido por quase todo Estado. Procurada, a secretaria paulista da Educação disse, em nota, estar "empenhada em apoiar ativamente os municípios para alcançar o patamar de 90% das crianças alfabetizadas em todo o Estado até 2026" e que o investimento é de R$ 200 milhões.

Os Estados que mais melhoraram seus índices, com relação a 2019, antes da pandemia, foram Maranhão, Rondônia, Amapá, Pernambuco, Ceará e Pará. Se forem comparados com os resultados de 2021, Mato Grosso e Maranhão foram os que mais avançaram.

Assim como São Paulo, Minas, Bahia, Rio Grande do Sul e Santa Catarina não conseguiram voltar aos índices de crianças alfabetizadas que tinham antes da crise sanitária. Acre, Roraima e Distrito Federal não participaram da avaliação. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Leitora relata quebra de relógio de medição de luz

Reclamação de Marilda Araújo: "Veio na minha residência um funcionário da Enel dizendo que deveria trocar o relógio de medição de energia. Eu o questionei, e ele só apresentou um número do serviço anotado em um papel pequeno. Não conseguiu retirar a tampa do novo relógio. Até quebrou o vidro do relógio antigo. Aí, foi embora sem trocar. Ficou tudo quebrado."

Resposta: "A Enel Distribuição São Paulo informa que realizou contato inicial com a cliente, em 16 de maio, e uma equipe da companhia esteve no imóvel para fazer a substituição do medidor, em 21 de maio e em 23 de maio, mas o local estava fechado. A equipe então realizou contato por telefone com a cliente, no qual ela informou estar sem disposição de horário para receber as equipes no local, neste momento. Desta forma, foi orientada a entrar novamente em contato com a companhia, quando houver disponibilidade, para que possa ser realizada a substituição do medidor do imóvel, que está com fornecimento de energia normalizado. A companhia continua à disposição para quaisquer dúvidas." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Notícias da Itália

Roma- Foram dadas instrucções, para os neccessarios preparativos, ás forças navaes, que acompanharão o príncipe Humberto na sua próxima viagem à America do Sul. Essas forças compor-se-ão de quatro navios; dois couraçados e dois cruzadores, constituindo uma divisão, de que será navio almirante o "San Giorgio", no qual embarcará o príncipe herdeiro. S. Alteza seguirá directamente de Spezzia para o Rio de Janeiro. Passará no Brasil dezoito dias, os quaes visitará S. Paulo e outras cidades do interior... ●

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias. estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Célia Armbrust Lima Figueiredo – Dia 24, aos 98 anos. Filha de João Lima Figueiredo e Maria Amélia Armbrust Lima Figueiredo. Era solteira. Deixa parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Consolação.

MISSA

Silvia Seroli – Dia 31, às 19h30, na Paróquia Nossa Senhora das Dores, na R. Lucila, 160, Vila Baruel (7º dia).

Com profundo apesar, mas com gratidão por termos compartido uma vida juntos, informamos o falecimento de

AZOR DE TOLEDO BARROS FILHO

casado com Teresa Bolton de Toledo Barros. Deixa também filha, filho, irmã, nora e netas. O velório será hoje, 29 de Maio, às 9h no Cemitério da Paz, em São Paulo-SP, e o sepultamento no mesmo local às 13h.

Como acionar o serviço funerário na cidade de São Paulo:

Na capital paulista, toda a prestação dos serviços cemiteriais e funerários é feita por meio de quatro concessionárias autorizadas: **Consolare**, **Cortel**, **Maya** e **Velar SP**, de acordo com a SP-Regula. Não há funerárias particulares.

O contratante deve ser, preferencialmente, parente do falecido(a), pois se responsabilizará pelas informações declaradas.

O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário pelo telefone 156 ou pelo Portal 156 (sp156.prefeitura.sp.gov.br/portal).

Site das concessionárias
Consolare:
https://consolare.com.br
Cortel SP:
https://www.cortelsp.com.br
Grupo Maya:
https://grupomaya.com.br/
Velar:
https://velarspfuneraria.com.br/

NA WEB
O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário neste link **https://www.prefeitura.sp.gov.br**

NOTAS E INFORMAÇÕES

Metrô desafia a paciência



Se tudo der certo, a Linha 6 será entregue com quase dez anos de atraso, um evidente absurdo

Ainda carente de uma rede metroviária à altura do tamanho, da importância e do poder econômico da cidade de São Paulo, o paulistano poderá ter de esperar mais tempo para entrar na Estação Brasilândia, na região noroeste, e desembarcar 23 minutos depois na Estação São Joaquim, no centro. A demora se deve a mais um entre tantos entraves para o andamento das obras da Linha 6-Laranja do Metrô, que deveria ter sido entregue em 2018 e agora só deve ficar pronta, se nada mais acontecer, talvez em 2027.

Segundo a concessionária Linha Uni – referência ao fato de o ramal passar por universidades como PUC, Faap, Mackenzie e FGV –, o empreendimento enfrenta problemas geológicos não previstos. Com isso, somam-se 1.096 dias de atraso sobre o cronograma – ou seja, mais três anos, o que pode jogar a conclusão para 2028.

Há 20 anos já se falava da Linha-6 nos noticiários, quando a Prefeitura de São Paulo transferiu recursos ao Estado para serem usados no projeto. Vencedor da licitação da parceria público-privada para construir e operar a linha, o consórcio Move São Paulo assinou o contrato em 2013 com o governo estadual. As escavações foram iniciadas em 2015, mas paralisadas no ano seguinte. Formado por Odebrecht, Queiroz Galvão, UTC Engenharia e um fundo de investimentos, o consórcio ficou sem caixa e linhas de crédito após as construtoras protagonizarem o escândalo revelado pela Lava Jato. Em 2019, o conglomerado espanhol Acciona Construcción, que lidera o atual consórcio, assumiu o empreendimento.

Rompimento de contrato, acidente em canteiro, achados arqueológicos pelo caminho e agora, segundo a Linha Uni em documento enviado à gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos), rochas e condições de solo não abordadas pelos estudos de geologia realizados para lançar a licitação estão entre os obstáculos para o cumprimento de prazos. E são muitos os prazos. Ao longo de todo o histórico da Linha 6, registram-se ao menos cinco diferentes previsões de entrega: 2018, 2020, 2021, 2025 e, agora, 2027. Não se pode condenar quem esteja cético quanto a este novo prazo.

A gestão Tarcísio tenta mitigar o atraso, com a entrega de um primeiro trecho (de Brasilândia a Perdizes) em 2026, e o restante ficaria para o ano seguinte. A Linha Uni já pediu ao Estado um adicional de R$ 230 milhões. Toda a obra custará mais de R$ 18 bilhões.

Com o pleito da Linha Uni e a ideia de reduzir o prazo, o custo vai aumentar. O secretário executivo da Secretaria de Parcerias em Investimentos, André Isper Rodrigues Barnabé, afirmou ao **Estadão** que o dinheiro não sairá só dos cofres públicos, uma vez que o contrato prevê compartilhamento de riscos. "A concessionária só vai ter receita quando começar a operar. Se, por um lado, a obra vai custar mais caro, por outro, encurtando o prazo, a concessionária começa a ter receita antes. A alternativa de acelerar o cronograma é vantajosa para o Estado, a concessionária e o usuário", disse Barnabé. Gasto no escuro, uma vez que, segundo ele, não é possível estimar custos.

A Linha 6 terá 15,3 km e 15 estações. A estimativa é atender 633 mil passageiros, que, enquanto esperam, continuarão a gastar 90 minutos para fazer o mesmo trajeto de ônibus – perda de tempo, de dinheiro e de paciência. ●

● A tragédia do RS ● Ainda em crise

Após 1 mês, Porto Alegre continua sem serviços e com bairros alagados

No Estado, partes da região metropolitana, da sul, do litoral e da Serra Gaúcha estão em alerta de risco geológico e hidrológico

PRISCILA MENGUE

MIGUEL NORONHA/ENQUADRAR



Humaitá: áreas alagadas motivam protestos e distribuição de bombas

O Rio Grande do Sul completa um mês de devastação com uma situação ainda muito longe da realidade ou até de um "novo normal". Com a formação de um ciclone pela costa sul ontem, sistemas de drenagem colapsados e parte dos cursos d'água acima da cota de inundação, a população teme uma demora ainda maior no retorno para a casa, o trabalho e a escola, assim como na retomada de diversos serviços básicos que continuam afetados.

Desde o dia 29 de abril, quando a chuva volumosa ficou estacionária sobre o Rio Grande do Sul, segundo o Inmet, os volumes ficaram entre 200 mm e 300 mm em diversas áreas. Na capital do estado, Porto Alegre, o volume chegou a 258,6 mm em apenas três dias e superou 500 mm no mês.

Partes da região sul, região metropolitana, litoral e Serra Gaúcha estão em alerta de risco geológico e hidrológico, com ventos acima de 80 km/h e chuva intensa. Também há previsão de possível ressaca.

Bairros continuam inundados em Porto Alegre, Canoas e outros municípios da região metropolitana, diante de problemas nos sistemas de escoamento. Na região sul, cidades como Pelotas enfrentam impacto da cheia e temem maior elevação nos próximos dias. "O momento é crítico e de alerta total", disse Paula Mascarenhas (PSDB), prefeita da cidade em postagem nesta terça.

Além disso, a busca por 53 desaparecidos continua em curso, com dificuldade nos trabalhos, principalmente em áreas de deslizamento, por causa da chuva e do solo encharcado. Ao todo, foram confirmados 169 óbitos. Grande parte dos estabelecimentos comerciais, de serviços e industriais não retornou – e há ainda os danos às lavouras.

Situação atípica prossegue

Com o ciclone, parte dos municípios orientou a população a não colocar lixo nas ruas esta semana

Os impactos envolvem dificuldades de mobilidade e transporte. Ao todo, 60 trechos estão total ou parcialmente bloqueados em rodovias estaduais e federais.

Ao todo, o Estado contabiliza 48,7 mil pessoas em 681 abrigos de 91 municípios. As cidades com mais pessoas em abrigos são São Leopoldo, Canoas, Porto Alegre, Gravataí, Novo Hamburgo e Cachoeirinha, todas na região metropolitana.

DRENAGEM. Em Porto Alegre, a segunda-feira foi marcada por mais protestos de moradores de bairros da zona norte, como Sarandi, Humaitá e Anchieta, que continuam debaixo d'água, enquanto a enchente recuou em bairros centrais e de maior renda. A mobilização levou a uma ação conjunta dos governos para destinar uma bomba de drenagem ao local.

A capital continua sem previsão de retorno do aeroporto, da rodoviária e das estações de trem metropolitano, assim como há dificuldade de conexão com municípios vizinhos, o que resultou na abertura de três "corredores humanitários" improvisados (com pedregulhos e sedimentos) — o mais recente inaugurado ontem, nas imediações da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), na zona norte, que está alagada. A situação tem causado lentidão e engarrafamentos. Segundo a Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), ainda há ao menos 43 bloqueios totais e 14 bloqueios parciais em vias.

LIXO, ENTULHO E FALTA DE LUZ. Com o ciclone, parte dos municípios orientou a população a não colocar lixo nas ruas esta semana. A determinação ocorre após Porto Alegre ter sofrido com novos alagamentos em grande parte da cidade na semana passada, após o município pedir aos moradores para colocar nas calçadas os móveis e outros itens atingidos pelas enchentes – o que dificultou ainda mais o escoamento de água.

A situação atual é de mais de 123,8 mil imóveis ainda sem luz, segundo o Estado. O fornecimento de água também não está normalizado. Em Porto Alegre, uma das estações de tratamento está com vazão reduzida, pelo acúmulo de lixo e turbidez da água, e não há previsão para o retorno da estação que atende às ilhas. ●

Casos de leptospirose mais do que dobram em somente três dias

A secretária de Saúde do Rio Grande do Sul (SES-RS), Arita Bergmann, utilizou as redes sociais para enfatizar a necessidade de a população gaúcha procurar atendimento médico imediato ao apresentar sintomas de leptospirose. Arita ressaltou que há medicamentos suficientes e o diagnóstico precoce é crucial para evitar a evolução para quadros graves e óbitos.

"Entrou em contato com a lama, andou na água da enchente e apresentou sintomas de leptospirose? Procure atendimento de saúde imediatamente. A doença tem tratamento e há medicações disponíveis. Não espere em casa achando que vai passar, pois a doença pode se agravar", alertou Arita.

Conforme boletim divulgado pela SES, até anteontem o Estado registrava 124 casos confirmados de leptospirose, um aumento de 129,6% em relação à sexta-feira, quando eram 54 casos confirmados. Além disso, foram registrados 5 óbitos e 922 casos suspeitos estão em investigação. ● VICTÓRIA RIBEIRO

INÊS 249

Copa Sul-Americana

Corinthians passa fácil pelo Racing e garante o primeiro lugar da chave

Alvinegro faz 3 a 0 nos uruguaios, chega aos 13 pontos no Grupo F e assegura a vaga nas oitavas de final; partida marca a despedida de Paulinho, que entrou no fim

BRUNO ACCORSI

Com ótima atuação do seu setor ofensivo, o Corinthians mostrou força e venceu ontem o Racing do Uruguai por 3 a 0, em jogo realizado na Neo Química Arena. Promover Igor Coronado ao time titular mostrou-se uma ótima decisão do treinador António Oliveira. O meia deu nova vida ao setor ofensivo alvinegro, apoiado por ótimas atuações de Yuri Alberto e Rodrigo Garro, e ajudou a construir um triunfo.

A vitória, válida pela última rodada da primeira fase da Copa Sul-Americana, garantiu a classificação direta do Corinthians às oitavas de final e ainda abrilhantou a despedida do volante Paulinho, que, aos 35 anos, encerra sua segunda passagem pelo clube no qual foi campeão da Libertadores e do Mundial, após não renovar contrato.

A equipe paulista termina a fase de grupos do torneio continental na primeira colocação do Grupo F, com 13 pontos contra 11 do Racing-URU. Na Sul-Americana, é importante ser o líder porque é a única posição que dá vaga direta às oitavas. O vice-líder tem de disputar um playoff contra uma equipe eliminada da Libertadores.

António Oliveira decidiu colocar Igor Coronado para jogar junto com Rodrigo Garro e viu a decisão trazer mais qualidade ao time alvinegro, como mostraram os minutos iniciais da partida. Coronado estava escalado mais aberto pela direita, porém tinha liberdade de movimentação para trocar de posição com o argentino, o que gerou grande variação de jogadas no campo adversário.

Depois de sofrer uma pressão por 15 minutos, o Corinthians se encontrou em campo e a vitória veio com naturalidade. O primeiro gol surgiu aos 21, em linda cobrança de falta de Rodrigo Garro. Logo depois, aos 24, Wesley limpou a marcação e tocou para Yuri Alberto ampliar.

No segundo tempo, o Corinthians definiu o jogo aos 12 minutos. Igor Coronado limpou três defensores, deixando um deles no chão, e bateu rasteiro para marcar o terceiro do Corinthians.

ADEUS. A vantagem de três gols deixou armado o cenário perfeito para a despedida de Paulinho, que não renovou com o clube e entrou em campo no lugar do jovem Breno Bidon para ser ovacionado pela fiel. Não teve gol, mas teve muita emoção e um adeus digno a um dos grandes ídolos do clube. ●

FASE DE GRUPOS DA LIBERTADORES

CORINTHIANS 3 × RACING-URU 0

Gols: Rodrigo Garro, aos 21, e Yuri Alberto, aos 24 do 1º Tempo. Igor Coronado, aos 12 do 2º Tempo.
CORINTHIANS: Carlos Miguel; Fagner (Matheuzinho), F. Torres, Cacá e Hugo; Bidon (Paulinho), Garro e Igor Coronado (Romero); Yuri Alberto (Pedro Raul) e Wesley (Mosquito).
Técnico: António Oliveira.
RACING-URU: Ordiozola; Gastón Buenos, Magallanes e M. Ferreira; Agustín Pereira (Rivero), L.Rodríguez (Santiago Mederos); Erik Santos e Thiago Espinosa (Alaniz); Verón, Nandín (Gorocito) e Urretavisscaya (Teliz).
Técnico: Eduardo Espinel.
Árbitro: Roberto Pérez (PER).
Amarelos: Cacá, Raniele, Magallanes e Martín Ferreira.
Renda: R$ 2.322.336,00.
Público: 40.353 pessoas.
Local: Neo Química Arena.

Próxima partida

O Corinthians, agora, se volta para o Brasileirão. Sábado, às 21h, recebe o Botafogo em sua arena

NELSON ALMEIDA / AFP



Jogadores do Corinthians celebram o segundo gol, de Yuri Alberto

Libertadores

São Paulo encara o Talleres em busca da liderança do Grupo B

MARCOS ANTOMIL

 **21h30:** Globo e Paramount+

O São Paulo já está classificado para as oitavas de final da Libertadores, mas sabe que terminar esta etapa como líder da chave pode beneficiá-lo na sequência da competição. Para alcançar o topo, apenas a vitória interessa hoje, às 21h30, no MorumBis. A equipe tricolor mede forças com o argentino Talleres, primeiro colocado do Grupo B.

Após cinco rodadas, o Talleres aparece na liderança, com 13 pontos. O São Paulo é o segundo colocado, com dez. No outro jogo da chave, o equatoriano Barcelona, com três, e o chileno Cobresal, com um ponto, lutam pela vaga nos playoffs da Copa Sul-Americana.

Como o São Paulo tem saldo positivo de cinco gols e o Talleres tem seis, uma vitória simples do Tricolor sobre os adversários será suficiente para ultrapassá-los na tabela da chave. Os argentinos, porém, têm uma outra meta: ser o melhor primeiro colocado na classificação geral para definir todos os mata-matas como mandante até as semifinais.

O jogo deve marcar o retorno de Calleri ao ataque do São Paulo e Lucas Moura pode começar como titular. O aproveitamento das finalizações tem tirado o sono do técnico Luis Zubeldía. "Temos de seguir trabalhando e buscar marcar gols quando as oportunidades surgem. Precisamos encontrar o nível desejado", disse o treinador.

O histórico do São Paulo com o Talleres não é dos melhores. Em cinco jogos oficiais, foram três empates sem gols e duas derrotas, ambas na Argentina. Em casa, é a chance de o time tricolor pôr fim ao tabu. ●

FASE DE GRUPOS DA LIBERTADORES

SÃO PAULO × TALLERES

SÃO PAULO: Rafael, Igor Vinícius, Arboleda, Alan Franco e Welington; Alisson, Bobadilla e Michel Araújo; Lucas, Luciano (Lucas Moura) e Jonathan Calleri (André Silva).
Técnico: Luis Zubeldía.
TALLERES: Herrera; Benavídez, Rodríguez, Catalán e Navarro; Ortegoza, Camilo Portilla e Marcos Portillo; Botta, Sosa e Girotti.
Técnico: Walter Ribonetto.
Árbitro: Jhon Ospina (COL).
Horário: 21h30.
Local: Estádio do MorumBis, em São Paulo (SP).

Palmeiras

Abel faz treino longo para enfrentar o San Lorenzo

De olho no confronto de amanhã com o San Lorenzo, pela última rodada da fase de grupos da Libertadores, o técnico do Palmeiras, Abel Ferreira, intensificou as atividades e comandou treino de uma hora e meia. O objetivo foi ajustar detalhes para buscar a vitória e tentar encerrar a fase com a melhor campanha geral.

Os atletas fizeram enfrentamentos de ataque contra defesa e também trabalharam em espaço reduzido para treinamentos específicos de cada posição.

Líder do Grupo B com 13 pontos, o Palmeiras está invicto no torneio, com quatro vitórias e um empate. ●

Santos

Recuperado de lesão, Alison volta a atuar em jogo-treino

O técnico Fábio Carille ganhou o reforço do volante Alison para a sequência da Série B. Ontem, enquanto os titulares que perderam para o América por 2 a 1 fizeram um trabalho regenerativo na Vila Belmiro, o treinador comandou um jogo-treino com os reservas, que venceram o Juventus por 5 a 1. Alison, que se recuperou de uma cirurgia para reconstrução do ligamento cruzado do joelho esquerdo, jogou improvisado como zagueiro e mostrou boa movimentação.

Líder da Série B com 15 pontos (mesma pontuação do América-MG), o Santos volta a campo na segunda-feira, às 20h, quando enfrenta o Botafogo-SP em Londrina. ●

Salto com vara

Thiago Braz é suspenso por 16 meses por doping e está fora da Olimpíada

Campeão olímpico no Rio-2016 e bronze em Tóquio-2020, brasileiro testou positivo para substância que aumenta massa muscular

MONTECARLO

Campeão olímpico do salto com vara nos Jogos Olímpicos do Rio-2016 e medalha de bronze em Tóquio-2020, o saltador brasileiro Thiago Braz foi suspenso definitivamente por doping por 16 meses pela Athletics Integrity Unit (AIU, ou Unidade de Integridade do Atletismo). Com a decisão, ele só poderá voltar a competir no final da temporada de 2024 e assim está fora da disputa da Olimpíada de Paris.

O atleta já estava suspenso preventivamente desde julho de 2023 pela World Athletics (Federação Internacional de Atletismo) quando testou positivo para ostarina, uma substância que aumenta a massa muscular. Em nota, Braz alegou que a violação não foi intencional e ocorreu por "contaminação de suplementos".

"A Unidade de Integridade do Atletismo (AIU) proíbe o campeão olímpico da Rio-2016, Thiago Braz, por 16 meses pela presença de glicuronídeo de ostarina após o atleta ter consumido suplementos esportivos contendo a substância proibida. O brasileiro, de 30 anos, que conquistou o ouro olímpico diante de sua torcida há oito anos e conquistou o bronze em Tóquio cinco anos depois, agora perderá a Olimpíada de Paris-2024 "oficializou a AIU.

DARKO VOJINOVIC/AP–20/3/2022



Thiago Braz só vai poder voltar às competições no final deste ano

Apesar de a defesa do atleta ter alegado que os suplementos utilizados na edição de Estocolmo da Liga de Diamante (série anual de competições de atletismo) não continham substâncias proibidas pela Wada (Agência Mundial Antidoping), a World Athletics considerou Thiago Braz culpado, definindo que ele "violou as Regras Antidoping do Atletismo Mundial."

Thiago Braz ficará impedido de competir até 27 de novembro de 2024, com seu período de suspensão provisória sendo creditado ao tempo cumprido. Apesar da possibilidade de recurso no Tribunal Arbitral do Esporte (TAS), o atleta já não terá tempo hábil para competir em Paris. E corre o risco até de receber uma punição maior, pois a AIU solicitou sanção de quatro anos, alegando que o atleta foi "imprudente" e agiu com "intenção indireta", estando ciente do risco.

"Atletas do Brasil, incluindo o Sr. Braz, foram especificamente educados sobre os perigos em torno do uso de suplementos de farmácias de manipulação no Brasil. Isto ocorreu por meio de fóruns online da AIU e avisos de atletas da AIU", explicou o chefe da entidade, Brett Clothier. "À luz destes avisos muito claros, é decepcionante lidar com um caso deste tipo."

A defesa solicitou recurso no TAS, mas a definição não deve ocorrer antes da próxima edição do torneio.

SUBSTÂNCIA. O glicuronídeo de ostarina já causou outras penalizações no esporte antes. A jogadora brasileira de vôlei, Tandara, por exemplo, foi suspensa por quatro anos por usar a composição, e o atleta velocista britânico Chijindu Ujah até perdeu a medalha conquistada no revezamento 4 x 100 dos Jogos de Tóquio-2020 por ter o elemento detectado na análise química.

A médica do esporte, Flávia Magalhães, que trabalhou como oficial do controle de doping na Copa América de 2019 e nos Jogos do Rio-2016, explica que a ostarina é utilizada para o tratamento de perda de massa muscular, uma condição chamada clinicamente de sarcopenia.

"A ostarina atua na cicatrização de lesões e aumento de massa muscular. É uma droga que não apresenta toxicidade hepática e é ótima para ganho de força e resistência. Por isso, ela serve para um grande número de doenças relacionadas ao envelhecimento."

A substância tem efeito anabolizante e promove alterações físicas e psíquicas que contribuem com a melhora do desempenho do atleta. Sendo assim, fere os conceitos de prática justa sem interferências e, por isso, é proibida no esporte.

Contagem regressiva
Faltam 58 dias para a Cerimônia de Abertura dos Jogos Olímpicos de Paris-2024

Segundo Flávia, a ostarina amplifica a potência de saltos e velocidade, movimentos primordiais na modalidade praticada por Thiago Braz. "A substância é mais comum devido aos menores efeitos colaterais e boa ação androgênica, favorecendo aumento de performance esportiva", afirmou a médica.

Os atletas podem conseguir efeitos semelhantes aos alcançados com a composição sem infringir as leis esportivas, com acompanhamento nutricional adequado e treinos apropriados para a faixa etária. "Qualquer medicação anabolizante similar é doping no esporte", alerta a especialista. ●

Liga das Nações de vôlei

Seleção feminina leva susto, mas bate o Japão e se mantém invicta

MACAU

A seleção brasileira feminina de vôlei segue invicta na Liga das Nações. Ontem, em Macau, o time do técnico José Roberto Guimarães derrotou o Japão por 3 sets a 2, parciais de 24/26, 26/24, 19/25 e 25/20 e 15/11, e obteve a quinta vitória no torneio.

O primeiro set, ontem, teve um início preocupante para o Brasil. O time não conseguiu encaixar seu ataque e sofreu com a variação ofensiva das japonesas. Apreensivo, Zé Roberto pediu foco às atletas e, aos poucos, a partida foi ficando equilibrada. O Japão começou a ser barrado pelo bloqueio brasileiro.

A seleção conseguiu a igualdade em 16 a 16, o equilíbrio se manteve até o fim do primeiro set, mas, na chance de definir a parcial o bloqueio japonês prevaleceu. Em seguida, com um set point a favor, o Japão fechou o primeiro set em 26 a 24.

O segundo set teve um início diferente em relação à primeira parcial. Com dois pontos de saque de Gabi, o Brasil abriu 4 a 1, mas logo cedeu ao jogo de variações das rivais. O set foi equilibrado até os pontos decisivos. Em 24 a 24, um erro de Araki no saque mudou o cenário da partida. Com 25 a 24 a favor, Gabi furou o bloqueio rival e devolveu o placar do set inicial: 26 a 24.

Após início equilibrado, o terceiro set contou com erros básicos da seleção brasileira. A falta de foco permitiu ao Japão abrir vantagem, administrar com tranquilidade a liderança do placar e fechar em 25 a 19.

Com a necessidade de vencer para levar a partida para o tie break, o Brasil mostrou determinação para impor o seu jogo no quarto set e não deu chances ao bloqueio das japonesas. O triunfo foi definido em ataque da Thaísa: 25 a 20.

No quinto e decisivo set, o Brasil, com um forte bloqueio, abriu 4 a 1 e administrou a vantagem. Thaísa e Carol foram decisivas na rede e a seleção chegou ao triunfo ao fazer 15 a 11.●

Time joga amanhã
A seleção feminina volta à quadra às 8h30, pelo horário de Brasília, para enfrentar a Holanda

Tênis

Meligeni é o 6º brasileiro eliminado em Roland Garros

O Brasil não tem mais representantes na chave de simples de Roland Garros. O último dos seis a cair foi Felipe Meligeni, que perdeu ontem para Casper Ruud em sets diretos, com parciais de 6/3, 6/4 e 6/3.

Meligeni até fez um bom jogo diante de um oponente que foi finalista em Roland Garros nas duas últimas edições, tem maior experiência e vem de um título de Genebra. Mas foi insuficiente para colocar em dúvida a vitória do tenista norueguês.

Antes dele caíram Bia Haddad, Thiago Monteiro, Gustavo Heide, Thiago Wild e Laura Pigossi. ●

O MELHOR DA TV

TÊNIS
● **Roland Garros**
Segunda rodada
6h / ESPN 2 e Star+

SURFE
● **Circuito Mundial**
Etapa de Teahupo'o
14h30 / SporTV 3

FUTEBOL
● **Liga Conferência**
Olympiakos x Fiorentina
15h45 / SBT, Cultura, ESPN 4 e Star+
● **Copa Libertadores**
Grêmio x The Strongest
19h / ESPN e Star+
Barcelona (ECU) x Cobresal
21h30 / ESPN 3 e Star+
Fluminense x Alianza Lima
21h30 / ESPN e Star+
São Paulo x Talleres
21h30 / Globo e Paramount+
● **Copa Sul-Americana**
Lanús x Cuiabá
19h / Paramount+
Fortaleza x S. Trinidense (PAR)
21h / Paramount+
Boca Juniors x Potosi (BOL)
21h / ESPN4/Star+

R$ 27 milhões

Casa do filme 'Esqueceram de Mim' está à venda

Imóvel de 1921 foi reformado pelos atuais proprietários, que mantiveram detalhes que fazem lembrar a produção

COLDWELL BANKER REALTY/DIVULGAÇÃO



Cinco quartos, seis banheiros, quadra e uma sala de cinema em área de 847 metros quadrados

É possível viver em um dos cenários mais icônicos do cinema, mas por um valor um pouco salgado. A casa onde foi filmado o longa *Esqueceram de Mim*, protagonizado por Macaulay Culkin, está à venda em Illinois, nos Estados Unidos, por US$ 5,25 milhões – cerca de R$ 27 milhões na cotação atual. O imóvel foi anunciado na semana passada por uma corretora local.

Ao todo, são cinco quartos, seis banheiros e cerca de 847 m². A residência ainda possui uma quadra de basquete, duas lavanderias e uma sala própria de cinema, decorada com uma estátua gigante, feita com Lego, de Kevin McCallister, personagem de Culkin, além, claro, de um pôster de *Esqueceram de Mim*.

"A imponente residência georgiana de tijolos famosa por *Esqueceram de Mim* traz uma rara oportunidade de possuir uma das casas de cinema mais icônicas da cultura pop americana", descreve a corretora no anúncio do imóvel. Segundo a empresa, a casa foi construída em 1921.

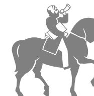
A empresa também informou que o imóvel foi reformado em 2018. Os proprietários, porém, "tiveram o máximo cuidado em manter os detalhes arquitetônicos e a integridade dos espaços mais memoráveis e reconhecíveis da casa".

Segundo o *Wall Street Journal*, os atuais donos da casa são Tim e Trisha Johnson. Em 2012, eles compraram a residência por US$ 1,5 milhão – cerca de R$ 8 milhões na cotação atual. Trisha conta que é comum fãs do filme irem até o local para tirar fotos e reproduzir a cena do "grito de Kevin".

FELIZ. Ela disse que as pessoas dão "energia feliz" para a residência. "É muito divertido ver as pessoas animadas só por verem a minha casa", brincou, em entrevista à publicação.

Trisha contou ainda que encontraram a casa por acaso enquanto procuravam um lugar para morar em 2012. "Ao descrever a casa ideal, eu disse ao meu marido que queria algo que se parecesse com a residência dos McCallisters no filme. Nós não tínhamos ideia de onde ficava a casa e jamais imaginamos que pudesse ser em uma das cidades em que estávamos procurando. Só soubemos quando nosso corretor nos levou até ela", explicou, com um adendo: a decisão de vender o imóvel se deve apenas à vontade de aproveitar o momento do mercado. "Viver nela foi a realização de um sonho." ●







● Nó tributário ● Regulamentação

Com prazo curto e relatoria dividida, Câmara inicia a 2ª fase da reforma

Para se fortalecer na eleição à presidência da Casa, Lira indica 7 deputados de sua confiança para elaborar texto final, que não vai passar por comissões técnicas

DANIEL WETERMAN
BIANCA LIMA
BRASÍLIA

A Câmara começou a discutir ontem o primeiro projeto que regulamenta a reforma tributária com um calendário apertado, uma relatoria dividida entre sete deputados e um movimento do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), para se fortalecer na disputa por sua sucessão.

O calendário estipulado por Lira prevê menos de 60 dias para a análise, contados desde ontem. O presidente da Câmara quer votar a proposta antes do recesso parlamentar, que começa em 18 de julho. O objetivo é concluir a tramitação antes do segundo semestre, quando os parlamentares estarão voltados para as eleições municipais.

A regulamentação da reforma foi dividida em dois projetos de lei complementar. O primeiro, já enviado pelo governo, traz a espinha dorsal do novo sistema: o funcionamento do Imposto sobre Valor Agregado (o IVA, que unificará cinco tributos) e do Imposto Seletivo, o chamado "imposto do pecado", que incidirá sobre bens e serviços considerados nocivos à saúde ou ao meio ambiente. É nesse projeto que se definirá, por exemplo, quais itens vão compor a cesta básica nacional com alíquota zero e como será o funcionamento do cashback, o sistema de devolução de parte dos tributos à população mais pobre.

Lobby

Tributaristas temem que relatoria fragmentada facilite a pressão de setores organizados da economia

Já o segundo projeto vai detalhar o funcionamento do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), o tributo que será criado para eliminar o ICMS e o ISS. A expectativa é de que seja apresentado na próxima semana.

Lira impediu que o projeto fosse votado por comissões antes do plenário e nomeou sete deputados de sua confiança para dividir a relatoria. No plenário, ele terá o poder de pautar a proposta para votação. "Vai ser uma maneira mais democrática, nós vamos retalhar, nós vamos estratificar mais. Quando você concentra, é uma chance maior de errar", disse ele, à GloboNews, em 25 de abril.

Tributaristas, porém, criticaram a não observância do regimento interno da Casa. Eles afirmam que esse modelo de tramitação retira a competência das comissões técnicas e fere a representação proporcional partidária, uma vez que a escolha dos deputados que compõem o grupo de trabalho seria política.

Nos bastidores, o temor é de que a relatoria ultrafragmentada criada por Lira facilite mudanças no texto, sobretudo por pressão de grupos mais organizados, que têm fácil acesso aos parlamentares, e dos que têm pontes com o presidente da Câmara.

De acordo com aliados, o movimento é uma busca de Lira pela sucessão do comando da Casa, marcada para fevereiro de 2025, e também para centralizar no grupo liderado por ele as negociações com o governo e com os setores econômicos interessados na reforma. ●

INÊS 249

Oportunidade para o etanol na aviação civil

ARTIGO

Plinio Nastari e Luis Gustavo Junqueira Figueiredo
São, respectivamente, presidente da Datagro; e diretor comercial da Usina Alta Mogiana

O Brasil tem o mais exitoso histórico de uso de etanol carburante em transporte. Em 2023, o etanol substituiu 41,3% da gasolina automotiva consumida no País, e seu uso não tem se limitado ao uso no setor automotivo. A Embraer desenvolveu uma bem-sucedida aplicação para o etanol na aviação agrícola através do Ipanema, com mais de 1.600 unidades comercializadas. É opção homologada, economicamente vantajosa e comprovadamente segura. No entanto, apesar deste histórico positivo, o etanol ainda não se estendeu a um uso mais geral na aviação civil.

Vários países enfrentam o desafio de formar pilotos, e empresas aéreas como American, British e Emirates criaram escolas próprias para sua formação. Um dos maiores obstáculos é o custo da hora voada, que tem como fator relevante o preço do combustível. No Brasil, o seu preço gira em torno de R$ 14 por litro e dependendo do equipamento utilizado, implica consumo de 23 a 85 litros por hora, representando 30% a 35% do custo da hora voada.

Desenvolvimento de opções usando etanol poderá gerar um grande impulso à aviação civil e à formação de novos pilotos

Mas não só isso.

A gasolina de aviação implica outros cuidados. Com consumo nacional baixo, de cerca de 42 milhões de litros por ano, sua distribuição é onerosa num país continental. Contém chumbo tetraetila em sua composição para atingir octanagem próxima a 100 AKI, substância banida na gasolina automotiva pelo grave impacto à saúde. Sua operação exige o controle da contaminação com água gerada por condensação do ar nos tanques das aeronaves: 10 ml a 20 ml são suficientes para gerar pane, sendo causa de muitos acidentes.

Essas limitações podem ser eliminadas com o uso do etanol, como ocorre na aviação agrícola. Tem octanagem de 110 AKI que permite operações de alta performance sendo, inclusive, usada em acrobacia aérea nos Estados Unidos. É isento de chumbo, de compostos aromáticos cancerígenos, e de enxofre que causa chuva ácida.

Pequenas contaminações com água são absorvidas pelo etanol por ser hidrófilo, não alterando sua faixa de especificação. É disponível em mais de 41.800 pontos de revenda viabilizando seu abastecimento a qualquer tempo de forma confiável. É estável, não requerendo troca de produto armazenado por formação de goma, e seu preço atual ao consumidor gira em torno de R$ 3,20 por litro, permitindo redução considerável no custo da hora voada.

Com o desenvolvimento de opções usando etanol, poderá haver um grande impulso à aviação civil e à formação de novos pilotos, permitindo também a exportação dessas aeronaves a países onde o etanol já é distribuído. ●

● Nó tributário ● Regulamentação

Para evitar ‘protagonismo’, grupo de trabalho não terá hierarquia

Por decisão de Lira, os trabalhos também não serão divididos por temas e nem haverá relatores e sub-relatores

DANIEL WETERMAN
BIANCA LIMA
BRASÍLIA

REFORMA TRIBUTÁRIA

Primeira parte da regulamentação

Principais pontos

- **Criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA)**
- **5 tributos** (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) **viram 2: CBS** (IVA federal) **e IBS** (IVA estadual e municipal)
- **Transição até 2033**
- **Estimativa da alíquota do IVA: 26,5%**

Como será a cobrança?

- **Cobrança passará a ser no destino** (onde mercadoria é consumida), e não mais na origem (onde é fabricada)
- **Cesta básica nacional:** 15 itens com alíquota zero. Foco em alimentos in natura ou minimamente processados. Não inclui carnes, que terão alíquota reduzida
- **Empresas vão se creditar dos impostos pagos na etapa anterior da cadeia.** Ou seja, terão "desconto" no pagamento de futuros tributos. Prazo para creditamento: 60 dias, mas pode chegar a 270 dias
- **Cashback:** devolução de parte dos impostos pagos para a população mais pobre. Botijão de gás, contas de luz, água e esgoto e gás encanado terão devolução maior
- **Profissionais liberais terão desconto de 30%** no recolhimento do IVA incidente na prestação de seus serviços
- **Imposto Seletivo** sobre cigarro, bebida alcoólica, refrigerante, carro, barco, aeronave, minério de ferro, petróleo e gás natural
- **Regimes específicos** para combustíveis, serviços financeiros, cooperativas, planos de saúde, apostas, imóveis, futebol, turismo e lazer e missões diplomáticas
- **Split Payment:** tecnologia vai separar, no ato da compra, o que é imposto e o que será a remuneração do fornecedor do bem ou serviço

FONTE: MINISTÉRIO DA FAZENDA / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

O grupo de trabalho formado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), não terá presidente, relator ou sub-relator para as propostas que serão votadas em plenário. O texto com as propostas de regulamentação da reforma tributária enviado pelo Ministério da Fazenda ao Congresso nem sequer será dividido em temas – e, estes, distribuídos a relatores específicos. De acordo com integrantes do chamado G-7, segundo apurou o **Estadão**, Lira deu total autonomia para o grupo fazer as discussões. O objetivo da inexistência de hierarquia no grupo de trabalho foi evitar concentrar protagonismo em um ou outro membro do grupo.

"Não vai ter relator, sub-relator, coordenador. Todo mundo vai se envolver com tudo", diz o deputado Cláudio Cajado (PP-BA), colega de partido de Lira e escolhido por ele como relator do arcabouço fiscal no ano passado. Cajado, porém, considera essa relatoria mais desafiadora do que a do arcabouço por causa do prazo exíguo. "Vamos ter de correr para votar. Não adianta ter feito a PEC sem regulamentar. Então, teremos de fazer um esforço grande", diz ele, lembrando que há consenso na Casa para a votação ocorrer até o recesso.

Lira deixou de fora do núcleo o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), seu colega de partido, que foi relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma tributária e era o nome preferido do governo para relatar também o texto de regulamentação. "Estando no grupo, o deputado Aguinaldo poderia acabar inibindo a contribuição de outros pela sua própria natureza, mas será imprescindível a contribuição dele como um assessor permanente do grupo", disse o deputado Luiz Gastão (PSD-CE).

ESCOLHA DE LIRA. Para a formação do grupo, os partidos encaminharam uma lista de nomes a Lira – algumas bancadas mandaram mais de uma opção. Os nomes, porém, foram escolhidos diretamente pelo presidente da Câmara, ouvindo aliados mais próximos e presidentes dos partidos – que irão influenciar diretamente na escolha do seu sucessor ao comando da Casa. Assim, Lira contemplou as legendas das maiores e aquelas que têm pré-candidatos à sucessão.

Além de Cajado e Gastão, a lista inclui parlamentares ligados ao setor de serviços, que se considerou prejudicado na reforma aprovada em 2023, como o deputado Moses Rodrigues (União-CE). Também integram o G7 Reginaldo Lopes (PT-MG), um dos petistas mais próximos a Lira na Casa, e Joaquim Passarinho (PL-PA), presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), grupo ligado a empresas de comércio e serviços. Completam a lista Hildo Rocha (MDB-MA) e Augusto Coutinho (Republicanos-PE).

"O presidente Lira nos deu total autonomia. Ele só nos fez um pedido: não deixar aumentar a alíquota-padrão do IVA (*estimada atualmente pela Fazenda em 26,5%*)", afirmou Passarinho. "Todo mundo quer alguma condição especial. A nossa grande tarefa será não deixar isso acontecer para não pressionar a alíquota geral."

PLANTÃO. O grupo de trabalho promoverá discussões, reuniões e audiências públicas até elaborar o relatório e tem poder similar ao de uma comissão da Casa. É dele que sairão os pareceres que serão votados no plenário.

Lira reservou até uma sala de "plantão" para o núcleo dos sete deputados, no Anexo 2 da Câmara. Eles vão se revezar para atender a parlamentares, representantes dos governos e lobistas que se interessam pelo projeto. O número da sala, porém, não agradou: 171. O mesmo do artigo do Código Penal que trata do crime de estelionato (*mais informações na pág. B4*).

Uma das maiores pressões sobre o grupo deve vir do lobby pela inclusão das carnes na cesta básica nacional, com alíquota zero, um pleito dos supermercados e do agronegócio. Essas proteínas estão na lista de alíquotas reduzidas, com desconto de 60% em relação à cobrança cheia. ●

INÊS 249

Vida em Condomínio

Julio Pain,
Fundador do portal SíndicoNet



APRESENTADO POR 

ESTADÃO BLUE STUDIO

Síndicos e o seu impacto na vida em condomínios

Acompanho de perto, há quase 30 anos, o mercado condominial. Durante esses anos, pude presenciar a evolução da gestão de condomínios, assim como as principais mudanças no comportamento e perfil de síndicos e dos condôminos.

Uma recente pesquisa realizada pelo portal SíndicoNet teve como objetivo entender as transformações na dinâmica da vida em condomínios e no conceito de moradia pós-pandemia, com moradores com novos hábitos e passando mais tempo em casa.

A pesquisa foi feita com condôminos de diferentes regiões metropolitanas, de classes B, A/B e A. Além de apontar mudanças de comportamento, como o fato de os entrevistados passarem a enxergar o condomínio como uma extensão dos seus lares, o que mais me chamou a atenção foi o cruzamento do resultado de duas questões específicas: a primeira perguntava – no início do questionário – o quanto aquele morador recomendaria o condomínio em que vivia para algum amigo ou familiar, em uma escala de 0 a 10. Enquanto a outra – esta já mais para o final do questionário – questionava como ele avaliava o desempenho do atual síndico do seu condomínio, também com notas de 0 a 10.

O cruzamento desses resultados, como eu já imaginava, mostrou que, sim, o síndico tem poder de impactar na qualidade de vida dos moradores. Mas qual seria a intensidade desse poder de impacto? Será que um síndico que não performa bem impacta de forma direta e negativa na qualidade de vida percebida dentro daquele condomínio? E o contrário também pode acontecer?

Foi o que os dados apresentados desse cruzamento apontaram, veja:

Para os moradores que avaliaram seus síndicos com notas 0 ou 2, o NPS* médio de qualidade de vida percebida em seus condomínios teve como resultado um número bastante negativo de: (-) 76.

Da mesma forma, nos condomínios com síndicos com notas 3 ou 4, o NPS médio de qualidade de vida naqueles empreendimentos também veio bem negativo, porém melhor: (-) 48.

E o mesmo ocorreu no grupo de condomínios com síndicos com notas 5 ou 6, onde o NPS médio de qualidade de vida melhorou um pouco, mas ainda ficou negativo: (-) 10.

Até aqui, ficou claro que, conforme a performance do síndico ia melhorando, a qualidade de vida no condomínio também ia crescendo, praticamente de uma forma direta.

Mas como fica esse nível de qualidade nos condomínios onde os moradores dão notas boas, de 7 a 10, para os seus síndicos? Veja:

Síndicos notas 7 ou 8 - NPS médio de qualidade de vida dos condomínios: (+) 42. Já aqueles com notas 9 ou 10 - NPS médio de qualidade de vida dos condomínios: (+) 80

Interessante, não? Quem não gostaria de morar em um condomínio com NPS de +80, onde as pessoas se sentem felizes e com orgulho de onde vivem?

Essa análise sublinha a importância crítica de um síndico competente e engajado, e revela um vínculo forte entre a gestão e a satisfação dos condôminos. Demonstra também que a atuação do gestor não é apenas uma questão administrativa, mas uma atividade multidisciplinar que influencia diretamente o bem-estar e a felicidade dos moradores.

Portanto, a escolha de um síndico qualificado e com um perfil correto para as necessidades do condomínio é essencial para promover um ambiente de vida harmonioso e satisfatório.

E você? Recomendaria o seu condomínio para algum amigo ou parente? Que nota daria para o seu síndico? Pense nisso.

"A escolha de um síndico qualificado e com um perfil correto para as necessidades do condomínio é essencial para promover um ambiente de vida harmonioso e satisfatório"

(*) NPS é a sigla para Net Promoter Score - pesquisa/metodologia que avalia a probabilidade de que o cliente indique a empresa para conhecidos e familiares após uma experiência de compra. Para ser calculado, subtrai-se o porcentual de clientes que deram notas de 0 a 6 do porcentual de clientes que deram notas 9 ou 10. Ex. 35% de clientes deram notas de 0 a 6, e 45% deram notas de 9 e 10. (NPS = 45 - 35 = + 10)

Conteúdo patrocinado



● Nó tributário ● Regulamentação

Governo avalia criar reembolso a turista estrangeiro

Secretário da Fazenda diz que modelo de 'tax free' está em estudo; adoção depende de 'custo-benefício' positivo para País

VICTOR OHANA
BRASÍLIA

O secretário extraordinário da reforma tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, afirmou ontem que a pasta abriu uma discussão técnica para avaliar a inclusão do "tax free" – modelo usado no exterior para reembolso de imposto pago em compras por estrangeiros – na reforma tributária.

Appy disse que o dispositivo não está previsto no projeto até o momento, mas que técnicos debatem se a medida teria custo-benefício positivo. "Nossa avaliação é de custo-benefício. Temos dúvida se vale a pena", declarou Appy, em audiência pública sobre a reforma tributária na Câmara.

O secretário disse que turistas estrangeiros não costumam visitar o Brasil para fazer compras, o que pode implicar ganhos reais com a devolução dos impostos.

"Precisa ver realmente se o que você (*o governo*) ganha compensa o custo do projeto. O Brasil não é exatamente um país onde as pessoas venham para fazer compras. As pessoas vêm para cá para fazer turismo por outros motivos, não para fazer compras", disse.

Taxação

26,5% **é quanto deve ser a alíquota-padrão com a reforma tributária**

ALÍQUOTA. Durante a audiência, Appy admitiu que a alíquota-padrão que passará a vigorar após a aprovação da reforma, de 26,5%, é alta. Segundo ele, porém, a alíquota é menor do que a estimada atualmente, de 34,4%, e que, ainda assim, se trata de uma alíquota máxima.

Ele disse também que a alíquota média, pelos cálculos do Ministério da Fazenda, vai ser menor do que os 26,5%, Segundo ele, a redução de brechas para fraudes e as taxas diferenciadas para diversos setores devem baixar mais esse porcentual.

PIB. O secretário afirmou que a sua expectativa é de que, em até 13 anos, a reforma tributária leve o PIB a ter 10% de crescimento. "Mantendo a carga tributária com a proporção do PIB, se a economia cresce mais eu aumento minha arrecadação. Todo mundo ganha", disse Appy, na audiência na Câmara.

De acordo com o secretário, esses efeitos devem reduzir a pressão pelo aumento da carga tributária em até 13 anos. ●

Endereço disputado

Sala 171 do Anexo 2 vai abrigar 'mesa de conversa'

A negociação da proposta de regulamentação da reforma tributária entre parlamentares, integrantes do governo, representantes de entidades e empresários será feita na sala número 171, no Anexo 2 da Câmara dos Deputados.

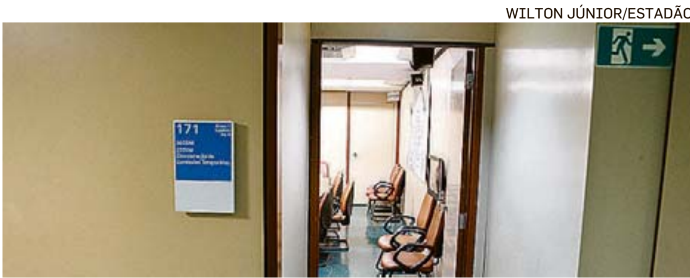
"Vamos trocar esse número", disse o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), um dos sete integrantes do grupo de trabalho (GT) da regulamentação. A fala provocou risos durante jantar realizado na sede da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), anteontem.

O incômodo com o espaço se deve à alusão ao artigo 171 do Código Penal, que trata do crime de estelionato. "É uma sala de reunião que nós estamos chamando de mesa de conversa. Uma empresa, uma associação, alguém que queira conversar com a gente. O objetivo é tirar dúvidas e dialogar com a sociedade", afirmou Passarinho.

O espaço é dividido em duas salas de reunião, as de número 171 e 172, com mesas, cadeiras e televisão. A sala 168, ao lado, abriga a secretaria. ●

DANIEL WETERMAN e BIANCA LIMA/BRASÍLIA

WILTON JÚNIOR/ESTADÃO



Sala nº 171, no Anexo 2 da Câmara, será destinada a reuniões

AVISO DE ABERTURA DE PREGÃO

Encontra-se aberta na Penitenciária "Dr. Sebastião Martins Silveira" e anexo de detenção provisório de Araraquara, Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO número 90008/2024, destinado a Aquisição de Gêneros Alimentícios do tipo Hortifrutigranjeiros - OVO, para o período de Junho a Agosto de 2024, do tipo MENOR PREÇO, a realização da sessão pública será na data 13/06/2024, às 09h00, no correio eletrônico: www.comprasnet.gov.br. O Edital estará disponível em sua integra para leitura e impressão no correio eletrônico: www.gov.br/pncp, seção CONTRATAÇÕES > EDITAIS E AVISOS DE CONTRATAÇÕES, podendo ainda ser consultado junto a Penitenciária de Araraquara.

PENITENCIÁRIA II DE SÃO VICENTE

Encontra-se aberto na Penitenciária II de São Vicente, situada à Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, km 282 – Parque Continental – São Vicente/SP, licitação do tipo menor preço, na modalidade Pregão Eletrônico – 010/2024, visando a Aquisição de Material de limpeza e higiene – Participação Restrita ME/ EPP/COOPERATIVAS.

A licitação será realizada no dia 11/06/2024 às 09H00hs, através do site: https://www.gov.br/pncp/pt-br. Maiores informações através do telefone (13) 3565-3605 em horário comercial, ou e-mail: finansupri@gmail.com

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente edital, fica convocado o Sr. Sandro Oliveira de Souza, com endereço desconhecido, para que compareça de terça à sexta feira, das 13:00 às 16:00 hs, ao Tribunal Eclesiástico Interdiocesano de São Paulo – Av. Nazaré, 993 – Ipiranga – São Paulo – SP, para tratar de assunto que lhe diz respeito.

São Paulo, 24 de maio de 2024.
Mons. Sérgio Tani
Vigário Judicial

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2024 (90002/2024) RETIFICAÇÃO DE DATA

Encontra-se aberto na Delegacia Seccional de Polícia de Rio Claro-SP, o Pregão Eletrônico nº 02/2024 (Processo SEI nº 058.00017870/2024-00), consoante Lei Federal 14.133/2021, destinado a contratação de empresa para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE SUPRIMENTO DE INFORMATICA A realização da sessão pública será na data de 12/06/2024 às 09h30, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS

Estado de São Paulo
Secretaria M. de Administração

ERRATA DE PUBLICAÇÃO
Processo nº 1.413/2.023.
Concorrência nº 08/2.023.

Na publicação do Jornal do Estado de São Paulo, Caderno Economia & Negócios, B9, terça-feira, 28 de maio de 2024.

Onde se lê:

"Objeto: Concessão patrocinada para exploração da operação dos serviços de Transporte Integrado do Município de Ourinhos".

Leia-se:

"Objeto: Concessão para delegação da operação dos serviços de transporte integrado de Ourinhos".

Ourinhos, 28 de maio de 2024.
Lucas Pocay Alves da Silva – Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS

Estado de São Paulo
Secretaria M. de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo nº 772/2024.
Pregão Eletrônico nº 08/2024.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde (RSS), destinadas aos estabelecimentos assistenciais de saúde sob responsabilidade direta da Secretaria Municipal de Saúde.
Data limite para recebimento das propostas: 19/06/2024 até as 08h59min.
Abertura, avaliação das propostas e início da sessão pública de disputa de lances: 19/06/2024 – 09:00 horas.
Sitio eletrônico: www.novobbmnet.com.br
O Edital completo poderá ser retirado no site da Prefeitura Municipal de Ourinhos (www.ourinhos.sp.gov.br) no link licitações, bem como no endereço eletrônico da Bolsa Brasileira de Mercadorias (www.novobbmnet.com.br), sendo que quaisquer esclarecimentos a respeito da presente licitação poderão ser registrados e obtidos diretamente na plataforma da Bolsa Brasileira de Mercadorias.

Ourinhos, 27 de maio de 2024.
Lucas Pocay Alves da Silva – Prefeito.

Fundação Adib Jatene

CNPJ/MF sob nº 53.725.560/0001-70

Comunicado nº: 01 - Esclarecimento de Condições de HabilitaçãoEdital de Chamamento Público FAJ nº 004/2024

A **Fundação Adib Jatene,** pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, legalmente reconhecida como entidade filantrópica, inscrita no CNPJ/MF sob nº 53.725.560/0001-70 e Inscrição Estadual nº 111.915.637.113, com endereço funcional à Avenida Dr. Dante Pazzanese, nº 500 - Ibirapuera - São Paulo/SP, CEP 04012-180, torna público que receberá até **29/05/2024**, PROPOSTAS para **aquisição de 04 (quatro) Equipamentos de Raio-X Móveis Digitais,** incluindo a instalação, testes de funcionamento, treinamento operacional e manutenção durante a garantia para o **Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia,** quando procederá a habilitação e julgamento, na modalidade **Chamamento Público** nos termos do artigo 12 e 13 do Regulamento de Compras e Contratações da FAJ, para os interessados, informamos que o **Edital está Cancelado,** por necessidade de alteração do descritivo técnico em relação aos critérios de aceitação relacionados ao tempo de exposição e sistema de aquisição/processamento de imagens. Novo edital será publicado brevemente. São Paulo, 27 de maio de 2024. Atenciosamente. **Comissão Técnica Julgadora - FAJ.**

COMUNICADO OI AOS CLIENTES

A Oi S/A, em Recuperação Judicial, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC - modalidade longa distância nacional, que se aplica aos acessos do STFC cujas Áreas de Registro estejam contidas na Região III do PGO, comunica ao público em geral o reajuste de preços do Plano de Serviço Alternativo LDN Unificado (PA 031), com vigência a partir de julho de 2024.

1 - Valores máximos homologados pela Anatel:

Valores em Reais incluindo impostos e contribuições sociais, com data-base para futuros reajustes tarifários de julho de 2024, tomando-se o Índice de Serviços de Telecomunicações - IST relativo ao mês de março de 2024 como básico para o cálculo do reajuste.

1.1 Plano Alternativo de Serviço Local - Oi Fixo (PA 031)

Descrição	SP
Adesão	154,12
Franquia 5.000 minutos	5.428,85
Minuto Excedente Fixo-Movel VC2 HN	2,35934
Minuto Excedente Fixo-Movel VC2 HR	2,05162
Minuto Excedente Fixo-Movel VC3 HN	2,59634
Minuto Excedente Fixo-Movel VC3 HR	2,28864
Minuto Excedente Fixo - Fixo HN	1,06645
Minuto Excedente Fixo - Fixo HR	1,06645

Obs:
*- HN - Horário Normal por minutos; HR - Horário Reduzido por chamada.
Valores demonstrados acima são os Máximos Homologados para o Plano de Serviço- não consideram o desconto previsto no Regulamento da Oferta .

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Primeira Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 4ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis do agronegócio da Série Única da 4ª Emissão, da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), conforme a Cláusula 13.2.1 do "*Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio da 1ª Série da 4ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.*" ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em **1ª convocação** em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("Assembleia"), **a realizar-se no dia 18 de junho de 2024, às 10h00,** exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia: (i)** a aprovação da não declaração do vencimento antecipado da CPR-Financeira nº 001/2024 - BZ ("CPR-F") em razão do pedido de recuperação judicial do Devedor, nos termos da Cláusula 8.1 da CPR-F; **(ii)** a aprovação da repactuação do fluxo financeiro dos CRA, nos termos da proposta apresentada pelo Devedor, conforme indicado no Fato Relevante divulgado pela Emissora no dia 24 de maio de 2024; **(iii)** caso o item (i) acima não seja aprovado, deliberar pelo início da cobrança judicial e extrajudicial do saldo devedor dos CRA, bem como com a excussão das garantias constituídas no âmbito do lastro dos CRA; e **(iv)** a autorização e aprovação expressa para que, caso necessário, sejam celebrados e registrados, conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos documentos da oferta, para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: **(i)** A Assembleia Geral instalar-se-á em 1ª convocação com Titulares de CRA que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos CRA em Circulação, sendo as deliberações acima indicadas tomadas pela maioria simples dos Titulares de CRA em Circulação; **(ii)** Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo impreterivelmente em até 02 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica; e **(iii)** Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br, claims@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, com assunto: "Representação - 4ª EMISSÃO - AGT", cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGT, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos. **(v)** Dada a particularidade da Ordem do Dia do item "I", diante da discussão e eventual aprovação da Repactuação dos CRA, a Emissora e o Agente Fiduciário reforçam o convite para que todos os Titulares de CRA participem da Assembleia.

São Paulo, 28 de maio de 2024
Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

COMUNICADO OI AOS CLIENTES

A Oi S/A., em recuperação judicial, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, na Região I, exceto Setor 3 do PGO, comunica ao público em geral os valores máximos, do Plano Alternativo de Serviço nº 175 - "31 DDD Unificado", de Longa Distancia Nacional, válidos a partir de Julho de 2024.

1. Valores Máximos

Valores em Reais incluindo impostos e contribuições sociais, com data-base para futuros reajustes tarifários a partir de julho de 2024, tomando-se o Índice de Serviços de Telecomunicações - IST relativo ao mês de março de 2024 como básico para o cálculo do reajuste.

1.1 Valores das Franquias Mensais

Consumo mínimo mensal contratado (minutos)	AL,AM,CE,RR e SE	AP,MG e RN	PA	ES	MA e PB	RJ	PI	BA e PE
Franquia para Fixo - Fixo 10	17,27	16,83	17,05	16,62	17,74	18,23	17,50	17,38
Franquia para Fixo -Fixo 30	50,83	49,53	50,17	48,90	52,19	53,64	51,50	51,16
Franquia para Fixo -Móvel 30	69,28	67,51	68,39	66,66	71,14	73,11	70,20	69,74
Franquia para Fixo - Móvel Oi 5000 *	8.583,98	8.364,86	8.473,00	8.259,44	8.814,88	9.058,56	8.697,90	8.640,56
Franquia para Móvel Oi	8.583,98	8.364,86	8.473,00	8.259,44	8.814,88	9.058,56	8.697,90	8.640,56

1.2. Valor do minuto caso não seja contratada franquia ou do minuto excedente às franquias contratadas

Tipo Ligação	AL,AM,CE,RR e SE	AP,MG e RN	PA	ES	MA e PB	RJ	PI	BA e PE
VC2 Fixo-Móvel- HN	2,83397	2,76163	2,79733	2,72683	2,91020	2,99065	2,87158	2,85265
VC2 Fixo-Móvel - HR	2,47222	2,40911	2,44025	2,37875	2,53872	2,60890	2,50502	2,48851
VC3 Fixo-Móvel - HN	3,12510	3,04533	3,08470	3,00695	3,20917	3,29788	3,16658	3,14570
VC3 Fixo-Móvel- HR	2,74736	2,67723	2,71184	2,64349	2,82126	2,89925	2,78382	2,76547
Minuto excedente HN Fixo-Fixo	1,23806	1,20645	1,22205	1,19125	1,27136	1,30651	1,25449	1,24622
Minuto excedente HR Fixo-Fixo	0,99039	0,96511	0,97759	0,95295	1,01704	1,04515	1,00354	0,99692
VC2 Móvel-Fixo e Móvel-Móvel - HN	2,83397	2,76163	2,79733	2,72683	2,91020	2,99065	2,87158	2,85265
VC2 Móvel-Fixo e Móvel-Móvel - HR	2,47222	2,40911	2,44025	2,37875	2,53872	2,60890	2,50502	2,48851
VC3 Móvel-Fixo e Móvel-Móvel - HN	3,12510	3,04533	3,08470	3,00695	3,20917	3,29788	3,16658	3,14570
VC3 Móvel-Fixo e Móvel-Móvel - HR	2,74736	2,67723	2,71184	2,64349	2,82126	2,89925	2,78382	2,76547

Franquia para Fixo - Móvel Oi 5000 * - somente chamadas para terminais móveis dentro da rede da Oi.
Horário Normal - De segunda-feira a sábado, exceto feriados nacionais, de 7:00h às 21:00h. Horário Reduzido - De segunda-feira a sábado, de 0:00h às 7:00h e das 21:00h às 24:00h. Domingos e feriados nacionais, das 0:00h às 24:00h.
VC2 - Aplicável nas chamadas em que o usuário originador e receptor estiverem em áreas de tarifação diferentes, porém ambas dentro da mesma área de numeração primária.Exemplo: Origem 21 Destino 22. VC3 - Aplicável nas chamadas em que o usuário originador e receptor estiverem em áreas de numeração primária diferentes. Exemplo: Origem 21 Destino 31.

COMUNICADO OI AOS CLIENTES

A OI S/A., em recuperação judicial, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC na Região II do Plano Geral de Outorgas, exceto os setores 20 (Londrina e Tamarana no Paraná), 22 (Paranaíba em Mato Grosso do Sul) e 25 (Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Inaciolândia, Itumbiara, Paranaiguara e São Simão em Goiás), comunica aos seus clientes e interessados os valores máximos a serem praticados para os Planos Alternativos do Serviço Telefônico Fixo Comutado, na modalidade Longa Distância Nacional (LDN) nº 170, "DDD Unificado", válidos a partir de Julho de 2024.

1. Valores máximos homologados: em Reais incluindo impostos e contribuições sociais, com data-base para futuros reajustes tarifários a partir de julho de 2024, tomando-se o Índice de Serviços de Telecomunicações - IST relativo ao mês de março de 2024 como básico para o cálculo do reajuste.

1.1 Valores das Franquias Mensais

Consumo mínimo mensal contratado (minutos)	MS, RS e SC	PR e RO	AC, GO e MT	DF e TO
Franquia para Fixo - Fixo 10	16,69	17,24	17,12	17,35
Franquia para Fixo -Fixo 30	49,01	50,60	50,27	50,93
Franquia para Fixo -Móvel 30	66,75	68,92	68,48	69,37
Franquia para Fixo - Móvel Oi 5000 **	8259,53	8528,22	8473,09	8584,07

1.2. Valor do minuto caso não seja contratada franquia ou do minuto excedente às franquias contratadas

Tipo Ligação	MS, RS e SC	PR e RO	AC, GO e MT	DF e TO
VC2 Fixo-Móvel- HN	2,61953	2,70474	2,68726	2,72246
VC2 Fixo-Móvel - HR	2,33660	2,41262	2,39702	2,42842
VC3 Fixo-Móvel - HN	2,88431	2,97813	2,95888	2,99764
VC3 Fixo-Móvel- HR	2,60126	2,68588	2,66851	2,70347
Minuto excedente HN Fixo-Fixo	1,19117	1,22992	1,22197	1,23798
Minuto excedente HR Fixo-Fixo	0,95299	0,98399	0,97763	0,99043
VC2 Móvel-Fixo e Móvel-Móvel - HN	2,61953	2,70474	2,68726	2,72246
VC2 Móvel-Fixo e Móvel-Móvel - HR	2,33660	2,41262	2,39702	2,42842
VC3 Móvel-Fixo e Móvel-Móvel - HN	2,88431	2,97813	2,95888	2,99764
VC3 Móvel-Fixo e Móvel-Móvel - HR	2,60126	2,68588	2,66851	2,70347

(*) Exceto nos Setores 20, 22 e 25 da Região II (Londrina e Tamarana no PR, Paranaíba no MS e Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Inaciolândia, Itumbiara, Paranaiguara e São Simão em GO).
Franquia para Fixo - Móvel Oi 5000 ** - somente chamadas para terminais móveis dentro da rede da Oi.
Horário Normal - De segunda-feira a sábado, exceto feriados nacionais, de 7:00h às 21:00h. Horário Reduzido - De segunda-feira a sábado, de 0:00h às 7:00h e das 21:00h às 24:00h. Domingos e feriados nacionais, das 0:00h às 24:00h.
VC2 - Aplicável nas chamadas em que o usuário originador e receptor estiverem em áreas de tarifação diferentes, porém ambas dentro da mesma área de numeração primária.Exemplo: Origem 21 Destino 22.
VC3 - Aplicável nas chamadas em que o usuário originador e receptor estiverem em áreas de numeração primária diferentes. Exemplo: Origem 21 Destino 31.



Itaú Unibanco Holding S.A.

CNPJ 60.872.504/0001-23 Companhia Aberta NIRE 35300010230

Edital de Convocação
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Os (As) acionistas do **ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.** ("Companhia") são convidados(as) pelo Conselho de Administração a participar da **Assembleia Geral Extraordinária** que se realizará no dia 26 de junho de 2024, às 16h, de modo exclusivamente digital, a fim de:

1. Deliberar sobre o "Protocolo e Justificação" no qual estão estabelecidos os termos e condições da incorporação do Hipercard Banco Múltiplo S.A. pela Companhia, com data-base de 31 de dezembro de 2023;
2. Ratificar a nomeação e a contratação da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - PwC como empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil do Hipercard Banco Múltiplo S.A. a ser incorporado pela Companhia;
3. Deliberar sobre o laudo de avaliação, com base no balanço contábil do Hipercard Banco Múltiplo S.A., levantado em 31 de dezembro de 2023;
4. Deliberar sobre a incorporação, pela Companhia, do Hipercard Banco Múltiplo S.A., sem aumento no capital social da Companhia, nos termos do "Protocolo e Justificação";
5. Autorizar os administradores da Companhia, na forma prevista em seu Estatuto Social, a praticar todos os atos e a firmar todos os documentos necessários à implementação e formalização das deliberações aprovadas;
6. Alterar o Estatuto Social, objetivando no item 9.1., do artigo 9º, alterar o número máximo de membros da Diretoria, passando esta a ser composta por 05 (cinco) a 50 (cinquenta) membros; e
7. Consolidar o Estatuto Social para refletir a alteração mencionada no item precedente.

A descrição consolidada das matérias propostas bem como sua justificativa constam do Manual da Assembleia.

Os documentos a serem analisados encontram-se à disposição dos acionistas no *site* de relações com investidores da Companhia (www.itau.com.br/relacoes-com-investidores), bem como no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Os acionistas também podem solicitar cópia de referidos documentos pelo *e-mail* ri@itau-unibanco.com.br.

A Assembleia será realizada através de sistema eletrônico com *link* e instruções de acesso a serem disponibilizados pela Companhia aos acionistas que enviarem para o *e-mail* drinvest@itau-unibanco.com.br, até o dia 24 de junho de 2024, os seguintes documentos:

a) Pessoas Jurídicas: cópia autenticada do contrato/estatuto social e comprovante de eleição dos administradores, devidamente registrado na junta comercial competente.
b) Pessoas Físicas: cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do acionista.

Os acionistas poderão ser representados na Assembleia por procurador, nos termos do artigo 126 da Lei 6.404/76, desde que o procurador envie seu documento de identidade, os documentos listados acima e a correspondente procuração, com firma reconhecida em cartório.

Esclarecemos que o representante do acionista pessoa jurídica não precisará ser acionista, administrador da Companhia ou advogado e que documentos produzidos no exterior deverão ser consularizados ou apostilados e acompanhados da respectiva tradução juramentada.

A Companhia sugere que os acionistas representados por procuradores também enviem, até o dia 24 de junho de 2024, cópia dos documentos acima elencados para o *e-mail* drinvest@itau-unibanco.com.br.

Os acionistas poderão, ainda, participar da Assembleia por meio do boletim de voto a distância, a ser enviado **(i)** diretamente à Companhia, **(ii)** aos seus respectivos agentes de custódia, caso as ações estejam depositadas em depositário central, ou **(iii)** à Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira contratada pela Companhia para prestação dos serviços de escrituração, caso as ações não estejam depositadas em depositário central, conforme procedimentos descritos no Manual da Assembleia.

São Paulo (SP), 27 de maio de 2024.
Renato Lulia Jacob
Diretor de Estratégia Corporativa, Relações com Investidores e M&A Proprietário (28/29/30)

INÊS 249

Impostos **Importações**

Câmara aprova texto que taxa ‘comprinhas chinesas’ em 20%

Proposta, que agora precisa passar pelo Senado, é aprovada após acordo com o governo – que era contra a taxação

IANDER PORCELLA
VICTOR OHANA
BRASÍLIA

Após um acordo entre o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os deputados aprovaram ontem à noite taxação de 20% do Imposto de Importação sobre as compras internacionais de até US$ 50. A medida foi incluída no projeto de lei que regulamenta o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), de incentivo ao setor automotivo.

Após semanas de impasse, a votação foi simbólica, uma forma de os parlamentares não se comprometerem com um tema que gerou polêmica na Casa. A expectativa é de que o texto seja votado hoje no Senado.

A alíquota de 20% sobre o e-commerce estrangeiro, que afeta sites asiáticos como Shein e Shopee, foi um “meio-termo” e substituiu a ideia inicial de aplicar uma cobrança de 60% sobre mercadorias que vêm do exterior com preço de até US$ 50. No caso de valores superiores a US$ 50, o porcentual será de 60%. Além disso, há um limite de US$ 3 mil para as remessas, de acordo com o parecer do relator, o deputado Átila Lira (PP-PI).

A taxação das chamadas “comprinhas” era uma demanda do setor varejista nacional, que vê competição desleal com a isenção às empresas estrangeiras, já que hoje é cobrado apenas 17% de ICMS sobre o e-commerce internacional.

A medida recebeu o apoio de Lira. O PT, porém, tinha receio de que a medida impactasse de forma negativa na popularidade de Lula. O PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, também se posicionou inicialmente contrário à taxação.

> **Taxação**
>
> **60% vai ser a alíquota cobrada por produtos importados com valores superiores a US$ 50**
>
> **US$ 3 mil será o limite para as remessas de outros países para o Brasil**

Para fechar o acordo, Lira foi ontem ao Palácio do Planalto conversar pessoalmente com Lula. Na ocasião, o presidente da Câmara defendeu a taxação, enquanto o chefe do Executivo apresentou os argumentos para vetá-la. A proposta inicial era estabelecer uma alíquota de 25%. Segundo apurou o *Estadão/Broadcast*, o Planalto afirmou que, com esse porcentual, o presidente da República ainda vetaria a medida. O acordo, então, foi fechado em 20%.

Em comunicado conjunto, o Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), a Associação Brasileira do Varejo Têxtil (Abvtex) e a Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit) manifestaram apoio à decisão da Câmara. “É um avanço relevante também que tenhamos, ao longo deste debate, desconstruído várias inverdades disseminadas pelas plataformas asiáticas.”

PESQUISA. Para se contrapor ao argumento de que a medida é impopular, Lira citou uma pesquisa segundo a qual a maioria dos consumidores de sites asiáticos é de classe alta.

Em abril de 2023, o Ministério da Fazenda chegou a anunciar o fim da isenção do imposto de importação para transações entre pessoas físicas, usadas pelas plataformas internacionais para não pagar tributos – apesar de serem pessoas jurídicas, essas empresas faziam parecer que o processo de compra e venda ocorria entre pessoas físicas.

No entanto, o Palácio do Planalto recuou na decisão, após repercussão negativa nas redes sociais e apelo da primeira-dama Rosângela da Silva.

Em agosto do ano passado, o governo federal lançou o programa Remessa Conforme, que isentou de imposto de importação as compras internacionais abaixo de US$ 50 feitas por pessoas físicas no Brasil e enviadas por pessoas jurídicas no exterior. Para isso, as empresas precisaram se cadastrar na Receita, em uma espécie de plano de conformidade que regularizou essas transações.

Companhias como Shein, Shopee, AliExpress, Mercado Livre e Amazon aderiram voluntariamente à certificação e passaram a informar a Receita sobre as vendas remetidas ao País. Com a aprovação do projeto, contudo, essa isenção dará lugar à cobrança de alíquota de 20%, que se somará aos 17% de ICMS.

MOVER. O Mover prevê R$ 19,3 bilhões em incentivos fiscais até 2028 para o setor automotivo investir em veículos mais limpos, com objetivo de descarbonizar a frota e produzir novas tecnologias nas áreas de mobilidade e logística. Dois destaques foram aprovados: um incluiu bicicletas elétricas no programa. Outro criou uma política de conteúdo local para as atividades de exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, aplicável ao regime de concessão. ●

INÊS 249



Fábio Alves *E-mail: fabio.alves@estadao.com; Twitter: @colunafabioalve*

Expectativa contaminada

Analistas dizem que o aumento das expectativas inflacionárias de médio prazo para bem acima da meta perseguida pelo Banco Central – por um período prolongado – pode acabar contaminando a formação de preços e, por tabela, a inflação corrente. Há quem considere que já há um risco de esse cenário ocorrer no Brasil em breve, caso as projeções do mercado para o IPCA em 2025 e 2026, por exemplo, não comecem a recuar em direção ao alvo do BC.

A mediana das estimativas de analistas para a inflação em 2025 está em 3,75%, enquanto a meta é de 3%. Já para 2026, o consenso das projeções subiu para 3,58%, após ficar parado em 3,50% por 46 semanas. Seriam esses níveis os gatilhos suficientes para levar os agentes da economia a remarcarem os preços de bens e serviços em antecipação à alta da inflação?

Se levarmos apenas em conta o histórico recente das expectativas inflacionárias no Brasil e o comportamento dos índices de preços ao consumidor nos meses seguintes, a resposta seria não. Mas essa equação é mais complexa, e o resultado depende de outros fatores.

Do fim de dezembro de 2022 (antes, portanto, de o presidente Lula tomar posse) até a segunda quinzena de abril de 2023, as projeções de inflação para 2025 subiram 0,75 ponto porcentual, para atingir 4%, em reação à ansiedade do mercado em relação à nova âncora fiscal que iria substituir a regra do teto de gastos. Sem falar nos ataques de Lula ao BC. Também as estimativas do IPCA para 2026 subiram até 4%. O governo só entregou a proposta do novo arcabouço fiscal no dia 19 de abril, quando, a partir de então, o mercado passou a precificar um menor risco fiscal.

> ***Por enquanto, ainda não há uma sensação de que a inflação está fora de controle***

E o que aconteceu com a inflação no ano passado? O IPCA desacelerou de 5,79%, em 2022, para 4,62% em 2023, apesar de, nos primeiros meses do ano, o nervosismo em relação às novas regras fiscais ter contribuído para a alta das projeções de inflação para bem acima da meta de 3%. Uma das explicações para isso é que, além do aumento das expectativas, seria necessária também a percepção por todos os agentes econômicos de uma desorganização mais profunda da política econômica para que a formação de preços fosse contaminada a tal ponto de afetar a inflação corrente. Foi o que ocorreu durante o segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, além da instabilidade política que culminou no impeachment.

Por enquanto, não há uma sensação de inflação fora de controle. Mas a mudança da meta fiscal de 2025 e a percepção de intervenção na Petrobras geram incerteza e reduzem o espaço para novos ruídos. ●

COLUNISTA DO BROADCAST

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Alvaro Gribel **(quinzenalmente)** ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartsman **(revezam quinzenalmente)**; Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Custo de vida **Indicador**

Prévia da inflação tem alta de 0,44% em maio

Aumentos nos preços de combustíveis, planos de saúde e remédios puxam IPCA-15 no mês, mostra IBGE

DANIELA AMORIM
RIO

Pressionada pela elevação de custos nos transportes e em saúde, a prévia da inflação oficial no País acelerou de uma alta de 0,21%, em abril, para 0,44% em maio, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15, o IPCA-15, divulgado ontem pelo IBGE. Apesar do avanço, o resultado de maio ficou abaixo do que previam os analistas do mercado financeiro ouvidos pelo Projeções Broadcast, que projetavam uma inflação mediana de 0,47%.

> **Variação**
> **A menor taxa ocorreu no Rio (0,15%), enquanto a maior foi registrada em Salvador (0,87%)**

O resultado também foi o menor para meses de maio desde 2021. Com isso, a taxa acumulada em 12 meses caiu pelo terceiro mês seguido: de 3,77%, em abril, para 3,70% em maio.

"A dinâmica benigna do IPCA-15 é uma boa notícia no curto prazo, mas não reduz as preocupações expressas pelo Banco Central em relação à deterioração do balanço de riscos para a inflação, em especial a desancoragem das expectativas de inflação e as incertezas fiscais", avaliou o economista-chefe da corretora Monte Bravo, Luciano Costa, em relatório.

As altas nos preços da gasolina, de 1,90%, e das passagens aéreas, de 6,04%, exerceram as maiores pressões sobre o índice de maio. O etanol também subiu 4,70%.

Pesaram ainda no bolso das famílias os aumentos nos planos de saúde (0,77%) e nos produtos farmacêuticos, que subiram em média 2,06% na esteira da autorização de reajuste de até 4,50% para os preços dos medicamentos (em vigor desde 31 de março).

Já os alimentos subiram 0,26% no mês. Ficaram mais caros a cebola (16,05%), o café moído (2,78%) e o leite longa-vida (1,94%). Tiveram quedas nos preços o feijão carioca, que recuou 5,36%, frutas (-1,89%), arroz (-1,25%) e as carnes (-0,72%).

CHUVAS. O resultado geral do IPCA-15 refletiu aumentos de preços em todas as 11 regiões pesquisadas. A menor taxa ocorreu no Rio de Janeiro (0,15%), enquanto a maior foi registrada em Salvador (0,87%). Afetada pelas chuvas, a região metropolitana de Porto Alegre teve inflação de 0,86%, atrás apenas da capital baiana.

A coleta de preços em Porto Alegre, que responde por 8,61% do IPCA-15, já estava 70% completa quando houve o desastre provocado pelas enchentes, disse o IBGE. ●

INÊS 249

Instituto Sertões

CNPJ 45.580.266/0001-99

Convocação

Localizado na Rua do Rocio, nº 350, conjunto 52, no bairro Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado São Paulo, CEP: 04.552-000, no uso de suas atribuições que lhe cumpre ao Parágrafo Primeiro, Artigo 21 do seu Estatuto Social, através de sua Diretoria, convoca os seus associados para a Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 10 de junho de 2024, segunda-feira, às 10h, na sede do Instituto, a fim de deliberarem os seguintes assuntos: 1) Nova Eleição da Diretoria do Instituto; 2) Assuntos Gerais. São Paulo, 29 de maio de 2024.

Secretaria de Saúde — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

Edital de Abertura de Licitação

Acha-se aberta no Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 90059/2024, referente ao Processo nº 024.00088131/2024-17, cujo objeto é para a aquisição glicose 5% e clorexidina alcoólica. A abertura da sessão será no dia 12 de junho de 2024, nesta unidade por intermédio do site "www.compras.sp.gov.br" a partir das 09:00 horas. O Edital na íntegra estará disponível para consulta e retirada através do site www.compras.sp.gov e www.imprensaoficial.com.br.

Secretaria de Saúde — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

Edital de Abertura de Licitação

Acha-se aberta no Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 90060/24, referente ao Processo nº 024.00080068/2024-62, cujo objeto é para Aquisição de Sonda traqueal, escova para limpeza, saco plástico e outros. A abertura da sessão será no dia 13 de Junho de 2024, nesta unidade por intermédio do site "www.compras.sp.gov.br" a partir das 09:00 horas. O Edital na íntegra estará disponível para consulta e retirada através do site www.compras.sp.gov e www.imprensaoficial.com.br.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DOS CORREIOS DE SÃO PAULO METROPOLITANA – ADCAP/SPM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 18 do Estatuto vigente, convoca todos os associados, que estejam em dia com as suas obrigações sociais, para Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 29 de junho de 2024, às 09h00 em primeira convocação e às 09h30min, em segunda convocação, ficando aberta até às 14h00, para a votação dos associados. A votação ocorrerá de acordo com o artigo 23, §2º do estatuto vigente, de forma presencial. A Assembleia será realizada na sede da ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DOS CORREIOS DE SÃO PAULO METROPOLITANA – ADCAP/SPM, localizada na Av. Prestes Maia, nº 241, no 22ª andar, salas 2211 e 2213, bairro: Centro, CEP: 01031-001, na Cidade de São Paulo/SP, para apreciar e deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: I. Aprovação da proposta orçamentária da ADCAP/SPM, para 2024; II - aprovação das contas referente aos anos de 2022 e 2023; III – aprovação do novo estatuto e regimento interno.

São Paulo, 29 de maio de 2024.

ALMIR LUIZ LUCIANO

Vice-Presidente

Ivan Jacopetti do Lago, Oficial do 4º Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, FAZ SABER que pelo requerimento datado de 10 de abril de 2024, prenotado sob o nº 651.524 (Autuação nº 2.943), subscrito por Camilo Rogério Martins da Rocha Peres Silva, representando a credora fiduciária BMP Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e Empresa de Pequeno Porte Ltda., foi solicitado a intimação por edital, nos termos do artigo 26, § 4º da Lei nº 9.514/97, da devedora fiduciante **Abuelo Sociedade Educacional S/S Ltda.**, inscrita no CNPJ nº 22.626.730/0001-35, para efetuar, neste Registro, situado na Alameda Vicente Pinzón nº 173, 11º andar, Vila Olímpia, o pagamento da importância de R$ 225.452,23 (duzentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e vinte e três centavos) valores atualizados até 22 de maio de 2024, correspondentes às parcelas vencidas e demais encargos, consoante demonstrativo e planilha arquivados nesta Serventia, oriundas do Instrumento Particular datado de 14 de dezembro de 2021, registrado sob os nsº 12 e 13 na matrícula nº 107.050, desta Serventia, tendo por objeto o Escritório nº 52, do Edifício Camburi, situado à Avenida Nove de Julho nº 3.147, no 28º Subdistrito – Jardim Paulista. O pagamento das quantias supra referidas e demais encargos definidos no §1º do artigo 26 da Lei nº 9.514/97, deverão ser efetuados no prazo de 15 (quinze) dias a contar do primeiro dia útil seguinte ao do aperfeiçoamento da intimação, que se dará a partir da terceira publicação deste edital, sendo que, recaindo o termo final em sábado, domingo ou feriado, será prorrogado até o primeiro dia útil subsequente. Não paga a importância devida, bem como as prestações que se vencerem até a data do pagamento, acrescidas de juros, penalidades e demais encargos contratuais e legais, inclusive tributos, contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, além das despesas de cobrança e de intimação, promover-se-á a averbação da consolidação da propriedade do referido imóvel em nome da credora fiduciária **BMP Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e Empresa de Pequeno Porte Ltda.**. Encontrando-se os devedores em local ignorado, incerto ou inacessível, foi requerida intimação por edital, o qual será publicado e afixado na forma da lei. São Paulo, 22 de maio de 2024. O Oficial (**Ivan Jacopetti do Lago**).

LUPA ADMINISTRAÇÃO DE BENS S/A.

C.N.P.J. nº 59.346.536/0001-06 - N.I.R.E. nº 35.300.313.763

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 26 de Abril de 2024.

Data, Hora, Local: 26.04.2024, às 10h, na sede social, Avenida Antônio Frederico Ozanam, nº 6000, piso 3, sala s/nº, Jundiaí/SP. **Presença:** Totalidade do Capital Social. **Mesa:** Presidente: Tiago Latorre Noronha, Secretário: André Latorre Noronha. **Deliberações Aprovadas:** 1. As contas e demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31.12.2023. 1.1 - O Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras foram publicadas na Central de Balanço do Sistema Público de Escrituração Digital, "Speed", na data de 16/04/2024. 2. O lucro líquido do exercício, no valor de R$ 15.488.983,10, ficará em conta de "Reserva de Lucros Retidos". 3. Ratificada a distribuição de dividendos no valor de R$ 6.406.194,10, realizada no exercício de 2023. 4. A eleição da diretoria, cujo mandato vigorará pelo prazo de 3 anos, vencendo-se em 26.04.2027, estendendo-se até a data da realização da assembleia geral que tratar da nova eleição, caso esta se realize após o vencimento do mandato, tendo sido eleitos os seguintes membros: a) Diretor Presidente: **Tiago Latorre Noronha,** brasileiro, casado, engenheiro de produção, RG 21.572.083-0-SSP/SP e CPF/MF 155.053.978-75, residente em São Paulo/SP; b) Diretor Vice-Presidente: **André Latorre Noronha,** brasileiro, divorciado, administrador, RG 27.608.034-8-SSP/SP e CPF/MF 180.649.268-74, residente em Jundiaí/SP; c) Diretores sem designação especial: **Lucilena Latorre Noronha**, brasileira, casada, médica, RG 2.988.654-SSP-SP e CPF/MF 014.903.388-53, residente em Jundiaí/SP; e **Paula Latorre Noronha Vianna,** brasileira, casada, advogada, RG 26.332.392-4-SSP/SP e CPF/MF 154.909.848-99, residente em Campinas/SP. O **Sr. Antonio Paulo Noronha** não foi reeleito para o cargo de diretor para o próximo mandato. A assembleia aprovou a remuneração da diretoria, até o valor global anual de R$ 100.000,00, sendo que o valor mensal e individual será estabelecido de comum acordo entre os diretores. Todos os diretores eleitos, declaram expressamente que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer a atividade mercantil. **Encerramento:** Nada mais. Jundiaí, 26.04.2024. Acionistas: Lucilena Latorre Noronha, Tiago Latorre Noronha, Paula Latorre Noronha Vianna e André Latorre Noronha. JUCESP nº 207.149/24-0 em 21.05.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Fortaleza PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PARA O ITEM 01

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 433/2023**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE ACESSÓRIOS MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA- SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que o ITEM 01 foi FRACASSADO (cancelado no julgamento por ausência de licitantes classificados). Maiores informações pelo e-mail pregaoeletronico@clfor.fortaleza.ce.gov.br.

Fortaleza – CE, 28 de maio de 2024.
JOSÉ OSVALDO SOARES BEZERRA JÚNIOR
Pregoeiro(a) da CLFOR

AVISO DE LICITAÇÃO

Sesc

O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.593/2024, de 02 de maio de 2024, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objetos:
PE 2024012000211 - Locação de equipamentos de sonorização, iluminação e projeção para Diversas Unidades. Abertura: 12/06/2024 às 10h30.
PE 2024012000213 - Serviços de transporte de passageiros, por meio de fretamento de ônibus e micro-ônibus, para Diversas Unidades. Abertura: 10/06/2024 às 10h30.

A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico **portallc.sescsp.org.br** mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ

ERRATA

PE: 001/24 - PC: 3509/24. Registro de Preços para eventual contratação de Prest. Servs. de locação de Infraestrutura para eventos destinados a atender e dar apoio logístico em eventos realizados no Município de Mauá. Na publicação do Estado de SP de 28/05/24, onde se lê Lote 2 total de R$08.514.999,91, leia-se total de R$ 8.515.680,71, e o valor total certame passa a ser de R$22.384.672,63.

Secretaria de Saúde — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

Edital de Abertura de Licitação

Acha-se aberta no Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 90062/24, referente ao Processo nº 024.00088498/2024-22, cujo objeto é para aquisição de Metronidazol, Álcool Etílico, Proximetacaina e outros. A abertura da sessão será no dia 12 de Junho de 2024, nesta unidade por intermédio do site "www.compras.sp.gov.br" a partir das 09:00 horas. O Edital na íntegra estará disponível para consulta e retirada através do site www.compras.sp.gov e www.imprensaoficial.com.br.

CS Infra S.A.

CNPJ/MF 43.312.111/0001-46 - NIRE 35.300.575.865

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 31 de Janeiro de 2024

Data, horário e local: 31 de janeiro de 2024, às 9h00, na sede da CS Infra S.A. ("Companhia"), na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017, sala 32, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04530-001. **Convocação e Presença:** dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, em face da presença da acionista detentora da totalidade do capital social, conforme assinatura aposta no livro próprio. **Mesa:** Presidente - Anselmo Tolentino Soares Junior; Secretária - Maria Lúcia de Araújo. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a cisão parcial da Companhia, incluindo, para tanto: (a) a ratificação da escolha empresa especializada para avaliação de parcela a ser cindida da Companhia; (b) a deliberação sobre o laudo de avaliação de tal parcela cindida; (c) a deliberação sobre o Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da CS Infra S.A., firmado em 30 de novembro de 2023 pela Diretoria da Companhia; e (d) a redução do capital social da Companhia, caso aprovadas as matérias anteriores, e consequente alteração da Cláusula 4ª do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** Por unanimidade de votos e sem ressalvas, a acionista aprovou: (a) a ratificação da nomeação da empresa **Grid Contabilidade Ltda.**, com sede na Rua Carlos Chambelland, nº 226, andar 105, Vila da Penha, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21210-090, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.429.836/0001-25, como empresa especializada responsável pela avaliação e elaboração do laudo de avaliação da parcela cindida ("Laudo de Avaliação"); (b) o Laudo de Avaliação, que integra a presente ata como Anexo A, e que avaliou a parcela a ser cindida da Companhia a valor contábil em 31 de dezembro de 2023, no valor de R$ 155.564.241,74 (cento e cinquenta e cinco milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, duzentos e quarenta e um reais e setenta e quatro centavos); (c) o Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da CS Infra S.A., firmado em 30 de novembro de 2023 pela Diretoria da Companhia em conjunto com a Diretoria da CS Ambiental S.A. ("Protocolo"), o qual integra a presente ata como Anexo B, com a consequente aprovação da cisão parcial nele proposta. Em razão do aqui aprovado, o capital social da Companhia fica reduzido no montante correspondente ao valor da parcela cindida, no importe de R$ 155.564.241,74 (cento e cinquenta e cinco milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, duzentos e quarenta e um reais e setenta e quatro centavos), com o cancelamento de 64.570.055 (sessenta e quatro milhões, quinhentas e setenta mil e cinquenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de titularidade da Simpar S/A, pelo que o capital social da Companhia passa a ser R$ 63.977.942,26 (sessenta e três milhões, novecentos e setenta e sete mil, novecentos e quarenta e dois reais e vinte e seis centavos), dividido em 47.711.932 (quarenta e sete milhões, setecentos e onze mil, novecentas e trinta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Dessa forma, fica alterado o *caput* da Cláusula 4ª do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: *"Cláusula 4ª - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é R$ 63.977.942,26 (sessenta e três milhões, novecentos e setenta e sete mil, novecentos e quarenta e dois reais e vinte e seis centavos), dividido em 47.711.932 (quarenta e sete milhões, setecentos e onze mil, novecentos e trinta e duas) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal."* **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, com a lavratura desta ata, que, lida e achada conforme, vai por todos assinada. Mesa: Anselmo Tolentino Soares Junior - Presidente; Maria Lúcia de Araújo - Secretária. Acionista: Simpar S.A., representada por seus diretores Denys Marc Ferrez e Antonio da Silva Barreto Junior. Certificamos que a presente Ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. **Mesa: Anselmo Tolentino Soares Junior** - Presidente; **Maria Lúcia de Araújo** - Secretária. **JUCESP** nº 154.204/24-9 em 16/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Segunda Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 137ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª e 2ª séries da 137ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 12.4. do *"Termo de Securitização de Direitos creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª e 2ª séries da 137ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Cooperativa Agrícola Mista General Osório Ltda. - Cotribá"* ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 2ª (segunda) convocação em Assembleia Geral de Titulares de CRA ("AGTCRA"), a realizar-se no dia **06 de junho de 2024, às 10:30 horas,** exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica *Zoom,* administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2023, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas; e (ii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados e registrados conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: **(i)** A Assembleia Geral instalar-se-á, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de Titulares de CRA. Ainda, as matérias serão aprovadas, em segunda convocação, pelos votos favoráveis de Titulares dos CRA em Circulação que representem, no mínimo, a maioria dos CRA em Circulação presentes na respectiva assembleia. **(ii)** Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da AGTCRA. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. **(iii)** Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da AGTCRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGTCRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação destes Titulares de CRA via instrução de voto a distância.

São Paulo, 29 de maio de 2024

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

INÊS 249

Gustavo Filgueiras
CEO do grupo Emiliano

Como nasceu o hotel que ‘respira tecnologia’

Empresário revela detalhes e planos futuros para o Verso, nova cadeia inspirada nos ‘millennials’

CENÁRIOS

SONIA RACY

Não é exagero dizer que o arquiteto Gustavo Filgueiras “mora” na ponte aérea. Para comandar seus 200 funcionários no Hotel Emiliano de São Paulo (na Rua Oscar Freire, nos Jardins) e outros 180 na unidade do Rio de Janeiro, não tem outro jeito. Mas fica feliz de, assim, levar adiante os sonhos do pai, Carlos Alberto Filgueiras – para ele, “uma pessoa supervisionária”, que montou um hotel “com um dos maiores índices de fidelidade do setor”.

Não é uma rotina fácil – e sua válvula de escape é a bike, que ele pedala três vezes por semana, duas horas cada vez. E também importa levar adiante sua causa – preservar, para o hotel, a fama de ser “a casa fora de casa” de muitos clientes. Nesta entrevista a *Cenários*, Filgueiras fala de suas andanças com o novo negócio do grupo – o Verso. Uma receita que busca “a excelência de hospitalidade pela tecnologia”. A seguir, os melhores trechos da conversa:

No setor de hotelaria, o que é, para você, uma operação de sucesso?

No passado, a hotelaria era melhor que as nossas casas. Hoje, pessoas ricas dispõem de recursos até melhores do que os de um bom hotel. Agora, então, estamos voltando para o essencial na relação com as pessoas, numa série de detalhes, como a qualidade do banho. Esse é um pilar muito forte no Emiliano, e no nosso novo negócio, o Verso – um hotel digital que engloba um hub de experiências sustentado em tecnologia. Nele, o quarto vai aprender sobre você, moldar-se à sua forma de usá-lo. Depois, nós exploramos essas informações para criar o relacionamento.

O grupo Emiliano já é uma referência quando se fala de alto luxo. Qual o diferencial do Verso?

Nele, juntamos duas pontas: a hotelaria de luxo com a tecnologia – mas com lógicas diferentes da hotelaria tradicional. Digitalizamos nossa relação com o cliente, coisa que já aprendemos bem com o Emiliano, e a forma de gerir o hotel. Por exemplo, o Verso é mais um check-in expresso, que você mesmo faz com a sua identidade. É uma operação pré-paga, uma tendência na hotelaria – que sempre foi pós-paga e que você pode parcelar em várias vezes. Emprega cinco ou seis vezes menos

BRUNO RYFER



Expansão do Emiliano será orgânica; a do Verso, exponencial, diz ele

pessoas do que o Emiliano. E temos uma política superflexível para cancelamento.

Ele foi desenvolvido para um público mais jovem?

Sim, e atende a uma nova lógica: a das plataformas digitais, com aplicativo para bancos, aluguel de carro, compra de passagem aérea. Tudo isso nos inspirou a desenvolver uma tecnologia de hotelaria que, com o Verso, nasce de uma pesquisa com o público dos millennials e também dos “older millennials”, gente nascida nos anos 80 e 90. Eles querem qualidade e gostam de ter suas próprias regras. Por exemplo, definir seu horário de entrada e saída. Se resolveu ficar mais duas horas, pode decidir isso por aplicativo e pagar esse extra. Em suma, o Verso é um prédio multiúso com um hub no térreo para se ligar à vizinhança, com galeria de artes, padaria, restaurante...

Para a localização, também foram pensadas as preferências dessas gerações?

O Verso é vinculado ao fluxo e ao tamanho das cidades. São hotéis muito pequenos; então, temos menos influência sobre essa questão da tarifa. Além de São Paulo e Rio, estamos em Goiânia e Porto Alegre. Temos um projeto em Paraty e outro a ser definido em breve.

> **Público-alvo**
> **O projeto do Verso, diz o CEO, desponta para cerca de 100 novos hotéis num prazo de dez anos**

Como é o modelo de negócio e qual o investimento?

Nós somos um grupo de capital fechado. Nesses três primeiros anos, estamos investindo R$ 15 milhões na operação, entre pessoas e principalmente tecnologia. É uma nova marca de hotel, espelhada com a mesma participação jurídica, mesmos sócios, mas de forma independente. Fizemos parceria com algumas das melhores incorporadoras locais para fazer prédios novos, construídos do zero, com uma arquitetura autoral. O Verso é um pequeno hotel dentro de um residencial com serviços, com 20% a 30% de ocupação. Gerenciamos tanto o hotel quanto o condomínio, fazemos essa interface. O hotel cresce com as unidades desses moradores, se eles quiserem colocar seus apartamentos com o padrão de decoração dentro do hotel.

Onde já estão atuando?

Na Alameda Santos, em São Paulo, o Verso Jardim, onde foram comercializadas unidades residenciais e as unidades hoteleiras; em Porto Alegre também houve cotas de investimento no hotel. Então, existe um conjunto de sócios das unidades hoteleiras. Em Goiânia, outro exemplo, a incorporadora vendeu todas as unidades em imobiliárias residenciais. Em todos eles, um sucesso de vendas em um prazo de 40 dias. Cada prédio tem um pouco a ver com o momento dessa incorporadora.

Como você vê o grupo daqui a dez anos?

O ciclo hoteleiro é muito lento. A parte imobiliária é um negócio de longo prazo. Aprendi com o meu pai esse pensamento, nunca tomamos decisões de curto prazo mesmo que sejam interessantes financeiramente. No futuro, vejo o Emiliano com um crescimento mais orgânico, e o Verso, exponencial. Em dez anos, com quatro ou cinco de negociações, estamos falando de algo como 100 hotéis. ●



NA WEB
No Facebook e no Twitter do ‘Estadão’, no LinkedIn, no YouTube do ‘Estadão’ e no YouTube do Banco Safra.
www.estadao.com.br

INÊS 249

Franquia Receita italiana

Lua de mel na Itália inspira casal, que fatura R$ 5,5 milhões com sorvetes

Eles saíram dos empregos e investiram em uma gelateria no interior de São Paulo em 2016; hoje, a rede tem oito unidades, e o plano é chegar a 100 endereços em 2028

VICTORIA LACERDA

Após se conhecerem em um barzinho em São Paulo, o engenheiro de software Vitor Teixeira e a bancária Cecília Lovato começaram a namorar. Esse foi o início da jornada que iria levar o casal a passar a lua de mel na Itália, observar o mercado de sorvetes – “gelatos” – e largar seus respectivos empregos para fundar em 2016, no interior de São Paulo, a Pazzi Per Gelato, rede de franquias de gelaterias que aposta na qualidade dos seus produtos e que já fatura R$ 5,5 milhões anualmente.

Em 2016, a Pazzi Per Gelato foi criada em Olímpia (SP), e hoje conta com oito lojas espalhadas pelo interior de São Paulo – seis próprias e duas franquias. As unidades ficam na cidade de origem, em Barretos, São Carlos e São José do Rio Preto. No início do negócio, o casal atuou em paralelo com seus empregos, mas em pouco tempo a gelateria começou a tomar forma e eles passaram a se dedicar integralmente ao negócio.

“Na época, tanto eu quanto a Cecília tínhamos bons empregos, mas não estávamos felizes. Enquanto eu tinha o sonho de montar o próprio negócio, a Cecília tinha uma vocação mais puxada para a arte, e queria trabalhar com algo relacionado a isso”, conta Vitor.

LUA DE MEL. Após alguns anos de namoro, veio o casamento, e o local escolhido para a lua de mel era um sonho antigo dos dois, a Itália. Ao chegarem ao destino, alugaram um carro e fizeram uma viagem pelo país.

Foi aí que repararam num produto que dominava completamente o coração do consumidor italiano: o gelato.

“Nessa época, já estávamos buscando uma ideia para começar um negócio e montar uma empresa. Pensávamos em hamburguerias, massas, entre outras coisas. Quando vimos o quanto as pessoas gostavam de gelato na Itália, enxergamos esse produto com um grande potencial no Brasil”, comentou Cecília.

Após voltarem da viagem, Vitor iniciou um curso para produção de gelatos com a receita original italiana. Além disso, o começo do negócio precisou de um investimento de R$ 80 mil em uma máquina para a fabricação do produto – mesmo sem ter um local para construir a fábrica.

Após se questionarem onde o possível negócio poderia ser instalado, decidiram ficar próximos dos pais de Cecília, que moravam em Olímpia, e foi onde abriram a primeira loja.

O casal comentou que não foi fácil abrir mão de suas carreiras para investir nos gelatos, mas que não fariam nada diferente. Atualmente, a rede possui lojas com três modelos: loja de rua, shopping e quiosque.

DESAFIOS. O casal relembra que, no início da pandemia, em 2020, eles lidaram com um grande desafio. “Diferentemente de outros produtos alimentícios, os gelatos não possuíam um grande apelo para o delivery. Foi necessário criar outro produto para suprir essa demanda. Assim, começamos a vender sorvetes em taças e fizemos uma grande campanha nas redes sociais. Foi um sucesso,” relembra Vitor.

Antes da pandemia, a gelateria produzia 8 toneladas de gelato por mês. Atualmente, são 48 toneladas. Cecília conta que eles demoraram quase dez anos para firmar o modelo de negócio e que enfrentaram inúmeros desafios.

“Hoje, temos uma estrutura empresarial testada e aprovada pelo mercado, pronta para ser replicada. Nosso objetivo é chegar a 2028 com 100 unidades espalhadas pelo Brasil. Confiamos nos nossos produtos e queremos levar oportunidades para outros empreendedores”, declara Cecília.

SABORES E ESTAÇÕES. A Pazzi Per Gelato possui um cardápio especial para o inverno, que vai muito além de gelatos. A estratégia é para as unidades manterem o faturamento o ano todo.

“Pensamos muito em todos os sabores dos nossos gelatos, e hoje temos vários diferentes, mas atualmente o nosso carro-chefe, com certeza, é o de pistache, já que o produto está estourando em todas as redes sociais”, afirma Cecília. Entre os sabores, estão leite de cabra, queijo gorgonzola, nozes e doce de leite.

A gelateria também desenvolveu algumas receitas para os pets. Os ingredientes incluem apenas as frutas e a água, para não representar nenhum tipo de perigo para o animal. “Temos os sabores de manga, morango com melão e banana com melão, os cachorros amam, ainda mais no calor.”

A empresa lançou neste ano seu modelo de negócio no franchising (*mais informações no quadro desta página*).

AVALIAÇÕES DE CLIENTES. A Pazzi Per Gelato recebeu uma classificação média de 4,9 de 5 estrelas no Google, com mais de 5 mil avaliações. As avaliações em geral foram positivas, ressaltando o serviço diferenciado, qualidade dos produtos vendidos e a atenção com o espaço pet.

No site Reclame Aqui, não há registro de reclamações sobre o estabelecimento. ●

PAZZI PER GELATO



O engenheiro Vitor e a bancária Cecília desenvolveram modelos de lojas para rua, shopping e quiosque

Valores

● **São 3 modelos**
O modelo de franquia prevê lojas do tipo quiosque, em shopping e na rua

● **Recursos**
Investimento inicial total estimado: R$ 330 mil (quiosque), R$ 445 mil (shopping) ou R$ 530 mil (loja de rua)

● **Faturamento**
Previsão média mensal: R$ 90 mil (quiosque), R$ 120 mil (shopping) ou R$ 150 mil (loja de rua)

● **Lucro**
Previsão de lucro médio mensal: de 20% a 25% do faturamento

● **Retorno do investimento**
Prazo: 24 meses (quiosque e shopping) ou 23 meses (loja de rua)

● **Prazo de contrato**
5 anos

● **Royalties/mês:** 5%

Microempreendedores Domicílio Eletrônico

Para evitar multa, MEI precisa cadastrar dados

O prazo para os microempreendedores individuais (MEIs) e empregadores domésticos se cadastrarem no Domicílio Eletrônico Trabalhista (DET) foi ampliado até 1.º de agosto (a data-limite original era 1.º de maio).

O DET é uma plataforma criada para realizar inspeções, enviar notificações e alertas. Isso é válido mesmo para empresas que não possuem empregados. A inscrição é obrigatória e o descumprimento do prazo prevê multa de R$ 208,09 a R$ 2.080,91.

Para realizar o cadastro, é necessário acessar o site do DET com o login e senha da conta gov.br, desde que possua nível de segurança prata ou ouro. Dados do Sebrae indicam que os MEIs formam a maior parte das empresas brasileiras, com mais de 15 milhões de cadastros.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, o objetivo é padronizar e dar mais eficiência nas comunicações entre auditores fiscais do trabalho e empregadores. ● CLAYTON FREITAS

Empreendedorismo Hobby que virou profissão

Ela transforma fantasia em realidade e fatura R$ 450 mil por ano

Nascida em um sábado de carnaval, Clarissa sempre gostou de festas e começou fazendo adereços para filhos e amigos

MIRELLA JOELS

Graduada em Psicologia e entusiasta de carnaval e outras festividades, Clarissa Romancini Viegas transformou o hobby de produzir fantasias e adereços em negócio e, atualmente, fatura cerca de R$ 450 mil por ano com consultoria e peças do acervo pessoal. As fantasias, que antes eram direcionadas para os filhos e amigos, hoje vestem modelos e clientes que buscam figurinos exclusivos.

Nascida em um sábado de carnaval em Brasília, Clarissa, idealizadora da Ohlograma, diz que nunca esteve muito distante da festividade e da criatividade que a data comemorativa exige. Quando criança, estudou em uma escola com uma metodologia que incentivava a imaginação dos alunos. Eles faziam os próprios uniformes, fantasias, brinquedos e até o hino da instituição.

Quando decidiu estudar Psicologia, ela se matriculou na capital carioca, exatamente no período em que os blocos de rua estavam se organizando no Rio de Janeiro. Ainda no primeiro ano de faculdade, começou a trabalhar com moda em várias empresas. Uma carreira que durou 15 anos e que contou com a criação de uma marca própria infantil. Em 2011, quando ganhou o primeiro filho, resolveu dar uma pausa na profissão.

Em casa, Clarissa produzia fantasias para pessoas próximas, mas não costumava cobrar. Quem teve a visão de monetizar o hobby foi uma amiga. Assim, ela começou uma sociedade que durou três anos.

“Tinha um acervo grande, fazia muitos acessórios com o que sobrava das festas das minhas filhas”, relembra ela, sobre o começo do empreendimento, em 2016.

A Ohlograma surgiu apenas em 2019, durante o período do Halloween, com o investimento inicial de R$ 70 mil. Em pouco tempo, suas criações passaram a marcar presença em camarotes de carnaval e em desfiles de marcas famosas.

Antes da pandemia, ela procurou uma incubadora de startups da PUC-Rio e descobriu a curadoria como um dos pontos fortes do negócio. “A Ohlograma era uma brincadeira de criança que descobriu o potencial de um grande negócio.”

ACERVO PESSOAL/CLARISSA ROMANCINI VIEGAS



Além do carnaval, Clarissa mira festas, teatro, desfiles e festivais

CONSOLIDAÇÃO. Mesmo com os eventos parados durante a pandemia, Clarissa seguiu produzindo adereços. Em 2022, quando o carnaval retornou, ela faturou R$ 800 mil.

Recentemente, a marca fez uma colaboração com a varejista C&A focada no carnaval. Com a Ohlograma prosperando, Clarissa percebeu que a empresa tinha potencial para ir além do carnaval e crescer também em festas, teatro, desfiles e festivais.

O tíquete médio de um conjunto completo, com três peças, é de R$ 1,1 mil. “As pessoas costumam construir suas próprias fantasias, mas nem todo mundo tem esse tempo. Então, vejo que meu negócio resolve a vida de muita gente.” ●

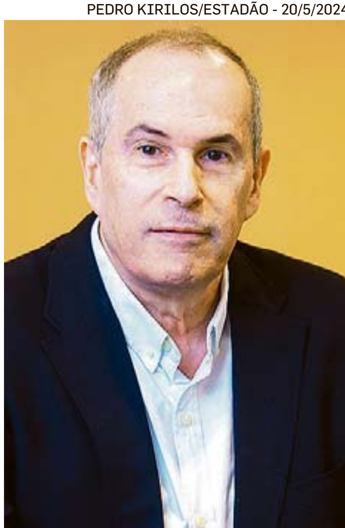
Varejista
Colaboração com a C&A no carnaval deu visibilidade à empresa, que faturou R$ 800 mil em 2022

Décio Oddone

‘Nova petroleira tem potencial para pagar dividendos’

Presidente da nova empresa, fusão entre Enauta e 3R, diz que companhia chega à B3 até agosto

PEDRO KIRILOS/ESTADÃO - 20/5/2024



“O ideal é ter uma combinação de crescimento (da empresa) com algum dividendo”

ENTREVISTA

É engenheiro eletricista pela UFRS; foi CEO da Petrobras Bolívia, da Petrobras Energia e vice-presidente da Braskem

MÔNICA CIARELLI
DENISE LUNA
GABRIEL VASCONCELOS
RIO

Ainda sem um nome, mas com um CEO bem conhecido no setor, a petroleira fruto da fusão entre Enauta e 3R chega à Bolsa em agosto. Em entrevista ao *Estadão/Broadcast*, Décio Oddone, escolhido para comandar a companhia combinada, afirma que ela nasce mais robusta e com potencial de distribuir dividendos, algo raro entre as chamadas “junior oils” brasileiras.

Após concretizar a fusão, diz Oddone, a prioridade será traçar um planejamento para os próximos cinco anos e entregar resultados, com destaque para um crescimento contínuo da produção.

A seguir, os principais trechos da entrevista:

Como estão as tratativas para criar a nova empresa?
A gente avançou, na semana passada (*retrasada*), na aprovação pelos conselhos de administração da Enauta e da 3R da combinação dos negócios das duas companhias. Feito isso, agora tem passos formais que precisam ser atendidos. O que define se a operação vai acontecer ou não é a aprovação do Cade (*Conselho Administrativo de Defesa Econômica*), e a aprovação dos conselhos de administração das duas empresas.

O pedido já está no Cade?
Já foi para o Cade. As assembleias vão ser dia 17 de junho, e a gente tem um passo adicional. Como as ações da Enauta não constam do Ibovespa (*apesar de a empresa estar listada na B3*), nossos acionistas têm direito a recesso. Isso quer dizer que eles podem não aderir à transação e trocar as ações pelo valor patrimonial delas, um pouquinho mais de R$ 14 (*por ação*).

Nesses 30 dias, o acionista vai poder mexer na ação?
Quem quiser tem o direito de receber o valor patrimonial da ação. Mas o valor da ação está muito acima desse valor patrimonial. Não tem previsão de lock-up (*travar venda de ações*) hoje.

Para quando está prevista a chegada da nova empresa na Bolsa?
A operação deve acontecer no fim de julho ou início de agosto. Então, nesse início de agosto, a nova empresa deve chegar à Bolsa. Na verdade, não chega, ela já está na Bolsa. Hoje, as duas estão na Bolsa, mas, quando a operação se concretizar, a Enauta deixa de ser listada e só segue a 3R listada.

E o nome, como vai ficar?
A gente não sabe ainda, vamos fazer uma análise. Vamos avaliar, mas possivelmente vai ser decisão dos acionistas, dos nossos conselheiros.

Qual será a cara da nova empresa?
Ela nasce como uma companhia bem mais robusta do que as duas isoladas, como colocamos na proposta original, em uma carta aberta de abril. Vai ser uma companhia com o portfólio mais diversificado, que se complementa. Mais robusta do ponto de vista de resiliência a ciclos de petróleo, com crescimento contínuo de produção pelos próximos anos. Isso porque o perfil de produção dos projetos que as companhias têm são complementares no tempo. Então, quando se combinam os portfólios da Enauta e da 3R, contando com onshore e offshore, a gente cria uma companhia em que o crescimento de produção é contínuo.

Essa nova empresa tem como proposta ser pagadora de dividendos?
Essa é uma companhia que tem, sim, potencial para crescer e pagar dividendo. O ideal é ter uma combinação de crescimento com algum dividendo. Na minha leitura, o dividendo não pode ser alto o bastante a ponto de comprometer o crescimento. E o crescimento não pode e não deve ser o único objetivo, porque, aí, você não atrai o acionista que precisa de algum dividendo. Então, é um desafio.

O que a gente pode esperar para o gás a partir da fusão?
Aumenta a produção da companhia, aumentam as possibilidades de se fazer negócios na área de gás porque a gente tem produção de gás na Bahia, no Rio Grande do Norte, tem Peroá/Cangoá no Espírito Santo. Dentro desse planejamento que eu coloquei, vamos pensar qual é a melhor maneira de gerenciar os ativos de gás da companhia. Abre muito o leque. A gente passa a ser um dos maiores produtores de gás não associado do Brasil. Dá flexibilidade grande para pensar em fazer negócios de gás que gerem mais valor. ●

Estatais **Novo comando**

Diretor defende modelo de governança da Petrobras

RIO

O diretor de governança da Petrobras, Mário Spinelli, defendeu ontem o sistema de governança da estatal, em evento sobre práticas ESG organizado pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP).

“Temos um modelo de governança na Petrobras, construído desde 2016, principalmente pós-Lava Jato, que foi desenhado de forma a privilegiar decisões técnicas, para fazer com que o processo decisório seja baseado em decisões técnicas. Esse modelo tem princípios muito importantes, como a segregação de funções e compartilhamento decisório”, disse Spinelli.

A fala vem um dia depois da primeira entrevista da nova presidente da Petrobras, Magda Chambriard, que defendeu maior agilidade na execução de projetos e disse que o compliance da estatal não pode ser “imobilizador”.

Nos bastidores da transição de comando na Petrobras, havia a informação de que Spinelli poderia deixar o cargo. Agora, pessoas próximas ao conselho de administração e também ao governo dizem que ele deve ficar.

Spinelli foi nomeado em 26 de abril de 2023, com mandato de dois anos, prerrogativa específica do diretor de governança da empresa e que nenhum dos outros diretores têm. Por isso, para substituí-lo, mais do que a vontade de Magda, é necessário ter dois terços dos votos do conselho de administração. ● G.V.

IDG - Instituto de Desenvolvimento e Gestão - Organização Social de Cultura

CNPJ.: 04.393.475/0001- 46 e filiais

Política de Compras e Contratações Sustentáveis

Público-alvo: Todos os Projetos e/ou Contratos executados pelo IDG - Instituto de Desenvolvimento e Gestão **Responsável:** Suprimentos / Jurídico / Compliance / Qualidade **Validação:** Diretorias IDG **Aprovação:** Diretorias IDG, Conselho de Administração do IDG **Data de aprovação pelo Conselho de Administração do IDG** - 02/04/2024 **1. CONTEXTO:** O Instituto de Desenvolvimento e Gestão ("IDG") é pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com personalidade jurídica de associação civil, tendo sido fundado em 11 de fevereiro de 2001, qualificado como Organização Social, com a finalidade de celebrar contratos de Gestão e Interesses junto ao poder público e instituições privadas para a gestão de Projetos e/ou Contratos. O IDG encontra-se estruturado em um modelo de governança que proporciona segurança jurídica, financeira e a transparência da gestão, inspirado nas boas práticas corporativas nacionais e internacionais, contando com os mecanismos de controle, fiscalização e participação da sociedade. Possui 3 (três) Conselhos de Administração, Conselho Fiscal e Assembleia Geral. **2. OBJETIVO:** O presente documento tem como objetivo definir as diretrizes para a realização de aquisições e/ou contratações realizadas pelo Instituto de Desenvolvimento e Gestão - IDG ("IDG") no âmbito de aplicação dos projetos culturais, ambientais, dentre outros que venham a ser geridos pelo Instituto, garantindo maior transparência, competitividade, qualidade, legalidade, segurança, responsabilidade socioambiental, sustentabilidade e aprimoramento contínuo de suas atividades perante fornecedores, parceiros, autoridades e a sociedade. **3. APLICAÇÃO:** A presente Política é aplicável ao IDG e deve ser observada por todos os colaboradores diretos e terceiros envolvidos em suas relações com usuários, prestadores de serviços, fornecedores, parceiros, funcionários e autoridades pertencentes ao poder público. **4. DEFINIÇÕES:** Para melhor compreensão da presente Política, são apresentadas neste capítulo algumas definições importantes: • Aquisições / Contratações de Serviços Eventuais - São aquisições e/ou contratações realizadas para atender necessidades pontuais, não envolvem continuidade dos serviços; • Aquisições de Bens - Compra de bens de consumo duráveis e de materiais permanentes (aquele que em razão de seu uso corrente não perde a sua identidade física, e/ou tem uma durabilidade superior a dois anos); • Aquisições de Material de Consumo - Compra de bens de consumo não duráveis (cuja duração é limitada a curto espaço de tempo); • Comissão de Avaliação - Grupo constituído por, no mínimo, 03 (três) integrantes do IDG, sendo: 01 (um) representante da área requisitante da contratação, 01 (um) representante da área de suprimentos e 01 (um) representante da área jurídica, responsável pela condução do procedimento de seleção de fornecedores, análise das propostas e pelo julgamento da proposta vencedora; • Contratação Direta - Contratação realizada com a dispensa de seleção de fornecedores de forma justificada pela área requisitante e nas hipóteses previstas nesta Política que trata sobre dispensa de seleção de fornecedores; • Contratação Emergencial - Quando o procedimento de contratação não pode seguir as etapas de cotação de preços por falta de prazo ou em decorrência de situações que possam gerar riscos, prejuízos ou danos aos Projetos e/ou Contratos; • Contratações de Obras - Toda a construção, reforma, restauração, recuperação ou ampliação de imóveis realizada por terceiros; • Contratações de Serviços - Toda contratação de prestação de serviços terceirizado, exemplificando-se, mas não se limitando a serviços: artísticos, vigilância, segurança e limpeza, hospedagem, alimentação, técnicos especializados, produção artística, produção intelectual, publicidade, gráficos, transportes em geral, locação de bens, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, seguro, consultoria e assessoria; • Fornecedor Habilitado - Concorrente que apresentar todos os documentos solicitados no processo de compras e contratações dentro da validade; • Fracionamento de Aquisição ou Serviço - Procedimento realizado para um período ou quantidade abaixo da necessária para evitar o enquadramento na modalidade de contratação correta; • Gestor do Contrato - Colaborador responsável por administrar e supervisionar a aquisição e/ou serviço contratado até o término do contrato; • Normativos Internos - Documentos internos que estabelecem diretrizes, regras, procedimentos e modelos que amparam as atividades do Instituto e complementam as Políticas do IDG; • Propostas Válidas - Propostas recebidas ao longo do processo de seleção e que atendem a todos os requisitos estabelecidos no processo de compras e contratações; • Justificativa - Documento elaborado pela área requisitante, contendo todos os elementos que justifiquem os critérios adotados para a formalização de determinada contratação, nos casos previstos nesta Política, que deverá ser utilizado apenas em processos de compras realizados em Projetos e/ou Contratos cujo ente contratante ou interveniente seja o Poder Público, ou para os casos específicos de importação, contratação emergencial ou casos em que for necessário realizar algum tipo de regularização para Projetos e/ou Contratos realizados com a Iniciativa Privada. • Termo de Referência (TR) - Documento elaborado pela área requisitante com as especificações do objeto a ser contratado, prazo contratual, forma de avaliação das propostas, entre outros requisitos necessários para aquisições previstas nesta Política em Projetos e/ou Contratos cujo ente contratante ou interveniente seja o Poder Público, ou cuja natureza contratual seja de interesse público. • Serviços de Necessidade Continuada - Serviços que se forem interrompidos podem comprometer a continuidade das atividades e cuja contratação se estende por mais de um exercício ûnanceiro. **5. RESPONSABILIDADE:** É responsabilidade de todos os colaboradores do IDG e terceiros envolvidos seguir as diretrizes expostas nesta Política, assim como reportar à área de Suprimentos do IDG sobre as necessidades de revisão, adequação e/ou supressão de termo ou prática estabelecida neste documento. **6. DISPOSIÇÕES GERAIS:** O IDG atuará com estrita observância aos princípios da isonomia, legalidade, publicidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e economicidade, além de pautar suas ações nas melhores práticas de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental. As especificações para aquisições de bens, contratações de serviços e locações poderão conter critérios de sustentabilidade socioambientais e governança, dentre outros: **A-** Processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas; **B-** Contratação de empresas de mão de obra preferencialmente local; **C-** Economia no consumo de água e energia; **D-** Minimização da geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem gerados; **E-** Racionalização do uso de matérias-primas; **F-** Redução da emissão de poluentes; **G-** Adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente; **H-** Implementação de medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa; **I-** Utilização de produtos de baixa toxicidade; **J-** Utilização de produtos sustentáveis, com a origem comprovada, quando existir certificação para o produto; **K-** Práticas de Governança em Privacidade e Proteção de Dados Pessoais em conformidade com a legislação aplicável; **L-** Cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho; **M-** Práticas de diversidade, equidade e inclusão. **7. SELEÇÃO E DISPENSA DE SELEÇÃO FORNECEDORES:** 7.1 Seleção de Fornecedores - 7.1.1 Todos os procedimentos de compras e contratações serão precedidos de processo de Cotação, salvo exceções relacionadas nesta Política, realizado **exclusivamente** pela área de Suprimentos, que observará os critérios indicados pela área solicitante e buscará a proposta mais vantajosa, considerando os quesitos financeiros, técnicos ou de prazo. **Observação:** As áreas requisitantes podem entrar em contato com fornecedores para esclarecer dúvidas e realizar alinhamentos de escopo de atuação, cotar em casos específicos de notório saber (7.2.1.IV), mas não podem, em nenhuma hipótese, negociar, fechar a contratação, autorizar, iniciar a prestação do serviço, assinar contratos ou formalizar a contratação do serviço/aquisição sem a interveniência da área de Suprimentos e o devido processo de compras concluído. Esta é uma função exclusiva da área de Suprimentos do IDG. 7.1.2 A realização do procedimento de seleção não obriga a contratação, podendo, eventualmente, ocorrer anulação de procedimento. 7.1.3 O IDG poderá realizar processo de importação de bens ou serviços diretamente ou através de empresa qualificada para tal, respeitando as normas previstas nesta Política, no que couber, devendo o requisitante estabelecer os critérios específicos de acordo com o caso. 7.1.4 As importações só serão realizadas quando ficar comprovada de forma justificada que será melhor opção em relação aos produtos e serviços nacionais, devendo ser observado como critério de escolha a qualidade e economia. 7.2 Dispensa da Seleção de Fornecedores - 7.2.1 Fica dispensado o procedimento de seleção, nos seguintes casos: I. Aquisição de bens, contratação de serviços e locações diretamente do fabricante, empresa ou representante comercial que sejam exclusivos no mercado; II. Para a aquisição de componentes ou peças originais nacionais ou estrangeiras, necessárias à manutenção de Contratos durante o período de garantia técnica, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia; III. Em complementação quantitativa, prorrogações e/ou adequação técnica relacionados ao mesmo objeto do contrato, observadas as cotações anteriores; IV. Contratação de serviços técnicos de profissionais especializados ou de notório saber, desde que confirmados por documentação comprobatória, nos termos do item 10.1 desta Política; V. Compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades imprescindíveis do IDG, observadas as necessidades de instalação e localização, bem como para a realização das adaptações necessárias para o trabalho desenvolvido; VI. Divulgação em mídia offline; VII. Divulgação em mídia online; VIII. Suprimento de energia elétrica, água, gás, telefonia, internet ou similares cuja prestação de serviços seja realizada exclusivamente por concessionária de serviços públicos e o objeto do contrato seja pertinente ao da concessão; IX. Quando houver inequívoca inviabilidade de competição; X. Vistoria, amostras, orçamentos prévios de serviços para os quais exista custo com confecção/produção/visita técnica ou entrevista, sem os quais não se obterá certeza da melhor contratação ou do melhor preço; XI. Transporte e hospedagem de funcionários no caso de realização de viagens a serviço; XII. Despesas relativas à execução de atividades, dinâmicas, comemorações, premiações e cursos de extensão e/ou aperfeiçoamento, bem como para pagamento de despesas relativas à inscrição e participação de seus funcionários em palestras e seminários, nacionais ou internacionais; XIII. Em caráter de emergência, quando caracterizada a imediata necessidade de utilização de bem, produto ou serviço, a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízos ao IDG ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou equipamentos; XIV. A obtenção de licença e/ou cessão de direitos autorais e conexos, da personalidade, marcas, patentes e similares, onerosa que se apresentem necessários para a operacionalização dos Projetos e/ou Contratos executados ou apoiados pelo IDG, diretamente do licenciante ou através de banco de dados ou terceiros que detenham autorização para a sua concessão. **Observação 1:** As condições previstas nos itens acima, exceto as previstas nos incisos I,II, III, VI VII, VIII, XI e XIV, deverão ser fundamentadas pela área requisitante por meio de Termo de Justificativa devidamente assinado pelo Gestor / Diretor Responsável pela área, conforme alçada de responsabilidade definida em Normativo Interno, quando a contratação for realizada no contexto de projetos realizados com Contratos de Gestão ou de Interesse do Poder Público, na forma do item 8.1, abaixo. **Observação 2:** Para os itens I, II, III, VI, VII, VIII, XI e XIV, será permitida a contratação conforme estabelecido em Normativos Internos. 7.2.2 Poderá ser dispensado o procedimento de Seleção de Fornecedores em caráter excepcional e devidamente justificado quando tratar de operação envolvendo empresas públicas (concessionárias), entidades paraestatais, organizações sociais ou sem fins lucrativos, nacionais ou estrangeiras, universidades ou centros de pesquisa públicos nacionais sem fins lucrativos. **8. MODALIDADES E LIMITES DE DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES:** Os processos de compras e contratações deverão ser enquadrados nos seguintes limites e valores respectivos, devendo ser conduzidos pela área de Suprimentos: 8.1 Projetos Realizados com Contrato de Gestão ou de Interesse do Poder Público 8.1.1 Contratação Simples: Modalidade de seleção em que a área de Suprimentos do IDG pode buscar no mercado apenas 1 (uma) proposta orçamentária que atenda às necessidades da área requisitante, desde que não ultrapasse o valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais); 8.1.2 Contratação por Convite: Modalidade de seleção em que a área de Suprimentos do IDG deverá buscar no mercado no mínimo 3 (três) propostas comerciais através de convite formalizado a potenciais concorrentes utilizando a modalidade de comunicação digital, contemplando compras e contratações com valores entre R$ 15.000,01 (quinze mil reais e um centavo) até R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) 8.1.3 Contratação por Termo de Referência: Modalidade de seleção de fornecedores realizada para compras e contratações com valores superiores a R$ 150.000,01 (cento e cinquenta mil reais e um centavo), entre quaisquer interessados que comprovem possuir os requisitos mínimos exigidos no Termo de Referência publicado no website do IDG – www.idg.org.br - em no mínimo 7 (sete) dias corridos para aquisições de bens e 15 (quinze) dias corridos para as demais contratações. Tem como objetivo a participação de no mínimo 03 (três) concorrentes e será realizado por procedimento digital que garantirá a confidencialidade das propostas apresentadas. 8.2 Observações Específicas para Compras e Contratações no contexto dos Projetos realizados com Contrato de Gestão ou de Interesse do Poder Público 8.2.1 Em até 03 (três) dias corridos após a publicação do Termo de Referência, qualquer pessoa jurídica de direito privado interessada neste processo de seleção poderá contestar o Termo de Referência, bem como pedir esclarecimentos. 8.2.2 O IDG deverá coletar no mínimo 3 (três) propostas comerciais nos limites previstos no item 8.1.3 e quando tal situação não for possível, a área de Suprimentos prorrogará o procedimento de análise das propostas recebidas através de procedimento digital por igual período, quando tal medida não causar atrasos no cumprimento de seu planejamento e/ ou cronograma de Projetos e/ou Contratos. 8.2.3 Quando não for possível coletar o número mínimo de propostas válidas, ou, ainda, na hipótese de contratação em regime emergencial, o Gestor / Diretor Responsável pela área, conforme alçada de responsabilidade definida em Normativo Interno, poderá autorizar a contratação com o número de cotações que houver ou cancelar o processo, realizando ou não um novo procedimento, mediante emissão de Termo de Justificativa pela área requisitante. 8.2.4 Nos procedimentos de seleção previstos nos itens 8.1.1 e 8.1.2, as propostas poderão ser registradas simplificadamente de modo a assegurar a idoneidade das cotações, preferencialmente via internet, expedida por intermédio de e-mail corporativo do fornecedor, registro de informações de página da internet do fornecedor, com data de acesso, ou documentos expedidos e assinados pelo proponente, tais como ofícios, propostas etc. 8.2.5 As aquisições de bens, serviços e locações que não sejam de necessidade continuada e despesas não previstas em Plano de Trabalho ou na execução dos Projetos e/ou Contratos do IDG, cujo valor total ultrapassar R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) no período orçamentário ou ano fiscal, deverão ser precedidas de autorização do Conselho de Administração. Observação 1: São de necessidade continuada as contratações cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades do IDG, exemplificando-se, mas não se limitando, às seguintes contratações: • Manutenção preventiva e corretiva; • Segurança; • Limpeza; • Brigadistas • Locações de imóveis. 8.2.6 Verificada, ao longo do processo de seleção, a incompatibilidade entre o valor dos serviços ou bens e o limite de compras e contratações, a área de Suprimentos poderá realizar a conversão necessária do procedimento em curso, observando os respectivos requisitos e documentos obrigatórios indicados nesta Política. 8.2.5 As alçadas de aprovação estão definidas em Normativos Internos que complementam esta Política e estão publicados no website do IDG - www.idg.org.br - garantindo a transparência nos processos de seleção. Os critérios foram estabelecidos a partir do nível de complexidade e especificidade das contratações e dos Projetos e/ou Contratos. 8.3 Projetos Realizados com a Iniciativa Privada 8.3.1 Contratação Simples: Modalidade de seleção em que a área de suprimentos do IDG pode buscar no mercado apenas 1 (uma) proposta comercial que atenda às necessidades da área requisitante, desde que não ultrapasse o valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais); 8.3.2 Contratação por Convite: Modalidade de seleção em que a área de suprimentos do IDG deverá buscar no mercado no mínimo 3 (três) propostas comerciais através de convite formalizado a potenciais concorrentes utilizando a modalidade de comunicação digital, contemplando compras e contratações acima de R$ 15.000,01 (quinze mil reais e um centavo). **Observação 1:** Quando não for possível coletar as 3 propostas, o Gestor responsável pela contratação deverá formalizar para a área de Suprimentos caso desejar dar continuidade ao processo de contratação com a quantidade de propostas reunidas, informando sobre a decisão e assumindo a responsabilidade pela decisão. **Observação 2:** As aquisições de bens, serviços e locações que não sejam de necessidade continuada e despesas não previstas em Plano de Trabalho ou na execução dos Projetos e/ou Contratos do IDG, cujo valor total ultrapassar R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) no período orçamentário ou ano fiscal, deverão ser precedidas de autorização do Conselho de Administração. **Observação 3:** São de necessidade continuada as contratações cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades do IDG, exemplificando-se, mas não se limitando, às seguintes contratações: • Manutenção preventiva e corretiva; • Segurança; • Limpeza; • Brigadistas • Locações de imóveis. 8.4 Observações Específicas para Compras e Contratações no contexto dos Projetos realizados com a Iniciativa Privada - 8.4.1 Verificada, ao longo do processo de seleção, a incompatibilidade entre o valor dos serviços ou bens e o limite de compras e contratações, a área de Suprimentos poderá realizar a conversão necessária do procedimento em curso, observando os respectivos requisitos e documentos obrigatórios indicados nesta Política. 8.4.2 Para os casos específicos de importação, contratação emergencial ou casos em que for necessário realizar algum tipo de regularização, o Gestor / Diretor Responsável pela área, conforme alçada de responsabilidade definida em Normativo Interno, poderá autorizar a contratação com o número de cotações que houver ou cancelar o processo, realizando ou não um novo procedimento, mediante emissão de Termo de Justificativa pela área requisitante. 8.4.3 Nos procedimentos de seleção Simples ou por Convite, as propostas poderão ser registradas simplificadamente de modo a assegurar a idoneidade das cotações, preferencialmente via internet, expedida por intermédio de e-mail corporativo do fornecedor, registro de informações de página da internet do fornecedor, com data de acesso, ou documentos expedidos e assinados pelo proponente, tais como ofícios, propostas etc. 8.4.4 As alçadas de aprovação estão definidas em Normativos Internos que complementam esta Política e estão publicados no website do IDG - www.idg.org.br - garantindo a transparência nos processos de seleção. Os critérios foram estabelecidos a partir do nível de complexidade e especificidade das contratações e dos Projetos e/ou Contratos. **9. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO NOS PROCEDIMENTOS DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES:** 9.1 A documentação necessária para a participação no processo de seleção deverá ser apresentada pelos concorrentes no momento do fechamento da proposta ou cadastramento do fornecedor. 9.2 A relação de documentos a serem apresentados pelos concorrentes é compatível com o valor das contratações e estão definidos em Normativo Interno publicado no website do IDG www.idg.org.br. 9.3 A empresa que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, deverá comprovar sua condição de ME ou EPP caso tenha interesse em usufruir do tratamento favorecido estabelecido em Lei. 9.4 Em casos de ausência de documentação, o gestor de Suprimentos solicitará a aprovação do Diretor Administrativo e Financeiro para seguir ou não com a empresa vencedora. O interessado que não apresentar a documentação requerida para a participação no processo de seleção, ou sobre o qual se constatar a existência de impedimento, deverá ser excluído, sendo convocado o segundo classificado no processo de compras e contratações. 9.5 Em casos de Contratações que sejam realizadas através do Termo de Referência, é facultada à Comissão de Avaliação a abertura de prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para que o interessado, através de e-mail, a contar da data de comunicação do IDG, regularize o impedimento, se for pertinente. 9.6 O IDG priorizará a transmissão eletrônica de dados para encaminhamento de documentos, inclusive para recebimento de propostas e formalização de contratos, que serão considerados como comprovantes para todos os efeitos previstos nesta Política. **10. ANÁLISE DAS PROPOSTAS:** 10.1 Dos critérios e modalidades de julgamento 10.1.1 No julgamento das propostas poderão ser observados os seguintes critérios e modalidades de julgamento, de acordo com o objeto a ser contratado e a especificação do Convite ou Termo de Referência: **A-** Adequação das propostas ao objeto da seleção; **B-** Qualidade; **C-** Técnica; I Garantia de manutenção, reposição de peças, assistência técnica e atendimento de urgência, quando for o caso; **D-** Preço; **E-** Prazos de fornecimento ou de conclusão dos serviços; **F-** Condições de pagamento; Observação: **G-** Custos de transporte e seguro até o local da entrega, quando for o caso; **H-** Eventual necessidade de treinamento de pessoal; **I-** Garantia de manutenção, reposição de peças, assistência técnica e atendimento de urgência, quando for o caso; **J-** Segurança e durabilidade dos bens adquiridos e dos serviços e obras prestados; **K-** Outros critérios previstos no Convite ou Termo de Referência. **Observações:** O Convite ou Termo de Referência poderá indicar o peso que será dado a cada um dos critérios mencionados acima para o cálculo da pontuação. 10.1.2 É vedada a utilização de critérios de julgamento subjetivos e que possam favorecer qualquer proponente. 10.1.3 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do Convite ou Termo de Referência 10.1.4 Em caso de empate, serão levados em conta, para a definição do vencedor: **A.** A detenção de títulos ou certificados ambientais ou sociais; **B.** A existência de certificação da matéria prima e/ou a utilização de material reciclável; **C.** A nacionalidade e naturalidade do fornecedor, dando-se preferência à brasileira e às comunidades locais; **D.** As melhores práticas de sustentabilidade; **E.** Apresentação de certificações obtidas de entidades certificadoras como o PROCEL e o PBEV. 10.1.5 A melhor oferta será considerada a que resultar a melhor proposta ao IDG, sendo esta calculada pela verificação e comparação dos critérios acima, observando o princípio da economicidade. **Observação 1:** Será obrigatória a elaboração de Termo de Justificativa pela área requisitante, por escrito, devidamente assinado pelo Gestor / Diretor Responsável pela área, conforme alçada de responsabilidade definida em Normativo Interno, sempre que a melhor proposta não corresponder ao menor preço, seguindo as premissas definidas para Projetos realizados com o Poder Público ou formalização pelo Gestor responsável quando for um Projeto e/ou Contrato para a Iniciativa Privada . **Observação 2:** Quando a contratação for precedida por Termo de Referência com critérios de Técnica e Preço, o fundamento para a contratação do vencedor será registrada na ata, dispensado o Termo de Justificativa. 10.1.6 Propostas com valor global superior ao valor orçado inicialmente pelo IDG ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não comprovem que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto a ser contratado, poderão ser desclassificados pela área de Suprimentos ou Comissão de Avaliação de forma justificada no processo de compras e contratações. 10.1.7 Aprovada a melhor proposta, nas hipóteses do Termo de Referência, o IDG dará publicidade ao ato, devendo divulgar no site **www.idg.org.br** durante o período de 6 (seis) meses, o nome do fornecedor e o valor selecionado. 10.1.8 Quando o responsável pela proposta vencedora, por qualquer razão, não assinar o contrato no prazo estabelecido, é facultado ao IDG convocar os demais participantes, obedecendo a ordem de classificação, ou cancelar o procedimento de seleção. 10.1.9 A área de Suprimentos deverá negociar o valor da proposta vencedora, em atendimento ao princípio da economicidade. 10.1.10 A Ordem de Compra representa o documento formal da negociação havida entre o IDG e o fornecedor e encerra o procedimento de seleção, devendo representar fielmente todas as condições em que foi realizada a negociação. **Observação:** Nos casos em que houver a celebração de contrato este será o documento que encerra o procedimento de seleção. **11. SERVIÇOS TÉCNICO ESPECIALIZADOS:** Entende-se por serviços técnico-profissionais especializados ou de notório saber aqueles exercidos por pessoas físicas e jurídicas cujo conhecimento específico ou conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados à sua atividade, permita concluir que o seu trabalho é o mais adequado à plena satisfação do objeto a ser contratado, exemplificando-se, mas não se limitando, aos serviços e produtos listados abaixo: 11.1 Tipos de Contratação de Produtos e Serviços Especializados 11.1.1 Estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos; 11.1.2 Obtenção de licenças, alvarás e/ou autorizações junto a autoridades públicas federais, estaduais ou municipais; 11.1.3 Pareceres técnicos, perícias e avaliações em geral, inclusive em âmbito judicial; 11.1.4 Assessorias ou consultorias técnicas, jurídicas, de comunicação e auditorias; 11.1.5 Fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços; 11.1.6 Patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas; 11.1.7 Assistência à saúde, inclusive contratação de serviços de medicina ocupacional; 11.1.8 Softwares e Sistemas de Gestão; 11.1.9 Profissional ou grupo de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário, desde que justificada a necessidade de sua contratação e os critérios que geraram a sua escolha em detrimentos de outros possíveis; 11.1.10 Profissionais para a elaboração de conteúdo a ser inserido em materiais e suplementos didáticos; 11.1.11 Contábil e fiscal; 11.1.12 Profissionais de captação de recursos; 11.1.13 Curadoria. **Observação:** A ordem de compras e o contrato, quando este for elaborado, estabelecerão, com clareza e precisão, as condições para a execução do serviço. **12. CONTRATAÇÕES DE OBRAS:** Para a realização de obras, dependendo da complexidade, deverão ser elaborados previamente os projetos básico ou executivo e cronograma físico-financeiro, a seguir definidos: I. Projeto básico – conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou o complexo de obras, e que possibilite a avaliação preliminar do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução. II. Projeto executivo - conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra. III. Cronograma físico-financeiro - documento contendo a previsão de prazo de execução de cada etapa da obra e respectivo desembolso financeiro. 12.1 Projetos Básicos e Executivos: Na elaboração dos projetos básicos e executivos deverão ser considerados: **A-** Segurança; **B-** Funcionalidade e adequação ao objeto contratual; **C-** Economia e facilidade na execução, conservação e operação; **D-** Durabilidade; **E-** Adoção das normas técnicas adequadas; **F-** Avaliação de custo, definição de métodos e prazo de execução; **G-** Sustentabilidade socioambiental; **H-** Acessibilidade. 12.2 Regimes de Obras: 12.2.1 Empreitada global - quando se contrata a execução da obra e fornecimento de materiais por preço certo e global, com base no projeto; 12.2.2 Empreitada por preço unitário - quando se contrata por preço certo de unidades determinadas, com base no projeto. 12.3 Processo de Seleção Não poderá participar do processo de seleção na contratação de obras: 12.3.1 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado; 12.3.2 Empregado, dirigente e conselheiro do IDG. **Observação:** É permitida a participação do autor do projeto, na seleção do empreiteiro, como consultor ou técnico para fiscalização ou gerenciamento. **13. SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS:** 13.1 Considera-se a contratação de profissionais autônomos, exemplificando-se, mas não se limitando, os que prestam os seguintes serviços: artísticos, técnicos especializados, produção artística, produção intelectual, transportes em geral, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, consultoria e assessoria. 13.2. A contratação de serviços de profissionais autônomos poderá ser realizada para execução de serviços específicos e pontuais, sem configuração de subordinação ao IDG, relação de emprego ou vínculo empregatício. 13.3. A contratação de serviços de profissionais autônomos não poderá exceder o período de 3 (três) meses consecutivos. 13.4. O profissional autônomo poderá ser contratado por mais 3 (três) meses consecutivos, desde que, entre cada contratação, tenham decorrido, no mínimo, o período de 6 (seis) meses. **14. RECURSOS:** Das decisões decorrentes da aplicação desta Política cabe recurso no prazo de 3 (três) dias corridos, contados a partir da data da comunicação realizada pela área de suprimentos às concorrentes ou da publicação da decisão a ser contestada. 14.1 Avaliação dos Recursos 14.1.1. O recurso será encaminhado ao Gestor da área de suprimentos ou Comissão de Avaliação que deverá emitir parecer ou direcionar à decisão da Diretoria do IDG, tratando-se de tema de maior complexidade, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis. 14.1.2 Os recursos não suspendem o procedimento de seleção em andamento, com exceção para os casos em que, por sua relevância, a Diretoria entender mais adequado suspender o procedimento de forma justificada. 14.1.3 O IDG deverá assegurar o sigilo e integridade dos documentos apresentados pelas empresas concorrentes, sendo repassados a terceiros em grau de recurso quando cabível. **15. DISPOSIÇÕES FINAIS:** 15.1.1 A Diretoria do IDG poderá ordenar, a qualquer tempo, auditorias internas nos processos de compras e de contratações. 15.1.2 Fica vedado o fracionamento dos procedimentos de compras e contratações. 15.1.3 Estão impedidos de participar de procedimentos de seleção do IDG ou de celebrar contratos cuja seleção seja regida por esta Política, parentes, até terceiro grau, de conselheiros, diretores, gerentes ou coordenadores do IDG, assim como pessoa jurídica da qual façam parte como sócio, acionista, controlador, administrador, responsável técnico ou subcontratado, salvo disposição autorizada por Lei e aprovada pelo Conselho de Administração ou contratação em favor do IDG a título gratuito. 15.1.4 O IDG poderá aprovar acréscimos que se fizerem necessários nas obras e serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma ou aquisições de bens, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos, salvo em casos de renovação do contrato findo o prazo de vigência. 15.1.5 A fiscalização e verificação da conformidade dos serviços, bens e obras contratados será realizada pelo gestor do contrato, o qual procederá à conferência destes a partir dos dispositivos da Ordem de Compra, do contrato, das propostas apresentadas, e dos relatórios elaborados pelo fornecedor, cabendo-lhe rejeitar os bens, serviços e etapas de execução da obra que não correspondam às condições e especificações estabelecidas. 15.1.6 Os casos omissos ou duvidosos na interpretação da presente Política serão resolvidos pela Diretoria do IDG, com base nos princípios gerais que regem esta política. 15.1.7 Respeitando a estrutura normativa do IDG, quando necessário, a presente Política é complementada por Normativos Internos formalizados e aprovados no Instituto. 15.1.8 A presente Política entra em vigor na data de sua publicação. **16. DESCUMPRIMENTO E AÇÃO CORRETIVA:** Com base no Código de Ética e Conduta, na presente Política, nas leis aplicáveis e nas demais normas internas do IDG, o descumprimento das regras aqui descritas resultará em sanções que podem incluir a rescisão do contrato de trabalho ou de prestação de serviços, conforme o caso, além de sanções civis, administrativas e criminais aplicáveis. **17. CANAIS DE ÉTICA:** Os reportes sobre situações de descumprimento da presente Política devem ser imediatamente registrados no Canal de Ética, cujo contato está disposto no site do IDG - ***www.idg.org.br*** - ou até mesmo diretamente para o responsável pelo Programa de Compliance. Todas as situações ou reclamações reportadas por meio dos canais indicados no site do IDG serão tratadas de forma sigilosa, havendo, ainda, a possibilidade da opção pelo anonimato. O IDG garante que não ocorrerá, nem será tolerada, retaliação contra quem, de boa-fé, fizer qualquer reporte ou levantar suspeitas de violação das Leis, Políticas e Normas aplicadas. **18. ADESÃO:** A presente Política está disponível no site e no drive de documentos normativos do IDG, sendo de conhecimento obrigatório de todos os seus colaboradores. Todos os colaboradores admitidos após a aprovação da presente Política se vincularão expressamente ao seu conteúdo quando da assinatura do contrato de trabalho, bem como os terceiros interessados em contratar com o IDG. **NORMA DE OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES** - Disponível no site do IDG através do link:

https://idg.org.br/sites/default/files/compras/
Política%20de%20Compras%20%2B%20Norma%20Interna%20-%20Operacionalização_2024.pdf

Rio de Janeiro/RJ, 02 de Abril de 2024. O Conselho de Administração e a Assembleia Geral, com base na Décima Reforma Consolidada do Estatuto Social do IDG, em reunião realizada no dia 02 de abril de 2024, aprovou a revisão da presente Política de Compras e Contratações Sustentáveis conforme registrado em Atas devidamente arquivadas no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro - RCPJ/RJ, cumprindo as formalidades legais para validade do ato. Ratificamos, nesta data, a aprovação da Política de Compras e Contratações Sustentáveis do Instituto de Desenvolvimento e Gestão, em cumprimento a obrigação contratual estabelecida no Contrato de Gestão n.º 06/2022, firmado com o Estado de São Paulo, por intermédio de sua Secretaria de Cultura e Economia Criativa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINÓPOLIS

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 512/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para **aquisição eventual e futura de forma parcelada de Camisetas para formatura do Proerd. VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:** R$ 22.464,00. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** até às 08hs15min do dia 12/06/2024 (horário de Brasília). **ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** 08hs20min do dia 12/06/2024 (horário de Brasília). **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 08hs30min do dia 12/06/2024 (horário de Brasília). **LOCAL:** Sistema Eletrônico no Portal de Licitações no endereço "http://comprasbr.com.br". "Acesso identificado". **CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:** Na internet, no e-mail: licitacao@martinopolis.sp.gov.br, no endereço eletrônico: http://online.martinopolis.sp.gov.br:8079/comprasedital/ na opção 02, e no endereço eletrônico: comprasbr.com.br/processos/. No Departamento Municipal de Licitações, no endereço sito à Avenida Coronel João Gomes Martins, 525, Centro, Martinópolis, Estado de São Paulo, telefone (18) 3275-9500. Martinópolis, 28/05/2024 – **VALDECI SOARES DOS SANTOS FILHO – Prefeito.**

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N°: 01/2024 – MAE/USP - PROCESSO Nº: 154.00001793/2024-24

O Museu de Arqueologia e Etnologia torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob N°: 01/2024 - MAE, do tipo menor preço, cujo objeto é Contratação de empresa especializada em produção editorial, conforme especificações e condições constantes em Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 29/05/2024 a partir das 09h, estando a sessão de disputa agendada para o dia 18/06/2024 às 10h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Portal de Compras do Governo Federal - ComprasGov" através do sítio https://www.gov.br/compras/pt-br. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 29/05/2024, além da página do ComprasGov, citado anteriormente, nos seguintes endereços: www.usp.br/licitacoes e www.imprensaoficial.com.br

CIDADE DE SÃO PAULO — SUBPREFEITURA SÃO MATEUS

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Tomada de preços **Nº 007/SUB-SM/2023** - Processo SEI **Nº 6054.2023/0004210-8**

Objeto: **implantação de gramado sintético, drenagem profunda e serviços complementares, Rua Alvaro do Prado, 480 - Pq. São Rafael** - Tipo de licitação: **MENOR PREÇO** - Critério de julgamento: **MENOR VALOR GLOBAL** - Data da abertura dos envelopes: **19/06/2024 - às 10:30h - Horário de Brasília** - Entrega dos envelopes: **19/06/2024 - Horário: 08 às 10:00h** - Local: **AVENIDA RAGUEB CHOHFI, 1400 - JD. TRÊS MARIAS - SÃO PAULO-SP** - O caderno de licitação, composto de Edital, Anexos e Minuta de Contrato, poderá ser obtido em formato eletrônico na Subprefeitura São Mateus, no endereço constante do preâmbulo, mediante a apresentação de 1 (um) CD de mídia gravável, OU AINDA poderá ser obtido gratuitamente, via internet, no endereço eletrônico da PMSP: www.prefeitura.sp.gov.br, Painel de Negócios.

CIDADE DE SÃO PAULO — SUBPREFEITURA LAPA

ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO **Nº: 90005/SUB-LA/2024** - PROCESSO SEI: **6044.2024/0000637-0**

Objeto: **Contratação de prestação de serviços de impressão, contemplando o fornecimento de impressoras multifuncionais seminovas em bom estado, incluindo instalação, suporte técnico e manutenção on-site (incluindo peças), além do fornecimento de insumos (toner, cartucho, bastões, cilindros, fusores, papel, etc.), contemplando disponibilização de estoque nas unidades para cumprimento dos níveis de serviços e, por fim, solução de bilhetagem que permita gestão e monitoramento de consumo do parque de equipamentos, conforme especificações constantes no Termo de Referência** - Data/hora da sessão pública: **14/06/2024 às 9h30min** - Download do edital **https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar e https://www.gov.br/compras/pt-br/ - UASG 925080 - Subprefeitura Lapa** - Local: **https://www.gov.br/compras/pt-br/** COMPRASGOV 90.005/2024/

INÊS 249

CRISTIANE BARBIERI, LUCIANA COLLET, CYNTHIA DECLOEDT, ALTAMIRO SILVA JUNIOR E GABRIEL BALDOCCHI

TWITTER: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM



Coluna do Broadcast

Com 1º banco de torcida organizada, Independente quer ajudar o São Paulo

A Torcida Tricolor Independente nasceu em 1972, quando um grupo de torcedores organizados acompanhou o São Paulo Futebol Clube ao Paraguai, em disputas da Libertadores. Na quarta-feira, 29, novamente numa partida desse campeonato, agora contra o argentino Talleres, a agremiação vai lançar seu próprio banco digital, o 1972 Bank. Construído em cima do Banco Torcedor, tecnologia bancária desenvolvida para o mundo do futebol pela fintech 2GO Bank, o banco da Independente tem como objetivo engajar e faturar com os fanáticos pelo time que terão um aplicativo com conteúdo, entretenimento e e-commerce, além de serviços bancários como conta digital, Pix, pagamento de contas e cartão customizado com a marca da torcida.

Receita será revertida para apoio ao time

Parte da receita vai para a Independente. "Quero fazer o SOS São Paulo FC, para ajudar nosso clube a liquidar as dívidas no futuro", diz Henrique Gomes de Lima, o Baby, presidente do conselho da organizada. O dinheiro também ajudará projetos sociais, culturais e esportivos da agremiação, e viagens com o time.

Desafio é mudar imagem

Um dos principais desafios, diz ele, é mudar a imagem de baderna ligada às organizadas. "Hoje, o torcedor compra a nossa ideia porque ele vê uma torcida-empresa, gerida como se fosse uma SAF (Sociedade Anônima de Futebol)." Dando risada, ele acrescenta: "Imagina agora o Baby, de terno e gravata, na arquibancada."

ENGAJAMENTO DE FANÁTICOS

PAULO PINTO/SPFC/ ESTADÃO - 27/3/2022



A Independente e a fintech 2GO Bank esperam ter 200 mil torcedores cadastrados e vinculados ao aplicativo 1972 até o fim deste ano

● **TORCEDORES.** Nem a Independente nem a 2GO Bank, porém, falam em expectativa de geração de receita. Afirmam apenas que pretendem ter 200 mil torcedores cadastrados e vinculados ao aplicativo até o fim do ano. Além da receita proveniente dessa fonte, a Independente fatura com mensalidades, vendas de produtos e eventos. Segundo Baby, o patrimônio da organizada supera R$ 10 milhões.

● **EXPANSÃO.** Para a 2GO, a iniciativa é uma oportunidade de expansão dos negócios. Hoje, a fintech tem 35 mil clientes provenientes sobretudo do Vitória Bank, o banco do Esporte Clube Vitória. A parceria com a Independente é a primeira com torcidas organizadas e o time, o São Paulo Futebol Clube, não foi envolvido.

● **RECUPERAÇÃO.** Cercado de expectativas, o plano de recuperação judicial da Light vai à votação nesta quarta-feira, 29, em Assembleia Geral de Credores, e deve receber aprovação, a despeito de alguns desafios jurídicos ainda em andamento, em especial junto ao detentores de títulos emitidos no exterior (bondholders).

● **ACORDOS.** A companhia fechou acordos com representantes dos três grupos de credores – bancos, debenturistas e bondholders –, o que, na visão de executivos da empresa, deve garantir ampla aprovação do plano, com expectativa de alcançar 100% dos presentes.

● **DÚVIDAS.** No entanto, os acordos com debenturistas e bondholders foram fechados junto a um grupo de representantes de titulares ou gestores de fundos detentores destes títulos, gerando dúvidas, portanto, sobre a real adesão à proposta por quem não esteve na mesa de negociações.

● **EM ABERTO.** No grupo de debenturistas, com R$ 5 bilhões em créditos, o aceite tende a ser relevante. Já entre os detentores de títulos no mercado internacional, fontes citam questões jurídicas ainda em aberto que, se superadas, podem fazer com que o plano seja aprovado por um número ainda maior de credores.

● **FIM DE CICLO.** O ex-presidente do Santander Sergio Rial deixou a presidência do conselho de administração da fintech Ebury, controlada pelo Grupo Santander. O executivo ocupava a posição desde a compra da startup pelo banco espanhol, em 2019, e era uma peça-chave para o crescimento do negócio, em especial no Brasil, um dos principais mercados da companhia.

● **PERFIL.** Sediada em Londres, a Ebury é focada em transações de câmbio e pagamentos internacionais, opera em 21 países e movimentou 27 bilhões de libras (cerca de R$ 180 bilhões) somente em 2022. No Brasil, a fintech ganhou status de banco ao comprar, em 2022, a Bexs, com atuação em câmbio.

● **VIRADA.** O espaço aberto com o fim do vínculo com a fintech permitiu ao executivo ingressar como sócio da Crescera Capital, antiga Bozano Investimentos, que já teve o ex-ministro Paulo Guedes como sócio. A gestora administra R$ 4,3 bilhões e tem investimentos em pouco mais de 20 empresas, entre as quais a Tembici, de mobilidade, e a Vitru, de educação à distância.

SOBE

Índice de confiança da indústria avançou em maio

EDMAR BARROS/ESTADAO -17/6/2021



O Índice de Confiança da Indústria (ICI) cresceu 1,2 ponto de abril para maio, para 98 pontos, segundo a Fundação Getulio Vargas (FGV). A média móvel trimestral do índice subiu 0,2 ponto. Entre os componentes do ICI, o Índice de Situação Atual (ISA) avançou 2,2 pontos, para 98,2 pontos, e o Índice de Expectativas (IE) subiu 0,2 ponto, para 98. O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) recuou 0,6 ponto porcentual, para 81,8%.

DESCE

Otimismo do comércio tem recuo, mas segue positivo

WERTHER SANTANA/ESTADÃO - 8/6/2021



Os comerciantes brasileiros ficaram ligeiramente menos otimistas em maio, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Após quatro meses de altas, o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) caiu 0,2% em relação a abril. O índice ficou em 106,9 pontos, permanecendo assim na zona de satisfação, acima dos 100 pontos. Na comparação com maio de 2023, o Icec recuou 1,4%.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 123.779,54 PTS. | Dia -0,58% | Mês -1,70% | Ano -7,75%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
MRV ON NM	6,97	2,20	8.501
PETROBRAS PN N2	37,80	2,13	85.188
PETROBRAS ON N2	39,38	1,76	43.960

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

MAGAZ LUIZA ON EG	12,29	-6,54	31.722
AZUL PN N2	9,63	-4,84	15.390
CSMINERACAOON N2	5,13	-3,93	9.199

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

25/5 a 25/6	0,0416	0,7319	0,5418	0,5000
26/5 a 26/6	0,0682	0,7687	0,5685	0,5000
27/5 a 27/6	0,0947	0,8054	0,5952	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	38.852,86	-0,55	2,74	3,09
FRANKFURT - DAX	18.677,87	-0,52	4,16	11,50
LONDRES - FTSE	8.254,18	-0,76	1,35	6,74
TÓQUIO - NIKKEI	38.855,37	-0,11	1,17	16,11

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	6,11	3.193,31
	15/5/2035	6,13	2.236,80
JUROS SEMESTRAIS	15/5/2035	6,12	4.258,74
PREFIXADO	1º/1/2027	11,01	763,19
	1º/1/2031	11,80	481,32
SELIC	1º/3/2027	0,09	14.850,81

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Março	Abril	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,19	0,37	1,95	3,23
IGP-M (FGV)	-0,47	0,31	-0,60	-3,04
IGP-DI (FGV)	-0,30	0,72	-0,26	-2,32
IPC (FIPE)	0,26	0,33	1,51	2,77
IPCA (IBGE)	0,16	0,38	1,80	3,69
CUB (Sinduscon)	0,10	0,05	0,26	2,40
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,51	0,59	1,72	4,93

Índices de reajuste do aluguel (Maio)

IGP-M (FGV)	-1,0304	IPCA (IBGE)	1,0369
IGP-DI (FGV)	-1,0232	INPC (IBGE)	1,0323
IPC-FIPE	1,0277	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (MAIO)
Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.412,00	7,5%
DE R$ 1.412,01 ATÉ R$ 2.666,68	9%
DE R$ 2.666,69 ATÉ R$ 4.000,03	12%
DE R$ 4.000,04 ATÉ R$ 7.786,02	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.412,00 A 7.786,02	20%	DE 282,40 A 1.557,20

VENCIMENTO 7/6. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)	10,39	0,10	-0,67	-10,82
CDI	10,40	0,00	-2,35	-10,73

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.	C. Abe.	Min.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	JUL/24	18,73	360.929	18,53	18,80	0,29
CAFÉ NY*	SET/24	229,80	71.696	217,15	231,95	5,73
SOJA CBOT**	JUL/24	12,30	346.561	12,262	12,547	-1,48
MILHO CBOT**	SET/24	4,72	300.945	4,697	4,80	-0,63

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	133,81	-0,53	2,36
BOI Cepea/esalq, R$/@	221,90	0,50	-12,40
MILHO Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	59,43	-0,24	8,41
CAFÉ Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1300,27	69,23	27,73

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,1540	-0,35	-0,74	6,19
DÓLAR TURISMO	5,3790	0,06	-0,24	6,41
EURO	5,5980	-0,34	1,01	4,25
OURO US$/ONÇA-TROY	2360,60	26,20	2,76	11,77
WTI US$/BARRIL	80,0100	1,90	-1,60	12,23
IBRENTUS$/BARRIL	84,1800	1,40	-1,97	9,27

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,0860	1,2763	0,1937
EURO	0,921	1,0000	1,1752	0,1785
FRANCO SUÍÇO	0,912	0,9906	1,1641	0,1768
LIBRA ESTERLINA	0,784	0,8509	1,0000	0,1518
IENE	157,142	170,6570	200,5500	30,4590

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

Transporte rodoviário Mercado em expansão

Empresa alemã acirra a disputa entre startups de viagens de ônibus

Empresa usa tecnologia para gerenciar vendas de passagens e ações de marketing das empresas parceiras

JOÃO SCHELLER

A empresa alemã FlixBus teve um crescimento considerável na última década, quando se tornou sinônimo de viagens de ônibus baratas e confiáveis na Europa – uma tarefa complexa numa região conhecida por sua ampla e eficiente malha ferroviária. No Brasil desde 2021, a companhia busca repetir o sucesso de seu modelo de negócios, que consiste em parcerias com empresas de ônibus locais.

A FlixBus opera com outras companhias de ônibus que detêm permissão para operar certas rotas, mas não conseguem investir em marketing e não têm estrutura de vendas online. Assim, fica responsável pela venda de passagens e pelo atendimento ao consumidor – a operação das linhas continua sendo feita pelos parceiros, que ficam, em geral, com 70% da receita de venda das passagens.

Desde que chegou ao País, operando entre São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, a FlixBus já expandiu o número de linhas atendidas em mais de sete vezes. Atualmente, opera em 15 Estados e no Distrito Federal. Mas não está ainda na Região Norte, onde planeja chegar até o fim do ano. No Nordeste, já está em sete dos nove Estados.

“O Brasil tem potencial para ser um dos maiores mercados

ALEX SILVA/ESTADÃO-30/4/2024



Lopes, da FlixBus; planos para expandir operação no País

da FlixBus no mundo”, diz Edson Lopes, diretor-geral da empresa no País. Segundo ele, apesar de haver um número muito grande de companhias operando no setor, a concorrência no mercado local é baixa em função de monopólios em certas linhas e regiões. “Se tivéssemos tido liberdade para criar as linhas que queríamos, teríamos crescido 30 vezes, e não sete”, diz Lopes.

Segundo a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), responsável pela regulação do setor, 43,1 milhões de pessoas viajaram de ônibus interestaduais em 2023. Estimativas da FlixBus indicam um número próximo de 80 milhões, levando-se em conta também as linhas intermunicipais.

PRECIFICAÇÃO E MARKETING. O modelo de negócio da FlixBus se baseia no uso intensivo de dados para precificação e marketing. Passagens na rota entre São Paulo e Curitiba, por exemplo, saem por pouco mais de R$ 30 se compradas com antecedência, enquanto o valor médio na concorrência gira em torno de R$ 65.

Além das ações de precificação, a parceria com outras viações com permissão da ANTT para operar linhas é outro diferencial. Essa é, aliás, a principal diferença do seu modelo em relação ao da Buser, outra startup brasileira com forte presença no setor de viagens rodoviárias. A Buser atua com o “fretamento colaborativo”, como intermediária entre os passageiros e as empresas de fretamento de ônibus – cujos embarques e desembarques ocorrem fora das rodoviárias, em endereços predefinidos.

“Essas empresas de tecnologia têm muitos dados, o que as companhias já estabelecidas não têm”, diz Francisco Ferreira da Silva, professor da Universidade Federal do Ceará e pesquisador do setor de transportes. Uma ocupação de 60% dos veículos, diz, já torna a operação lucrativa para as empresas – assim, o restante pode ser usado para promoções ou outras ações que mirem o crescimento do negócio.

O desembarque das startups no setor fez com que as próprias viações se adaptassem. O Grupo JCA, por exemplo, controlador de viações como Cometa, Catarinense e 1001, lançou em 2020 a Wemobi – plataforma de vendas online com as mesmas estratégias agressivas de promoções da FlixBus. ●

Demanda e custos

43,2 milhões foi o número de pessoas que viajaram em ônibus interestaduais em 2023, segundo dados fornecidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que regula o setor

70% do preço das passagens é o porcentual que as empresas de ônibus parceiras da FlixBus embolsam; os 30% restantes remuneram seus serviços de gerenciamento de vendas e marketing

CLASSIFICADOS

JORNAL DO CARRO IMÓVEIS OPORTUNIDADES & LEILÕES CARREIRAS & EMPREGOS

Para anunciar: (11) 3855-2001

LITORAL

TERRENOS

ILHABELA
Cond. Morro das Canas- Norte, único com marina privada. 680m² com vista magnifica. Direto com proprietário ☎(11)99145-4243

AUTOS

FIAT

TORO RANCH
19/19 Nova, diesel,preta, ú.dono. 80mkm $115mil (11)97164 9190

OPORTUNIDADES

COMUNICADOS

COMUNICADO
Convocamos Sr. JOSÉ FELIPE MATHEUS DO NASCIMENTO SILVA, portador da CTPS: 06804698 Série 00050/PE a comparecer na empresa no prazo 48hrs para tratar de assunto de seu interesse. Reginaldo Efigênio Pacheco ME.

OUTRAS OPORTUNIDADES

DECORAÇÃO - LIVRO USADO
Livros, Gibiteca, CD, DVD e discos usados.Compro, vendo. Pça João Mendes, 140 ☎(11)3104-7111

RELAX / ACOMPANHANTES

CÉSAR C/ LOCAL - JARDINS
Caiçara 23cm 11 954833875

EMPREGOS

COZINHEIRA ESCOLAR - PCD
Empresas do Grupo Angá (ANGÁ, G&T, Pack Food e COELFER) admitem. Vaga exclusiva p/ pessoas com deficiência.Enviar Currículo: trabalheconosco@grupoanga.com.br ou (11)98867-8275

PCD - VAGAS
PARA RESTAURANTE INDUSTRIAL
Empresa ALERE Alimentação admite. Vagas exclusivas p/ pessoas com deficiência. Enviar Currículo: talentos@alerealimentacao.com.br ou ☎(11)98867-8275

deseulance.com

LEILÕES "ON-LINE" E "PRESENCIAIS" - CADASTRE-SE!
Participação via internet c/ transmissão de áudio e vídeo em tempo real - Local dos Leilões: R. Uruana, 139 - São Paulo/SP - Visitação e Relação c/ fotos: www.deseulance.com Infs: (11) 5575-9555 - VENHA TRABALHAR CONOSCO NA CAPTAÇÃO DE NOVOS CLIENTES! (rh@deseulance.com)

103 MÁQS. OPERATRIZES • 05 EMPILHADEIRAS (CAP. 1,5 A 3T) • PALETEIRAS • VEÍCULOS LEVES • 08 INJETORAS FANUC • 02 GERADORES DE ENERGIA • MÁQS. SOLDA • GERADOR DE VAPOR • COMPRESSORES DE AR • PALETEIRAS • LAVADORA • VARREDEIRAS • TRIDIMENSIONAL • INFORMÁTICA • DIVERSOS.

GLOBAL TRADE TECHNOLOGY E OUTROS COMITENTES
DATA: 05/06/2024 - 4ª FEIRA - 11:00H
08 Injetoras Fanuc (Desmontadas) • Mandriladora Shibaura • 22 Fresadoras Horizontal, Vertical, Etc. • 05 Prensas FF, 40 a 200T • 03 Prensas Hid. 60 a 500T • 06 Retíficas • 04 Tornos Hid., Revólver, Vertical • Centradora / Faciadora Hid. • Mesas p/ Centros de Usinagem • Mesas Aux. • 30 Placas Eletromagnéticas / Expansoras / Universais • 20 Motores CC • Auto Transformadores • Variadores • Diversos.

LIEBHERR
DATA: 05/06/2024 4ª FEIRA - 14:00H
Equiptos. de Informática Cisco (150 Access Points/ 58 Switches/ 13 Roteadores/ 02 Voice Gateway) • Distribuidor Interno Ótico Furukawa.

RUDLOFF E OUTROS COMITENTES
DATA: 06/06/2024 - 5ª FEIRA - 11:00H
57 Máqs. Operatrizes (07 Tornos CNC Automáticos M/ Ergomat/ 03 Centros de Usinagem/ 15 Prensas/ 14 Tornos/ 03 Furadeiras de Coluna/ Fresadoras/ 06 Guilhotinas/ Lixadeiras, etc.) • 02 Geradores de Energia, Capac. 400 e 1.125Kva • Tridimensional M/ Zeiss • 12 Máqs. de Solda (Bambozzi/ Balmer/ Esab) • Curvadora Hidráulica p/ Tubos • Jato de Granalha, 800Kg • 02 Compressores de Ar • 04 Rolos Manta Aluminizada • Injetora (desmontada) • Diversos.

SAINT-GOBAIN E OUTROS COMITENTES
DATA: 07/06/2024 - 6ª FEIRA - 11:00H
05 Empilhadeiras (Hyster/ Yale/ Ameise, Capac. 1,5 a 3T) • 03 Paleteiras Elétricas, 1,2 e 1,5T • Caminhonete Kia UK2500, Ano 15 • Tridimensional Mitutoyo, 7106 • 20T Arame • 12T Aço (Colunas/ Eixos/ Tubos) • Máqs. Operatrizes (03 Prensas Excêntricas/ Serras/ Tesoura de Corte/ Guilhotina/ Torno, Etc.) • 02 Injetoras • Compressor de Ar Ingersol Rand • Trator Agrale 4100 • 11 Carrinhos Tipo Plataforma • 02 Fornos Mufla • Diversos.

PERSIO BOSCHETTI JÚNIOR - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 678



INÊS 249



Amanda Graciano @amandagraciano.com

Liderança saudável ou tóxica?

Liderança saudável ou tóxica? Em 2024, essa distinção é mais importante do que nunca. A liderança define o tom da cultura organizacional e tem um impacto direto no bem-estar e na produtividade dos funcionários. Não é apenas sobre a saúde dos colaboradores, mas também sobre a saúde da empresa.

Estudos mostram que empresas com culturas tóxicas enfrentam maior rotatividade e menor produtividade. Segundo a SHRM (Society for Human Resource Management), mais de 40% dos funcionários consideram deixar seus empregos devido a ambientes de trabalho tóxicos. Isso não só afeta o moral dos funcionários, mas também tem um impacto financeiro significativo. A consultoria Gallup estima que o custo do turnover de um funcionário pode ser de 1,5 a 2 vezes o salário anual desse funcionário. Além disso, uma cultura tóxica pode diminuir a inovação e a eficiência, resultando em uma queda de performance e impacto no PIB das nações.

Por outro lado, líderes saudáveis promovem um ambiente de respeito e colaboração. Eles entendem que o bem-estar dos funcionários é crucial para o sucesso a longo prazo. Empresas com lideranças positivas veem aumento na satisfação dos colaboradores, maior retenção de talentos e um ambiente propício à inovação. Um estudo do MIT Sloan Management Review revelou que ambientes de trabalho saudáveis são correlacionados com maior inovação e melhor desempenho financeiro. Empresas que investem em lideranças saudáveis veem retornos significativos, não apenas em termos de produtividade, mas também na atração e retenção de talentos.

> *Hoje, essa distinção é mais importante do que nunca e pode definir a saúde da empresa*

Até as empresas de tecnologia e startups, conhecidas por seus ambientes de trabalho modernos, não estão imunes aos desafios da liderança tóxica. Muitas vezes, a pressão por resultados rápidos pode levar a práticas de gestão inadequadas. No entanto, empresas que reconhecem e enfrentam esses desafios podem transformar seus ambientes de trabalho e alcançar um sucesso sustentável.

Um exemplo é o da Microsoft sob a liderança de Satya Nadella. Quando Nadella assumiu o cargo de CEO, em 2014, encontrou uma empresa com uma cultura interna competitiva e, em muitos aspectos, tóxica. Ele focou em transformar a cultura, promovendo empatia, colaboração e inovação. Essa mudança não só melhorou o ambiente de trabalho, mas também impulsionou a inovação e o crescimento financeiro da empresa.

No fim, empresas saudáveis encontram boas soluções para seus problemas e para os problemas do mundo. Esse é o momento de agir e garantir que sua liderança seja um exemplo positivo, contribuindo para um ambiente de trabalho saudável. ●

CONSELHEIRA DO PACTO GLOBAL DA ONU E MANAGING PARTNER NO EXPERIENCE CLUB

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA .** Fábio Alves ● **QUI.** Alvaro Gribel ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartsman **(revezam quinzenalmente)**; Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Inteligência artificial **Concorrência**

Para manter vantagem no campo da IA, Microsoft mexe no time e na tática

Apostas certeiras do CEO fizeram da empresa uma das mais valiosas do mundo, mas ele está atento para não perder protagonismo

JUSTIN SULLIVAN / GETTY IMAGES VIA AFP-6/11/2023



Nadella (*dir.*) com Sam Altman, da OpenAI: parceria vitoriosa em IA

Algo chamou a atenção de Satya Nadella. É uma coisa pequena – apenas uma palavra de cinco letras, no canto de um slide do PowerPoint, exibida em uma fração de segundo em um salão de convenções em Kuala Lumpur, Malásia. "Você também está usando o Llama? Você está usando ambos?", questionou Nadella a Adrian Lee, diretor de tecnologia da startup agrícola Agroz.

Llama é um modelo de inteligência artificial (IA), não o animal. É um software de código aberto criado pela Meta, que passou a se dedicar fortemente à IA e está competindo com a Microsoft para dominar a economia de IA generativa. "Ambos" é uma referência ao fato de que essa empresa da Malásia – escolhida para mostrar seu uso da tecnologia da Microsoft ao CEO da Microsoft – está usando o modelo de IA rival da Meta, além do GPT-4, o grande modelo de linguagem (LLM, na sigla em inglês) criado pela OpenAI, parceira estratégica da Microsoft.

"Sim, estamos usando o Llama também", diz Lee, com um toque de constrangimento em sua resposta. A Agroz, que constrói fazendas hidropônicas, criou um chatbot de IA para responder às perguntas dos agricultores sobre a melhor forma de cuidar de sua alface e acelga chinesa.

"Para que você está usando o Llama?", voltou a questionar Nadella de forma incisiva. A Agroz, explica Lee, quer usar robôs humanoides para a agricultura, e os robôs podem precisar operar offline. Algumas versões do modelo Llama são compactas o suficiente para serem incorporadas em robôs ou telefones, ao contrário do GPT-4.

"Dê uma olhada no Phi", disse Nadella, fazendo referência a uma família de pequenos modelos de linguagem de código aberto que a Microsoft criou.

Lee diz que a Agroz fará experimentos com o Phi. Enquanto isso, o CEO da Agroz, Gerard Lim, oferece a Nadella um pouco da acelga chinesa cultivada pela Agroz. Ele pega um pequeno pedaço. "Hummm", diz ele, mastigando e, sem dúvida, mastigando a lição sobre como a corrida da IA é perigosamente competitiva.

Poucas empresas se beneficiaram tanto do boom da IA generativa quanto a Microsoft. O fervor dos investidores pela tecnologia ajudou a tornar a empresa de Nadella uma eterna candidata ao título de corporação mais valiosa do mundo, com uma capitalização de mercado que oscila em torno de US$ 3 trilhões.

A aposta precoce e visionária de Nadella na OpenAI e em sua tecnologia deram à Microsoft uma chance de ouro para a empresa alcançar a supremacia nessa nova era. A Microsoft não era tão poderosa desde que dominou o mercado de PCs na era "Wintel" (Windows + Intel) dos anos 90.

Mas, à medida que Nadella começa sua segunda década no comando da empresa, não há garantia de que a Microsoft manterá sua liderança. Órgãos reguladores, hackers e rivais representam ameaças sérias para minar sua liderança. A companhia precisa lidar com seu próprio tamanho e evitar ser vítima de burocracia e inchaço, já que a natureza da IA exige agilidade.

TECNOLOGIAS E TALENTOS. A abordagem de Nadella em relação à liderança reflete sua consciência aguda desses riscos. Mesmo quando parecem estar à frente em IA, ele e sua equipe estão constantemente ouvindo. A Microsoft está investindo continuamente em tecnologias e talentos que, um dia, poderão suplantar os modelos da OpenAI – ou, até mesmo, suplantar a IA generativa por completo. Em outros setores, essa hipervigilância pode parecer um exagero, até mesmo uma paranoia. Mas, no setor de tecnologia, as mudanças de plataforma acontecem com frequência e rapidez.

A viagem de Nadella pelo Sudeste Asiático no fim de abril e início de maio – Indonésia, Tailândia e Malásia em apenas três dias – mostra o rápido progresso da IA. Em cada parada, ele se encontra com líderes governamentais ansiosos para entender como a IA pode impulsionar suas economias.

MUDANDO O PIB. Se a IA aumentar a produtividade econômica, o que a maioria dos analistas considera provável, o crescimento do PIB global também deverá acelerar, e a tecnologia representará uma fatia maior desse bolo econômico ampliado. Nadella diz que isso deve significar que a Microsoft – cuja receita tem acelerado em um ritmo anual de dois dígitos – não teria com o que se preocupar. Isso ajuda a explicar por que os investidores adoram a Microsoft. O preço de suas ações aumentou 11 vezes sob o comando de Nadella.

> ***"As perspectivas de crescimento da Microsoft são bastante simples. Basta fazer um bom trabalho naquilo que fazemos"***
> **Satya Nadella**
> CEO da Microsoft

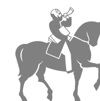
"As perspectivas de crescimento da Microsoft são bastante simples", diz Nadella. "Basta fazer um bom trabalho naquilo que fazemos."

Mas, é claro, "fazer apenas o que fazemos" não é simples. Há mil maneiras de um colosso como a Microsoft perder o rumo. Já aconteceu antes – afinal, perdeu grande parte da revolução do celular. E, das três grandes inovações tecnológicas que Nadella disse em 2017 que moldariam o futuro da Microsoft (IA, computação quântica e realidade mista), a empresa só tirou a sorte grande com a IA. ● FORTUNE

ESTE CONTEÚDO FOI TRADUZIDO COM O AUXÍLIO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E REVISADO POR NOSSA EQUIPE EDITORIAL.



Orçamento secreto vira moeda de troca e trunfo eleitoral



Streaming *História*

Em 'The Big Cigar', uma parceria improvável para uma fuga real

Minissérie mostra como produtor de Hollywood ajudou um dos líderes dos Panteras Negras, Huey Newton, a escapar para Cuba

APPLETV+



André Holland (Huey Newton) e Alessandro Nivola (Bert Schneider) em cena da produção que recupera episódio dos anos 1970

CHRIS VOGNAR
THE NEW YORK TIMES

O produtor Bert Schneider desmaiou quando conheceu o líder do Partido dos Panteras Negras, Huey Newton. Schneider, que tinha ajudado a revolucionar a indústria cinematográfica como produtor de filmes como *Easy Rider*, também queria agitar as coisas fora das telas. E via Newton, que já tinha cumprido uma pena de prisão pelo assassinato de um policial (Newton negou ter atirado no agente e a condenação acabou anulada), como uma força genuína na linha de frente da verdadeira revolução.

A parceria improvável é o coração da minissérie *The Big Cigar: A Fuga*, da Apple TV+. É uma história sobre como Newton (interpretado por André Holland) fugiu para Cuba em 1974, depois de ser preso e acusado do assassinato de uma prostituta (outro crime que alegou não ter cometido). Schneider (Alessandro Nivola) investiu dinheiro, prestou assistência logística e fez até uma produção cinematográfica de mentira para ajudar na fuga.

The Big Cigar conta uma história incrível, com uma dupla inusitada: um revolucionário negro em fuga e um bem penteado chefão de Hollywood. Mesmo tomando algumas liberdades, reflete laços que existiram de verdade entre figuras da contracultura e radicais dos anos 1960 e 1970.

> *"Embora a história seja em grande parte ficcional, seus elementos fundamentais são baseados na realidade. É uma trama bem maluca"*
> **André Holland**
> **Ator**

"Não é uma história de Hollywood se dando tapinhas nas costas", diz Jim Hecht, roteirista e produtor executivo. "Naqueles tempos, as pessoas de fato faziam coisas pela causa em que acreditavam."

Baseada em uma reportagem de 2012 da revista *Playboy* escrita por Joshuah Bearman, *The Big Cigar* recria uma passagem improvável dos bastidores da indústria do cinema. Holland relembra sua reação inicial ao ler o roteiro: "Sério? Isso aconteceu de verdade? Preciso checar essa história".

Foi o que fez. "Embora a história seja em grande parte ficcional, seus elementos fundamentais são baseados na realidade. É uma trama bem maluca." Outra preocupação de Holland era fazer com que Newton, e não Schneider, fosse o foco da série. "Eu queria garantir que não seria uma história sobre um salvador branco", diz. "Como não temos muitas histórias no cânone sobre o partido, senti que precisávamos tomar cuidado para contar uma história equilibrada."

MISSÃO. Ao acompanhar as ações de Newton e Schneider, *The Big Cigar* também narra o começo dos Panteras Negras, sua missão e as relações entre seus altos membros.

Newton e Bobby Seale (interpretado por Jordane Christie) fundaram o Partido dos Panteras Negras para Autodefesa em Oakland, Califórnia, em 1966, como uma organização socialista Black Power dedicada a combater a brutalidade policial. Mais conhecidos na cultura mainstream por portarem abertamente armas e "policiarem a polícia", os Panteras também eram ativos em suas comunidades. A organização estava repleta de grandes egos, entre eles Newton, Seale e Eldridge Cleaver (Brenton Allen). Esses líderes eram rigorosamente vigiados pelo FBI.

Há muitos relatos críticos sobre os Panteras e sobre Newton, que foi morto em 1989 por um traficante de drogas na Califórnia. Grande parte da cobertura da imprensa sobre os Panteras em seu apogeu, inclusive do *The New York Times*, era notavelmente tendenciosa contra o grupo. *The Big Cigar*, por sua vez, é decididamente pró-Newton, retratando-o como uma alma sensível levada ao limite pela vigilância policial e pela paranoia.

"Quando você olha para a história de Huey Newton, ela não terminou do jeito que gostaríamos", diz Janine Sherman Barrois, produtora. "E isso é de partir o coração. Especialmente para Huey, que tinha o sonho de revolucionar as coisas." Don Cheadle, produtor que também dirigiu o primeiro episódio da série, se diz impressionado com a natureza irredutível de Newton. "Ele bateu o pé, como costumam dizer, por aquilo em que acreditava."

CRIAÇÃO. Do outro lado da equação de *The Big Cigar* está Schneider, que morreu em 2011. Ele fez parte do grupo da Nova Hollywood que conduziu o cinema rumo a filmes pessoais e de contracultura. A BBS Productions, empresa que ele dirigia com o diretor Bob Rafelson e o produtor Stephen Blauner, estava no centro de um movimento conhecido por dar aos cineastas espaço criativo.

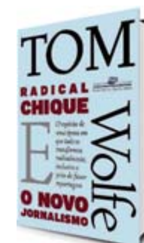
Os Panteras tiveram outros benfeitores famosos, como Leonard Bernstein e sua esposa, Felicia Montealegre, cuja luxuosa festa de arrecadação de fundos em seu duplex na Park Avenue em 1970 foi imortalizada por Tom Wolfe no *livro Radical Chic & Mau-Mauing the Flak Catchers*. Mas Schneider fez ainda mais por Newton. Não só financiando sua fuga para Cuba, mas também levando amigos como o ator Jack Nicholson e a atriz Candice Bergen para visitá-lo na ilha.

A retórica contracultural estava na moda na Hollywood daquela época. "Schneider virou uma espécie de assistente e estava determinado a ajudar Newton a ter sucesso de todas as maneiras possíveis." ●

TRADUÇÃO DE RENATO PRELORENTZOU

Livro e filme

Histórias do partido inspiraram obras



● **Radical Chique**
Texto sobre festa para os Panteras Negras no apartamento de Leonard Bernstein (Companhia das Letras)

WARNER



● **Judas e o Messias Negro**
Filme de 2021 narra a história de Fred Hampton, presidente dos Pantera Negras. Disponível no Max, Prime Video e AppleTV+



Direto da Fonte

Gilberto Amendola
gilberto.amendola@estadao.com

MARCELA PAES | MARCELA.PAES@ESTADAO.COM
PAULA BONELLI | PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM

Claude Troisgros em jantar beneficente em prol do RS

Chefs e sommeliers estarão juntos, dia 3 de junho, em um jantar beneficente em prol das vítimas de enchentes no Rio Grande do Sul. O encontro a muitas mãos acontecerá às 20h, nos jardins da Casa da Glória.

Entre os chefs convidados para a ação estão nomes com forte atuação no Rio de Janeiro, como Claude Troisgros, Thomas Troisgros (Toto e Oseille), Roberta Sudbrack (Sud Pássaro Verde), Silvana Bianchi (Pastrella), Bruno Katz (Nosso, Katz-su e Chanchada), Pedro Coronha (Koral), Jessica Trindade (Chez Claude), Gonzalo Vidal, Gustavo Rinktevich (Rocka Búzios) e o anfitrião Christiano Ramalho (Bistrô da Casa).

Toda a arrecadação será revertida para o projeto "Irmãos de Talheres", cujo objetivo é fornecer mais de trinta mil marmitas por dia à população vulnerável na região. O valor inicial do jantar é de R$ 500 por pessoa.

Os vinhos serão todos produzidos pelo estado atingido, fornecidos pela importadora e distribuidora Zahil. Reservas e outras informações: (21) 96585-5546.



TOMAZ RANGEL

Jantar beneficente acontece nos jardins da Casa da Glória, no Rio de Janeiro.

Bloco de Notas

NO CCBB. O Centro Cultural do Banco do Brasil São Paulo (CCBB SP) inaugura hoje a mostra gratuita *Arte Subdesenvolvida*, que reúne um acervo histórico de pinturas, livros, esculturas e conteúdo audiovisual de artistas brasileiros produzidos entre 1930 e 1980.

PRÊMIO LITERÁRIO. A Fundação Biblioteca Nacional (FBN) anuncia o início das inscrições para o Prêmio Literário Biblioteca Nacional 2024. O prêmio é de R$ 30 mil. As inscrições são gratuitas pelo site www.gov.br/bn.

PRINT. A 33ª edição da *Feira FuturePrint*, evento para os setores de comunicação visual e impressão digital têxtil, acontece entre os dias 10 e 13 de julho, na Expo Center Norte.

Em Cannes Lions

Movimento promove diversidade racial

ARQUIVO PESSOAL



O movimento Publicitários Negros em Cannes vai levar sete profissionais para participar do festival de Lions – por meio do programa de diversidade ERA (Programa de Acesso e Reconhecimento). Uma das selecionadas desta edição foi Kenia de Mattos (foto), redatora na VML.

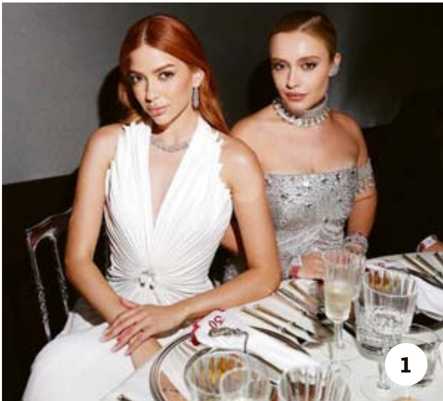
Artes Plásticas

Jovens artistas na galeria Raquel Arnaud

ACERVO RAQUEL ARNAUD



A Galeria Raquel Arnaud abre, dia 8 de junho, duas exposições com jovens expoentes da arte contemporânea brasileira. A coletiva *Em Mãos*, com curadoria de Ana Roman e Marina Schiesari; e *Deslocamentos*, mostra individual de Frida Baranek, com curadoria de Ana Carolina Ralston.





HIGOR BLANCO



1. Jordanna Maia e Maria Braz na mesa da Pop Comm no AmfAr de Cannes. 2. Fernando Bento e Lelê Saddi. 3. Ronaldo e Celina Locks.

Cinema *Música*

Filme alivia biografia de Amy e ignora talento musical

'Back to Black' adota olhar generoso para eventos difíceis de sua vida e não dá dimensão real de sua atuação como intérprete

ESTADÃO ANALISA

SÉRGIO MARTINS
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Em cartaz nos cinemas brasileiros, o filme *Back to Black* é uma biografia romanceada – e bota romanceada nisso – de Amy Winehouse (1983-2011). Produzido pelo espólio da cantora, suaviza alguns dos eventos mais turbulentos de sua existência e passa pano para dois personagens complexos: o ex-marido, Blake Fielder-Civil, que a teria transformado numa junkie; e o pai, Mitch, que ignorou todos os avisos de que sua filha precisava se internar numa clínica de reabilitação. E, embora a beleza de suas composições esteja presente, *Back to Black* não consegue dimensionar o impacto que a intérprete causou na música do início do século 21.

A morte de Amy, em julho de 2011, comoveu as intérpretes do universo pop. Lady Gaga escreveu que Amy "mudou a cara da música para sempre"; Adele – que então saboreava o sucesso do álbum *21* – agradeceu à autora de *Rehab* por ter "pavimentado o caminho" para artistas como ela e ter feito o público se interessar novamente pela música produzida no Reino Unido. Passados 13 anos, a esperança do surgimento de uma safra de novas estrelas ainda não se confirmou.

E mesmo Lady Gaga e Adele se distanciaram de suas propostas musicais iniciais. Gaga saracoteou pelo universo do jazz e do cinema (muito bem, diga-se), mas perdeu a popularidade. *Chromatica* (2020), seu último lançamento, passou só uma semana no topo da parada dos Estados Unidos e foi incapaz de produzir um single memorável. Já Adele passou de uma promessa do pop soul para uma irritante crooner de baladas. As gerações posteriores causam desapontamento, ainda que Raye seja uma boa promessa.

REFERÊNCIAS. Mas, afinal, o que Amy Winehouse tinha de tão especial que a credenciou como diva de sua geração? Primeiramente, as referências. Amy veio de uma família de fãs de música – a avó chegou a cantar profissionalmente – e foi impactada por Dinah Washington, Ella Fitzgerald e Aretha Franklin, ou seja, o que há de melhor no jazz e no soul.

O mergulho no jazz, aliás, fez com que ela colocasse a improvisação em ação. É fato que Amy não tinha uma voz de longo alcance – mas ela usou todos os recursos permitidos. Fazendo uma comparação mais simplificada, ela se assemelhava àquele guitarrista que usa todos os pedais de efeito que tem à disposição. Amy brincava com o andamento das músicas, alternava sua interpretação do tom grave para o anasalado e utilizava todas as possibilidades de articulação. Isso fica evidente em faixas como *Know You Now* e *I Heard Love Is Blind*, presentes em *Frank*, seu disco de estreia, de 2003.

A soul music deu o tom no disco seguinte, *Back to Black*, lançado três anos depois da estreia da cantora. Com a produção de Mark Ronson e a participação dos Dap-Kings (grupo de soul revisionista que acompanhou a também cantora Sharon Jones), ele trazia Amy passeando por tons mais baixos, em canções inspiradas no repertório de grandes gravadoras americanas como Motown (casa de Marvin Gaye e Stevie Wonder) e Stax (que abrigou Isaac Hayes e Otis Redding, que faziam um contraponto à doçura do cast da Motown).

Outro fator importante na concepção musical de Amy Winehouse está nas letras, que são puramente confessionais. Bill Flanagan, escritor e jornalista musical americano, cunhou o termo "penitentes de espírito" para classificar os autores que criaram letras magníficas a partir de suas experiências pessoais. Amy Winehouse não apenas se encaixa nessa definição como interpreta os versos como se eles estivessem cravados em sua própria carne. *Frank*, gravado antes de ela se enrabichar com Blake Fielder-Civil, é um trabalho com letras solares, cheias de esperança com a vida.

SOTURNO. *Back to Black* é, de certa forma, o seu oposto: destrincha o relacionamento fracassado com Civil. O tom jovial é trocado por tons soturnos, em que se percebe a dor em cada sílaba – a faixa-título e *Love is a Losing Game* são dois ótimos exemplos. Além, claro, de *Rehab*, onde ela escancara seus problemas com o álcool e deixa claro que não tinha a intenção de largar o vício.

Verdade seja dita
Sem lançar novos trabalhos e com shows erráticos, a cantora ajudou a diminuir seu legado

A própria Amy contribuiu para a diminuição de seu legado. Em 2011, fazia anos que ela não lançava um novo disco, as apresentações ao vivo eram erráticas. O que poderia ser um sopro de vitalidade no universo do pop britânico se tornou um único momento, um retrato de um gênero de sucesso fugaz.

Um dos méritos de *Back to Black* é justamente reavivar o público para a obra de Amy. E um desses méritos está na escalação de Marisa Abela como Amy. Ela não apenas passou distante da caricatura, como ainda se encarregou de todos os vocais – sim, o que se escuta ali é 100% Marisa. No final das contas, o filme cumpre a missão de (re)apresentar Amy ao grande público. Mas dificilmente a indústria vai produzir uma artista que se equipare a ela em talento, carisma, interpretação e popularidade. ●

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO



Amy durante show em São Paulo, em 2011: vida controversa

Música *Pop*

Mariah Carey anuncia show em São Paulo antes do Rock in Rio

A cantora norte-americana Mariah Carey, atração confirmada no Rock in Rio 2024, onde se apresenta no dia 22, fará um único show solo no Brasil fora do festival. Ela anunciou na terça, 28, que fará uma apresentação no dia 20 de setembro, no Allianz Parque, em São Paulo.

A última vez que a cantora se apresentou no Brasil foi em 2010, na Festa do Peão de Barretos, no interior paulista. Em 2016, ela anunciou que traria a turnê *The Sweet Sweet Fantasy* para o País, mas a viagem acabou cancelada depois de desentendimentos entre produtores locais.

A data do show de Mariah Carey no Rock in Rio foi a primeira do festival a se esgotar, menos de duas horas após o início das vendas.

Os ingressos para a apresentação em São Paulo começam a ser vendidos no dia 4 de junho, às 10h, em uma pré-venda exclusiva para clientes do banco Santander. Já a venda geral começa no dia 6 de junho, ao meio-dia, no site da Eventim, e, a partir das 13h, nas bilheterias oficiais.

Os ingressos variam entre R$ 170 (cadeira superior, meia-entrada) e R$ 790 (pista premium inteira). Clientes Santander terão 10% de desconto. ●

Rock

Eric Clapton fará apresentação extra em São Paulo durante turnê pelo Brasil em setembro

Eric Clapton abriu data extra na turnê que vai passar pelo Brasil. No dia 28 de setembro, ele vai se apresentar no Vibra São Paulo: os ingressos começam a ser vendidos no dia 6 de junho no site da Live Pass. As demais apresentações de Clapton estão marcadas para Curitiba (24/9), Rio (26/9) e São Paulo (29/9).

Memória

Morre, aos 72 anos, Gustavo Mullem, ex-guitarrista da banda Camisa de Vênus

Morreu na segunda-feira, 27, Gustavo Mullem, ex-guitarrista da banda Camisa de Vênus. O artista fazia tratamento contra um câncer de pulmão e estava internado em um hospital de Salvador. Mullem participou da formação original do Camisa de Vênus e foi o último guitarrista a tocar com Raul Seixas.



Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Lua Vazia
Data estelar: Lua Vazia das 11h19 até 21h34

Durante a Lua Vazia procura dar uma pausa no teu anseio de fazer acontecer o que tiveres em mente, e o que fizer arder teu coração, porque para que teus empreendimentos sejam bem sucedidos, antes de mais nada tu precisas aumentar ao dose de alegria, bem-estar e leveza que circularem pelo teu corpo e tua alma, porque sem essas condições tu podes até conquistar terreno, mas não terás saúde para desfrutar das conquistas.

A Lua Vazia é uma licença cósmica para te despreocupares, para olhares com imparcialidade o supremo esforço que significa existir entre o céu e a terra, e te outorgares alguns momentos para descansar sem nenhuma ansiedade de que tenhas de apresentar resultados concretos.

A vida concreta é só uma parte de tua existência, e não é a melhor, a vida subjetiva é mais rica, e a Lua Vazia a privilegia. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

O jeito mais seguro de avançar neste momento é você não dar nada por sabido nem muito menos por garantido, porque o cenário anda mais complexo do que o normal, e as pessoas andam também bastante desorientadas.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

Nada é simples, porém, tampouco as coisas são tão complicadas que não possam ser administradas. Uma coisa é certa, você precisa de sabedoria, de economizar palavras e gestos até encontrar uma saída eficiente.

LEÃO 22-7 a 22-8

Mantenha o planejamento estudado, mas preserve uma abertura básica para perceber quando os ventos sopram diferente, e assim se adaptar aos acontecimentos, mesmo que isso signifique deixar de lado todo o planejamento.

LIBRA 23-9 a 22-10

É conveniente mudar de rumo, mesmo que isso signifique ter de suportar críticas e enfrentar conflitos. As coisas andam mudando muito rapidamente para todas as pessoas, e as que se queixam são as que ficam para trás.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12

A apresentação de novos projetos entusiasma sua alma, mas agora é um momento em que é melhor tomar cuidado para não se precipitar em nenhuma direção. Mantenha sua tão amada ordem, e reflita sobre as propostas.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

Se houver questões que ficaram para trás sem solução, dedique um tempo de hoje para se debruçar sobre elas e tomar iniciativas que limpem o caminho. A vida está em processo de renovação, procure acompanhar.

TOURO 21-4 a 20-5

Dobre a aposta, em vez de se retirar do jogo porque esse não é do jeito que você sabe jogar. As coisas andam mudando com uma rapidez impressionante, é difícil manter o passo, mas isso não quer dizer nada negativo.

CÂNCER 21-6 a 21-7

Todo mundo quer ter a razão do seu lado, mas as coisas não são tão simples assim para resolver numa espécie de queda de braço. A razão é volátil, ora está com uma pessoa, ora com outra. Seja razoável nesse sentido.

VIRGEM 23-8 a 22-9

O espírito de aventura é importante nesta parte do caminho, no qual é melhor evitar a repetição dos padrões que deram certo em outros tempos, mas que agora frustrariam suas expectativas. Há alternativas disponíveis.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

Ouça com atenção e carinho o que as pessoas têm a dizer a você, outorgue voz a todo mundo nesta parte do caminho, porque é assim que você poderá ter certeza a respeito do que as pessoas realmente pensam e sentem.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

Conhecemos as pessoas com que nos relacionamos ao longo do tempo, porque os primeiros encontros são sempre tingidos de encantamento, do tipo que você só enxerga o que deseja, e nunca o que realmente está por trás.

PEIXES 20-2 a 20-3

Não há como ter certeza antecipada de se as coisas darão certo ou não, mas isso não há de se tornar motivo para você cair na tentação de desistir de tudo. Confie no seu taco e nos mistérios da vida, e em frente.

Literatura **Mercado**

Livraria Cultura pode ter nova filial em casarão antigo de Higienópolis

Rede fez postagem em uma rede social divulgando endereço do imóvel na Av. Angélica, na região central da cidade

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO



Novo endereço fica na esquina com a Avenida Higienópolis

A Livraria Cultura deve abrir uma unidade em Higienópolis, bairro na região central de São Paulo. A empresa fez uma postagem no Instagram divulgando o endereço de um dos casarões no bairro. Um perfil na rede, identificado com o mesmo endereço, fez referência à abertura de uma nova loja no local: "Em breve, aqui no nosso bairro e na nossa casa, Livraria Cultura. Seja bem-vinda".

O **Estadão** entrou em contato com Sérgio Herz, CEO e herdeiro da empresa, para confirmar a abertura, mas não obteve retorno. O casarão fica no número 1.212 da Av. Angélica. O local já abrigou agências bancárias e estava vazio.

Em abril, a Cultura fechou a unidade do Conjunto Nacional, na Av. Paulista. O fechamento veio após a autorização de uma ordem de despejo pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). No ano passado, a empresa decretou falência. A Cultura chegou a ter 17 lojas e 1,5 mil funcionários, mas pediu recuperação judicial em 2018 em meio a atraso de pagamentos a editoras e a dívidas, que então chegavam ao total de R$ 285,4 milhões. ● SABRINA LEGRAMANDI

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz



Recruta Zero Mort Walker



Turma da Mônica Maurício de Sousa



O melhor de Calvin Bill Watterson



Frank & Ernest Bob Thaves



BEM PENSADO *"Conforto cria mais prisioneiros do que todas as cadeias"* **G. Cardone**



Roberto DaMatta

O crime compensa?

Quando era menino e ignorava o poder das molduras sociais, estava certo de que não. O crime não compensava!

Acontece que cresci. Sou cidadão de uma sociedade que se conforma em fazer-se e desfazer-se periodicamente. Para piorar, estudei Antropologia Social, uma ciência oculta cuja fantasia é compreender o temperamento das sociedades humanas. E me defrontei com o dito do segundo o qual "pornografia é uma questão de geografia".

Ou seja, cada costume tem que ser compreendido no contexto (ou moldura, como diz Erving Goffman) ao qual pertence. Por exemplo: assassinamos no palco de um teatro, realizamos assaltos perfeitos no cinema e, com Machado de Assis, criamos uma igreja do Diabo. Mas tudo no plano da ficção. As artes, a história e a moda revelam como o que é rotineiro aqui e hoje pode ser temerário acolá e amanhã.

Neste sentido, devo mencionar o nosso reacionarismo relativo à Abolição da Escravatura, ao analfabetismo, ao igualitarismo republicano e ao divórcio como instituições enquadradas como delinquentes num Brasil que continua relativizando claríssimos crimes de corrupção exibidos em horário nobre de televisão.

O crime, como o pornográfico, depende de como ele é enquadrado. No Ocidente cristão, matar transita, de modo perturbador, de pecado mortal nas leis de Deus a ato patriótico em caso de guerra. Isso vale também para o sexo, santificado no casamento religioso e condenado fora dele...

No Brasil, a moldura da política e a política como moldura têm a capacidade de legitimar descalabros e incoerências. É nessa esfera que os corruptos de ontem são suprema e monocraticamente anistiados, enquanto seus "algozes" são "fudidos" (não fui eu, mas Lula III, quem disse) e viram bandidos.

Tais cambalhotas fundadas em exegeses jurídicas momescas caracterizam nossa esfera política. Roubar no governo é "arrumar-se" ou cruelmente vingar-se e, assim, endossar uma elite complacente que, por isso mesmo, permanece ancorada na "política" cujo fim não é administrar, mas mandar.

Ofende a democracia testemunhar uma suprema corte emudecer diante de um revisionismo legal que transforma a História em "armação", liquidando plausibilidades e insultando o bom senso.

Se vivemos num País ao qual devemos respeito e devoção, não é possível silenciar quando notamos como a esfera político-jurídica – esse campo nobre de governabilidade democrática – é um saco sem fundo.

A esfera da política não pode estar subordinada a projetos e cálculos pessoais. Ela não pode servir de moldura para suprimir a impessoalidade que é a essência da justiça. Não é mais cabível legitimar julgamentos cujos resultados dependem de quem é acusado, numa sobrevivência cabal das aristocracias.

Hoje, sou um velho de 87 anos forçado a admitir que o crime depende. Se o acusado for pobre, ele não compensa. Mas, se for bem relacionado politicamente, compensa! ●

É ANTROPÓLOGO, ESCRITOR E AUTOR DE 'CARNAVAIS, MALANDROS E HERÓIS'

TER. Patrícia Ferraz ● **QUA.** Roberto DaMatta ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)** e Patrícia Ferraz ● **SEX.** Maria Fernanda Rodrigues ● **SAB.** Alice Ferraz e Suzana Barelli ● **DOM.** Leandro Karnal, Sérgio Augusto e Ignácio de Loyola Brandão (quinzenal)

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas **https://bit.ly/4dXIVRo**

A madrasta da Branca de Neve (Lit.)
Para (contração)
Gostar muitíssimo
Significa "plantação", em "vinhedo"
Discursar em público
A pessoa que teve boa criação
Dieta
Rodrigo (?), ator carioca
Lugares próximos; imediações
As primeiras notas musicais
Em (?): sem atraso
Bate-papo on-line
Qualidade dos heróis
Fruto roxo silvestre
A terra seca
Risco em documento
André Mattos, ator
Juros por atraso
(?) Ceribelli, jornalista brasileira
Sílaba de "musgo"
Detector rodoviário
Cheiro característico do mar
Tecla de gravação
3, em romanos
Qualquer tipo de aparelho voador
Artigo definido feminino
Pagamento pelo uso do cartão de crédito
Aquele que trabalha a terra alheia
Liberta da prisão
O solo da ópera
Que usa a razão
Atmosfera
O alimento sem cozimento
Entidade bondosa dos contos infantis
Buracos onde passa o cadarço do tênis
(?) de mel: sucede ao casamento → L U A
Madame (?), criação da Disney (HQ)
(?) Tin Tin, cão de antigo seriado
Que é percebido com facilidade
Mancha na reputação (fig.)
Ave de ovos afrodisíacos
Herbert Vianna, cantor
Postura do corpo para a foto

BANCO 3/min — rec. 4/ária — chat. 6/mácula. 7/codorna.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Para letras iguais, números iguais. Nas casas em destaque, o processo de tornar conhecidos elementos psíquicos e motivações que se encontram no domínio inconsciente.

"Manda quem pode, (?) quem tem juízo" (dito).	1	2	3	4	3		3
"Sobre (?) e Lobos", filme com Sean Penn.	5	3	6	7	6		8
Planta considerada afrodisíaca.	4	9	5	7	9		9
Benévolo; generoso.	2	1	6	4	1		1
"Canção da (?)", sucesso gravado por Milton Nascimento.	9	5	3	10	7		9
Ave amazônica que não voa e é vigia de terreiros.	11	9	12	9	5		5
Que gera medo.	13	3	5	7	14		15
Cantora conhecida como Marrom (MPB).	9	15	12	7	1		3
A ordem do macaco (Zool.).	16	10	7	5	9		9
Inconstante; instável (fig.).	14	1	15	9	13		15
Antipatia a pessoa ou coisa.	1	11	3	10	7		9
Pagar; recompensar.	16	10	3	5	7		10
Algazarra; desordem.	2	9	17	18	6		9
(?)-doce: guloseima de parques.	9	15	17	1	4		1
Atraente; fascinante.	8	3	4	18	13		10

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku **https://bit.ly/3yCGh3v**

Nível Fácil

2			8		6			7
	1		3		4		2	
			9		1			
9	5	1				7	4	3
6	4	8				2	5	9
			6		7			
	9		5		2		1	
4			1		9			6

SOLUÇÕES

Orçamento secreto vira trunfo eleitoral

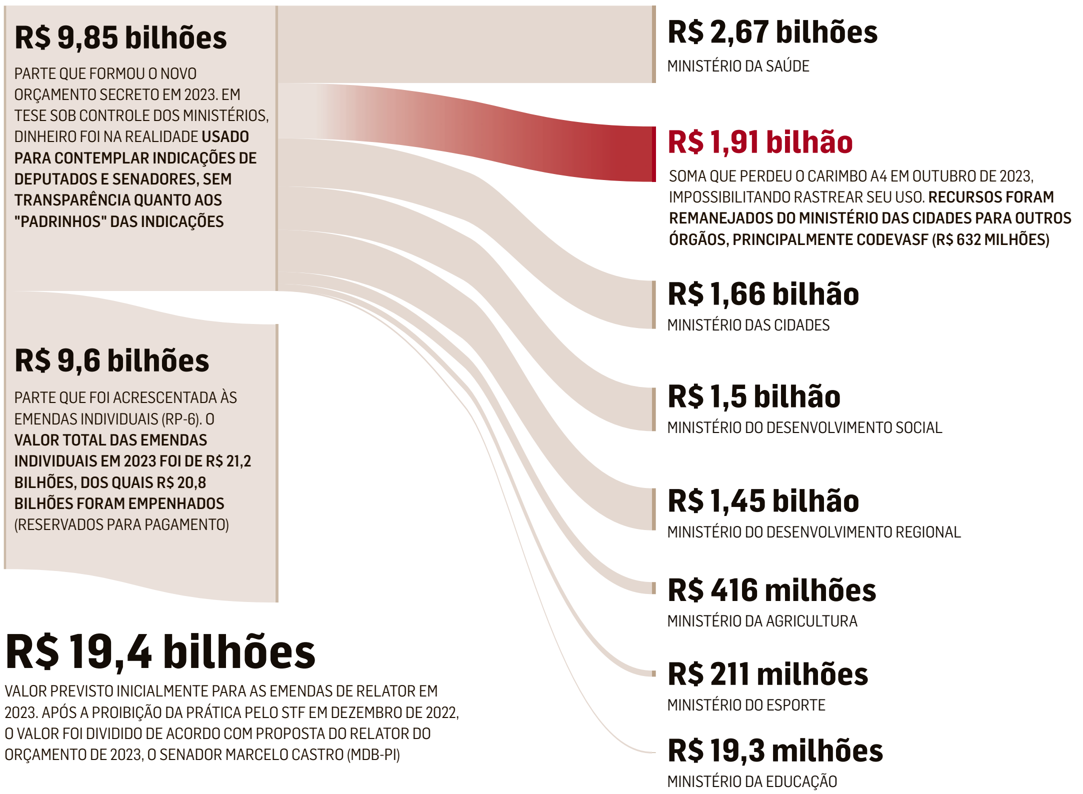
Mesmo após decisão do STF, recursos ainda são moeda de troca

REPASSES

Apesar da proibição do STF, ministérios têm repassado verbas públicas sem transparência

Para onde foi o dinheiro

Recursos do orçamento secreto foram divididos entre sete ministérios em 2023, e continuaram sendo usados para barganha com o Congresso



ANDRÉ SHALDERS
BRASÍLIA

Faltando menos de seis meses para as eleições municipais, o governo Lula continua distribuindo recursos para aliados políticos no Congresso sem transparência, repetindo mecanismo consagrado no orçamento secreto, esquema revelado pelo **Estadão** e que marcou a gestão Jair Bolsonaro (PL).

Apesar de a prática ter sido vetada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2022, ministérios como os do Desenvolvimento Social, das Cidades e do Esporte têm repassado verbas públicas para obras ou compra de equipamentos em localidades previamente negociadas com parlamentares. As pastas, além da Secretaria de Relações Institucionais do Palácio do Planalto, negam irregularidades e afirmam que seguem critérios técnicos na distribuição das verbas (*mais informações na página ao lado*).

Além da falta de transparência quanto aos "padrinhos" e "madrinhas" das indicações, a distribuição também é feita conforme a conveniência política do governo. Isso significa que alguns municípios e congressistas serão contemplados e outros ficarão sem nada.

Ano eleitoral

Recebimento de recursos tem sido objeto de celebração de políticos com pretensões nas urnas

Com apenas 2,2 mil habitantes, a cidade de Curral Velho (PB) é um bom exemplo de como a determinação do STF tem sido ignorada pelo governo petista. Localizada a 371 km da capital João Pessoa, o município receberá do Ministério das Cidades um total de R$ 3,3 milhões das verbas que sobraram das antigas emendas de relator – coração do orçamento secreto – e que foram repassadas para a pasta.

A distribuição desses recursos tem sido motivo de celebração por parte de políticos. Nas redes sociais da prefeitura de Curral Velho, o dinheiro é apresentado como "emenda parlamentar" – o que não é o caso.

Para se ter uma ideia do peso desses recursos num ano eleitoral, basta fazer uma conta simples. Se o valor reservado pelo Ministério das Cidades fosse dividido pelo número de moradores de Curral Velho, cada um receberia pouco mais de R$ 700. O dinheiro será usado para asfaltamento de vias e construção de uma praça. O prefeito da cidade, Samuel Carnaúba (MDB), é ligado ao vice-presidente do Senado, Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB).

Situação semelhante ocorre no Ministério do Desenvolvimento Social, comandado pelo ex-governador petista do Piauí Wellington Dias. A pasta herdou R$ 1,5 bilhão das antigas emendas de relator. O rateio dos recursos tem sido feito de acordo com as demandas de deputados e senadores. Assim como no caso de Curral Velho, os políticos não perdem a oportunidade de destacar em suas redes sociais os resultados alcançados.

MOEDA. Depois da decisão do Supremo, no fim de 2022, o governo e o Congresso foram obrigados a realocar um total de R$ 19,4 bilhões em verbas que estavam reservadas, na proposta orçamentária de 2023, como emendas de relator. Com a aprovação da chamada "PEC da Transição", R$ 9,6 bilhões viraram emendas individuais dos parlamentares. Os outros R$ 9,85 bilhões voltaram para os cofres do Executivo. Esse espólio foi distribuído entre sete ministérios: Saúde, Cidades, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Regional, Agricultura, Esporte e Educação.

Essas verbas, seguindo a determinação do STF, deveriam ser de uso exclusivo do Poder Executivo. Mas elas continuaram sendo usadas como moeda de troca entre o Planalto e deputados e senadores da base de apoio no Congresso, repetindo o mecanismo que foi condenado publicamente pelo próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a campanha de 2022. Num evento em São Paulo, em agosto daquele ano, ele classificou o orçamento secreto como a "fonte do maior esquema de corrupção da história deste país".

Recentemente, o Supremo voltou a prestar atenção no assunto. Entidades que atuam na fiscalização do dinheiro público, como a Transparência Brasil e a ONG Contas Abertas, apontaram à Suprema Corte a possível continuidade da prática do orçamento secreto.

VIOLAÇÕES. Segundo as entidades, a decisão de dezembro de 2022 do STF continuou sendo violada de três formas: com o uso dos R$ 9,85 bilhões para barganhas com o Congresso; com o uso das "emendas Pix" (repassadas sem transparência a prefeituras e governos estaduais); e com a falta de informações sobre a distribuição das antigas emendas de relator (conhecidas pela sigla RP-9).

As entidades se manifestaram como *amicus curiae* ("amigos da Corte", um terceiro interessado no processo) em ação apresentada pelo PSOL ainda em 2021, e que resultou na proibição do orçamento secreto em 2022. Antes sob os cuidados da ministra Rosa Weber, o caso chegou a ser arquivado, mas voltou a tramitar sob a relatoria do ministro Flávio Dino, indicado para a Corte por Lula. No dia 19 de abril, Dino abriu a possibilidade de que a Presidência da República e os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se manifestassem sobre os questionamentos apresentados ao tribunal pelas entidades.

Até o momento, apenas a Câmara se manifestou sobre o assunto. A Casa não só negou as irregularidades apontadas pelas entidades como destacou que a ação do PSOL já foi julgada. Além disso, disse a Câmara, o tipo de ação escolhido pela legenda, uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), não pode ser usado para questionar uma emenda constitucional.

ESPÓLIO. Além do dinheiro do Ministério das Cidades, Curral Velho vai receber mais R$ 955 mil para a revitalização de uma academia ao ar livre na cidade. O dinheiro vem do espólio do orçamento secreto que ficou sob a responsabilidade do Ministério do Esporte. A prefeitura divulgou no Instagram a cópia dos contratos de repasse, o que permite rastrear a origem do dinheiro. A praça esportiva foi atribuída a uma "emenda parlamentar" do deputado Mersinho Lucena (PP-PB).

Em seu primeiro mandato no Congresso, Lucena não tem emendas apresentadas ao Orçamento de 2023 porque não era deputado em 2022, quando a proposta orçamentária foi votada. O dinheiro que bancará a obra está sob a rubrica A4, como ficou marcado o espólio das emendas de relator. À reportagem, Lucena disse que a comunicação da ➔

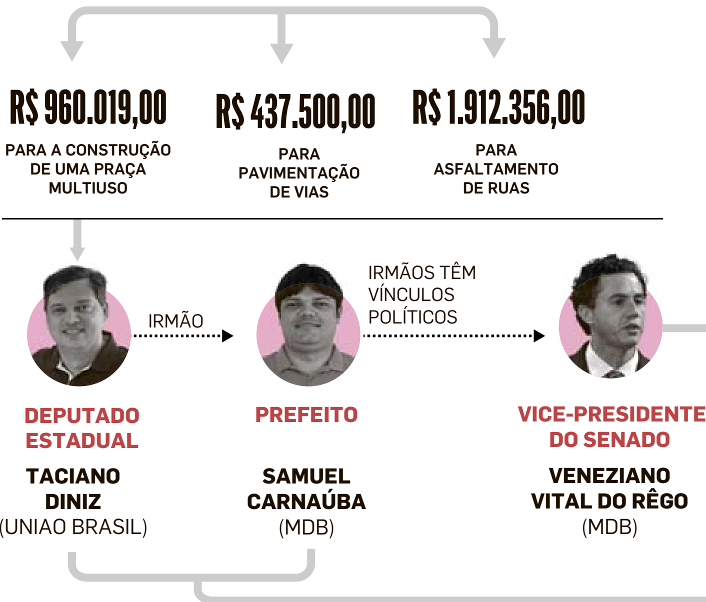
Ministério das Cidades

Cidade da Paraíba é a campeã per capita em recursos do espólio do orçamento secreto no Ministério das Cidades. Nas postagens, verba virou "emenda"

R$ 1,6 bilhão

HERANÇA DAS VERBAS DO ANTIGO ORÇAMENTO SECRETO

NAS POSTAGENS, A PREFEITURA DIZ QUE O DINHEIRO FOI CONSEGUIDO PELO DEPUTADO ESTADUAL TACIANO DINIZ (UNIÃO BRASIL). NATURAL DE CURRAL VELHO, É IRMÃO DO PREFEITO SAMUEL CARNAÚBA (MDB). NA VERDADE, SÃO VERBAS PRÓPRIAS DO MINISTÉRIO, ESPÓLIO DO ORÇAMENTO SECRETO







NAS ELEIÇÕES DE 2022, MERSINHO TEVE O APOIO DOS IRMÃOS TACIANO DINIZ E SAMUEL CARNAÚBA

SEGUNDO A PREFEITURA, O RECURSO SERIA DE UMA "EMENDA PARLAMENTAR" DO DEPUTADO. NA VERDADE, NÃO SE TRATA DE EMENDA, E SIM DE RECURSOS PRÓPRIOS DO MINISTÉRIO, VINDOS DO ANTIGO ORÇAMENTO SECRETO



DEPUTADO FEDERAL
MERSINHO LUCENA
(PP)

Ministério do Esporte

R$ 211 milhões

HERANÇA DAS VERBAS DO ANTIGO ORÇAMENTO SECRETO

R$ 955.000

PARA A REVITALIZAÇÃO DE UMA PRAÇA ESPORTIVA

FOTOS: PERFIL DE SAMUEL NO INSTAGRAM; DO TSE; DA AGÊNCIA SENADO E DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA

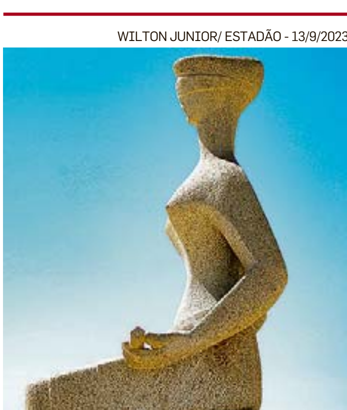
FONTES: SIOP / SIGA BRASIL / TRANSFEREGOV / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

prefeitura se equivocou ao noticiar os recursos como emenda parlamentar. "É falta de conhecimento do gestor, ou de algum secretário de comunicação. Na verdade, a gente fez essa indicação para mandar para lá, na época. Curral Velho é uma cidade em que eu tive, proporcionalmente, a maior votação. E o prefeito tem feito um trabalho muito forte na cidade. E aí a gente conseguiu ter a possibilidade de fazer uma indicação. Não quer dizer que seja emenda parlamentar individual. Às vezes, é falta de conhecimento. Eles não conhecem essa questão dos códigos (*orçamentários*)."

'EXTRA'. Nos corredores do Congresso, esse tipo de recurso é geralmente chamado de "extra". Diferentemente das emendas, a negociação é informal, sem registros sobre os padrinhos e madrinhas, e feita de acordo com a conveniência política, sem necessidade de atender igualmente todos os deputados e senadores. Segundo Mersinho, essas verbas às vezes são negociadas diretamente com os ministros. "Hoje, o ministro (*André*) Fufuca, do Esporte, é do Progressistas. Eu mostrei alguns projetos para ele, no final do ano passado, de academias ao ar livre, e ele gostou do projeto", relatou.

No mesmo período, a prefeitura de Curral Velho fez outras duas postagens comemorando recursos do espólio do orçamento secreto. Em ambas, atribuiu o dinheiro a "recursos angariados pelo deputado estadual Taciano Diniz (União Brasil)" – o parlamentar estadual também é ligado a Veneziano Vital do Rêgo, com quem costuma postar fotos nas redes.

WILTON JUNIOR/ ESTADÃO - 13/9/2023



Inconstitucional

Em 2022, o Supremo julgou inconstitucional o orçamento secreto. Rosa Weber definiu a prática como dispositivo 'à margem da legalidade'

Em 27 de novembro passado, a prefeitura do município paraibano assinou contrato de repasse de R$ 437,5 mil para pavimentação de vias na cidade. Em 30 de novembro, outro contrato de R$ 960 mil para a construção de uma praça. Em ambos os casos, é dinheiro do antigo orçamento secreto liberado via Ministério das Cidades.

No Facebook, a prefeitura postou também o contrato para mais R$ 1,9 milhão do espólio do orçamento secreto via Ministério das Cidades para a pavimentação de vias. Mais uma vez, quem aparece ao lado do prefeito Samuel Carnaúba nas fotografias é o deputado estadual Taciano Diniz.

REGRAS. Em maio de 2023, o Ministério do Desenvolvimento Social editou a Portaria 886, com regras para o uso dos recursos do espólio do orçamento secreto. Os valores seriam liberados por critérios técnicos, após solicitações dos municípios. Na prática, a priorização tem sido definida com base em discussões com deputados e senadores. Servidores da pasta, que pediram anonimato, relataram que são frequentes as reuniões com parlamentares para tratar dos recursos.

Há registro na agenda oficial de servidores do ministério em que a portaria aparece como tema da reunião. No dia 1.º de junho, o deputado Thiago Flores (MDB-RO) esteve no ministério para reunião com Jane Maria Cristina de Matos, então chefe da assessoria parlamentar. Dias depois, ele postou a notícia da entrega de R$ 500 mil em emenda parlamentar a uma associação de mães de autistas de Ariquemes (RO). Por meio de assessoria, o parlamentar disse que o encontro não resultou em liberação de verbas e que o dinheiro para a associação era de emenda do deputado estadual. ●

Ministérios rejeitam a existência de barganha

Em manifestações oficiais, os ministérios que herdaram recursos do orçamento secreto e a Secretaria de Relações Institucionais, responsável pela articulação política do Planalto, sempre negaram que o dinheiro venha sendo usado para barganhas com parlamentares.

Em janeiro, a SRI, respondendo a pedido da Lei de Acesso à Informação, disse que "não cabe" aos parlamentares indicar quais municípios serão beneficiados. "A seleção dos beneficiários é de responsabilidade dos órgãos executores", disse o órgão. A secretaria afirmou que "não dispõe" da relação de congressistas que fizeram indicações de usos para o espólio do orçamento secreto.

Resposta parecida veio do Ministério do Esporte. Segundo a pasta, as verbas "são dotações orçamentárias discricionárias". "Com isso, não há participação da Secretaria de Relações Institucionais e, portanto, não são de indicação parlamentar".

Ao **Estadão**, a SRI negou irregularidades na aplicação dos recursos, mas não tratou das verbas A4, o espólio do orçamento secreto. "O pagamento de restos a pagar para as emendas de relator têm seguido o que determinou o Supremo Tribunal Federal – entendimento que foi objeto de parecer de orientação da Advocacia-Geral da União distribuído a todos os órgãos da administração federal", diz a nota. "O prosseguimento da execução dos recursos que já haviam sido empenhados está sujeito à discricionariedade da pasta responsável. A responsabilidade pelo cumprimento dessas condições é de cada órgão executor de emendas parlamentares."

CRITÉRIOS. A pasta do Desenvolvimento Social afirmou que a Portaria 886 foi criada para atender à decisão do STF, e que a escolha dos municípios contemplados se dá por critérios técnicos. "O que era emenda de relator foi transformado em recursos discricionários de cada ministério, dando poder aos ministros para fazer portarias específicas que definam como fazer a partilha desses recursos."

A reportagem procurou os ministérios do Esporte e das Cidades e a prefeitura de Curral Velho. Somente a pasta das Cidades respondeu e negou que esteja usando as verbas para negociações com congressistas. "O ministério buscou definir diretrizes com o objetivo de orientar a seleção de recursos, afastando quaisquer tipos de indicações de beneficiários. Não há o que se falar em pedidos de parlamentares ou ofensa a qualquer a qualquer decisão do STF." ● A.S.

Paladar Teste

O melhor caminho do grão ao café coado ideal

Avaliação às cegas testou sete moedores portáteis, ideais para quem quer se aventurar pelo universo da moagem caseira

CHRIS CAMPOS

O moedor de café é item de primeira necessidade para quem entrou para a seita dos apreciadores de grãos especiais. O ritual do preparo de um bom coado inclui o equipamento: as diferenças entre modelos pode ser sutil, mas influenciam no resultado da bebida.

O critério central de avaliação de algumas das principais marcas disponíveis no mercado foi o melhor resultado da moagem dos grãos. Paralelamente, foram avaliados o tempo de moagem, a facilidade de limpeza do equipamento e a usabilidade do produto. O critério "beleza" não foi avaliado. Cada um, afinal, tem seus gostos pessoais – e sabe o que melhor combina com a sua cozinha.

Para o teste, o *Paladar* convidou um time de baristas composto por Renan Dantas, que ministra cursos em todo o Brasil; Antonia Silva, do Coffee Lab, em Pinheiros; e Nilo Takei, do Aizomê Café, que funciona dentro da Japan House. Juntos, eles avaliaram sete marcas de moedores portáteis, que são mais simples e indicados para quem quer se aventurar pelo universo da moagem caseira de grãos.

Os jurados observaram o tempo de moagem de cada equipamento (de 10 a 20 segundos), a quantidade de "fine" (pó fino resultante da moagem) gerada por cada equipamento e o sabor da bebida resultante da moagem. O grão escolhido para o teste foi o do produtor Rodrigo Mazzoco, um catuaí vermelho da região do Espírito Santo.

LÂMINAS. Nilo Takei considerou a experiência produtiva: "O formato das lâminas dos moedores resulta em moagens diferentes, algumas mais consistentes, o que interfere diretamente no sabor do café", diz.

"A moagem, ao extrair o melhor que um grão pode oferecer, representa 50% do resultado final de um bom café coado", avalia Antonia Silva. Segundo a especialista, a principal diferença entre as marcas aparece no posicionamento e na velocidade das lâminas.

Renan Dantas, por sua vez, aponta a grande surpresa do teste: foi justamente o moedor mais simples a apresentar a maior consistência na moagem, resultando, consequentemente, no melhor café coado entre os provados.

O teste foi realizado em uma das salas de aula do Coffee Lab, capitaneado pela barista Isabela Raposeiras. ●

FOTOS DE TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO



Tempo necessário para moer, excesso de pó fino e sabor da bebida resultante foram os critérios

As três melhores



1ª CADENCE

O equipamento campeão do teste *Paladar* na opinião do júri é também o mais barato do mercado. Moeu os grãos em 10 segundos, tempo considerado ideal pelos especialistas para o preparo do café coado. Os grãos moídos apresentaram consistência e o resultado da moagem potencializou a doçura da bebida.
(R$ 98,90)



2ª BLACK + DECKER

Foi o modelo que apresentou menos "fines" (pó extra fino resultante da moagem), fator considerado positivo pelos jurados. Foi também o que levou mais tempo para chegar ao resultado ideal para o preparo do café. O resultado final foi uma moagem consistente, que valorizou a bebida. O copo removível facilita a limpeza.
(R$ 215)



3ª OSTER

A máquina escolhida para o terceiro lugar pelo *Paladar* moeu os grãos em 10 segundos, fez pouco barulho e o resultado da moagem, consistente, rendeu um café considerado ótimo pelo time de jurados. O fato de o equipamento ser fácil de limpar também agradou na hora da votação.
(R$ 279,90)









Outras marcas avaliadas

● **Bialetti**
O modelo da marca é silencioso e moeu o café mais rapidamente que os outros. O resultado final da moagem, no entanto, mostrou um pouco de inconsistência. Para quem começou agora a moer café em casa, essa questão pode ser irrelevante, mas pode incomodar consumidores de café mais exigentes. A bebida resultante da moagem foi considerada boa.
(R$ 249,90)

● **Hamilton Beach**
Um equipamento com copo removível, pá de limpeza e variações de grau de moagem. Na opinião do júri do *Paladar*, o que deveria ser um adicional de valor acabou gerando dúvidas na hora de colocar o moedor em ação. A máquina não seria indicada para um estreante nesse território, por exemplo. O excesso de "fine" (pó extrafino resultante da moagem) resultou em um café levemente mais amargo quando comparado ao das outras marcas.
(R$ 229,58)

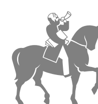
● **Philco**
Durante os testes realizados pelo *Paladar*, o equipamento se revelou um moedor simples, silencioso e prático. Foi essa, em geral, a opinião do júri. A máquina moeu os grãos rapidamente, em 12 segundos. O excesso de "fine", contudo, deu um certo amargor ao café.
(R$ 109,90)

● **Tramontina**
O equipamento foi considerado eficaz. Moeu os grãos em 10 segundos e tem copo removível, que facilita a limpeza. O resultado final da moagem, contudo, foi considerado um pouco inconsistente. O café foi avaliado positivamente por conta do sabor complexo.
(R$ 409)

JORNAL DO CARRO

QUARTA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 2024 • ANO 42 • Nº 2126 O ESTADO DE S. PAULO

JC



FOTOS: CHEVROLET/DIVULGAÇÃO





1. Itens pretos se destacam na versão Z71;

2. Na cabine, agora há duas grandes telas;

3. Pacote de extras tem estribos e santantônio



Ficha técnica

Chevrolet S10 High Country

Preço sugerido	R$ 302.900
Motor	2.8, 4 cil., 16V, turbodiesel
Potência	207 cv a 3.400 rpm
Torque	52 mkgf a 2.000 rpm
Câmbio	Automático, 8m.
Tração	4x4
Comprimento	5,4 metros
Largura	1,87 metro
Entre-eixos	3,10 metros

FONTE: CHEVROLET

Prós & contras

Conjunto
Atualizações na mecânica e lista de equipamentos dão fôlego à picape da GM enquanto a nova geração não chega.

Área traseira
Atrás, assento baixo pode cansar em viagens longas e não há saídas de ar-condicionado.

Avaliação

Aceleramos a Chevrolet S10 2025, que ficou mais potente e moderna

Com 4 versões, picape média traz o renovado motor 2.8 turbodiesel de 207 cv, além de câmbio automático de oito marchas. e tem tabela entre R$ 223.620 e R$ 302.900

RODRIGO TAVARES
ESPECIAL PARA O JORNAL DO CARRO
PIRENÓPOLIS (GO)

A Chevrolet S10 chega à linha 2025 com atualizações importantes no visual, trem de força e lista de equipamentos. Produzida há 29 anos consecutivos, a picape média passa a ser oferecida em quatro versões: LTZ, Z71, High Country e a inédita WT (Work Truck), inédita opção de entrada, voltada ao trabalho, que substituiu LS e LT de uma só vez.

Na linha 2025, a S10 mais barata é a Cabine Simples, com tabela a partir de R$ 223.620. A WT vai de R$ 247.860, com câmbio manual, a R$ 268.060, com o automático. Depois vêm a Z71, a R$ 281.190 e a LTZ, a R$ 292.800. A de topo, High Country, parte de R$ 302.900.

Em todas, o motor é o 2.8 turbodiesel batizado de Duramax. Segundo a GM, o quatro-cilindros de 16 válvulas gera 207 cv de potência e 52 mkgf de torque já às 1.600 rpm. Com as atualizações, houve aumento de 7 cv e 1 mkgf.

Outra novidade é o câmbio automático de oito velocidades – o anterior tinha seis. Conforme a marca, o resultado é que aceleração de 0 a 100 km/h ocorre em 9,4 segundos. Na prática, as respostas à pressão no pedal do acelerador estão mais rápidas e, com isso, a picape feita em São José dos Campos (SP) ficou mais esperta.

O novo câmbio garante trocas rápidas e suaves. Vale lembrar que as opções mais baratas da versão WT mantiveram o manual de seis marchas.

Segundo a Chevrolet, foram feitas mais de 30 atualizações no conjunto mecânico. O motor, por exemplo, traz novo sistema eletrônico de gerenciamento, que permitiu reduzir o consumo de diesel em até 13%.

Em números, a linha 2025 da S10 pode rodar 11,4 km com um litro de diesel na estrada e 9,5 km na cidade, conforme dados da fabricante. Assim, as emissões de poluente também caíram ante as da linha 2024.

BOA DIRIGIBILIDADE. Em movimento, a S10 2025 agrada em relação à dirigibilidade, silêncio a bordo e nível de vibração. Durante a avaliação, em trechos de asfalto e terra, deu para perceber o ótimo isolamento acústico na cabine.

Novo fôlego

Vice-líder de vendas do segmento de médias em 2023 e 2024, S10 ganha itens para manter posição

Além disso, a GM fez um bom trabalho nas suspensões. Com a nova calibragem, os ocupantes não são maltratados mesmo quando a picape passa por terrenos acidentados.

Em todas as versões, a linha 2025 da S10 tem painel digital de 8 polegadas, bem como tela de 11" na central multimídia MyLink. Trata-se do mesmo conjunto da minivan Spin.

Assim como nas linhas anteriores, as opções com cabine dupla e câmbio automático deverão ser as mais vendidas. Em relação ao visual, a versão WT, de entrada, é a mais simples.

A Z71 tem estilo esportivo. Há detalhes escurecidos em partes como rodas, retrovisores e grade dianteira. Além disso, na cabine destacam-se os cintos de segurança e outras peças em tom vermelho.

A LTZ, intermediária entre as configurações com cabine dupla, deve manter o topo do ranking de vendas. Seu estilo é mais discreto, marcado pela grade e para-choques pintados da mesma cor da carroceria.

Na High Country, há rodas e liga com desenho exclusivo, além de peças cromadas, sobretudo na parte externa. Na cabine, há materiais macios ao toque e os bancos dianteiros são muito confortáveis.

Entretanto, para quem viaja atrás é diferente. O assento baixo faz com que os ocupantes viagem com as pernas muito flexionadas, o que causa cansaço em viagens longas. Além disso, faltam saídas de ar-condicionado na parte traseira.

Fora isso, a Chevrolet S10 tem boa lista de equipamentos. Desde a versão WT, a picape tem seis air bags, faróis de neblina com luzes de LEDs, partida do motor por botão, alerta de pressão baixa dos pneus, trava elétrica da caçamba e faróis com acendimento automático, por exemplo.

Segundo a marca, há mais de 100 acessórios e dois pacotes de extras. O Brutal tem apliques na grade e capô, extensor de para-choque, frisos, jogos de tapete, protetor de caçamba e amortecedor da tampa e defletor na traseira, a R$ 11.900. O Invencível acrescenta santantônio e custa R$ 12.900.

Em 2023, a Chevrolet S10 foi a segunda picape média mais vendida do Brasil, com cerca de 26 mil emplacamentos. A líder foi a Toyota Hilux, com 46.200 vendas. Neste ano, no acumulado de janeiro a abril, a sequencia é a mesma, com 15.002 unidades da Hilux e 7.852 da S10. ●

O JORNALISTA VIAJOU A PIRENÓPOLIS A CONVITE DA CHEVROLET

Avaliação

Novo Haval H6 PHEV19 é opção intermediária e tem bom preço

Versão inédita do SUV híbrido da GWM com motor 1.5 a gasolina e apenas um elétrico vem em junho e deve ter tabela de R$ 250 mil

TIÃO OLIVEIRA
BAODING (CHINA)

O Haval H6 PHEV19 chega ao Brasil em junho tendo como destaque o preço. Segundo a GWM, a versão intermediária será posicionada entre a HEV2 e a PHEV34. Assim, o preço deverá ser de cerca de R$ 250 mil.

Diferentemente da de topo, a novidade terá apenas um motor elétrico na dianteira. No total, a potência é de 326 cv e o torque, de cerca de 54 mkgf.

Embora o contato com o Haval PHEV19 tenha sido muito breve, deu para conferir algumas respostas. O SUV híbrido acelera com vigor, tem freios eficientes e suspensão meio mole, voltada ao conforto.

Conforme dados da GWM, a aceleração de 0 a 100 km/h é feita em 7,6 segundos. Para comparação, o PHEV34 cumpre a mesma tarefa em 4,9 s. No dia a dia, essa diferença não importa. Afinal, trata-se de um SUV – e com foco em famílias.

A capacidade das baterias, de 19 kWh é 44%, e/ou 15 kWh menor que a do Haval H6 PHEV 34. No modo 100% elétrico, a autonomia deve ser de cerca de 60 km – a GWM ainda não revelou esse dado.

A conjunto da nova versão traz o mesmo 1.5 turbo a gasolina de 171 cv e 29 mkgf das demais. A carroceria também é igual. Mede 4,68 metros de comprimento, 1,89 m de largura e 1,73 m de altura. Com 2,74 m de entre-eixos, há bom espaço para quem vai atrás e capacidade para cinco pessoas.

No visual, entre as (poucas) diferenças estão as rodas com desenho exclusivo e ligeiras mudanças nos acabamentos dos bancos e da cabine. Segundo a GWM, o interior leva em conta tendências do mercado europeu. Atrás, a nova versão trará a inscrição PHEV19. ●

O JORNALISTA VIAJOU À CHINA A CONVITE DA GWM DO BRASIL

FOTOS: TIÃO OLIVEIRA/ESTADÃO







1. Desenho das rodas de 19" é uma das (poucas) diferenças;

2. Cabine é bem acabada e painel de instrumentos é tela grande;

3. Dimensões são iguais às das demais versões do H6

Ficha técnica

● Haval H6 PHEV19

Preço estimado	R$ 250 mil
Motor	1.5 a gasolina de 171 cv
Elétrico	Um, na dianteira
Potência total	326 cv
Torque total	54 mkgf
Baterias	19 kWh
Comprimento	4,68 metros
Largura	1,89 metro
Entre-eixos	2,74 metros

FONTE: GWM

Prós & contras

● Preço
Tabela não foi revelada, mas deve ser de R$ 250 mil;

● Suspensão
Como nas demais versões, sistema foca conforto e deixa SUV um tanto mole em curvas,



MERCEDES-BENZ/DIVULGAÇÃO

PureSpeed Concept estreia nova marca da Mercedes

Revelado ao público no GP de Mônaco, no fim de semana, o PureSpeed Concept é o primeiro carro da Mythos, nova marca de esportivos da Mercedes-Benz. Com produçãde apenas 250 unidades, o modelo não tem para-brisa e foca os colecionadores da Mercedes. Embora não haja dados técnicos, a aposta é que a versão final terá motor V8 twin turbo de 4 litros, utilizado no roadster SL 63 AMG, que gera 577 cv e mais de 80 mkgf. ●

● MINI COM DESCONTÃO. A Mini lançou uma ação de vendas com descontos e condições especiais de pagamento para modelos da linha Cooper. O carro com maior abatimento é o elétrico Cooper SE, que pode ser adquirido por $ 229.990, ou seja, um desconto de R$ 58 mil. Além disso, o pagamento pode ser feito por meio de um plano de financiamento sem juros, em 24 parcelas, com entrada de 60% do valor do veículo. Além disso, o usado que entrar como parte de pagamento terá valorização de até R$ 40 mil. O comprador também leva Wall box e carregador portátil grátis, mais o pacote Mini Service Inclusive, com quatro anos de serviços com quilometragem ilimitada.

● VW NIVUS EM PROMOÇÃO. Às vésperas da chegada da linha 2025 do Nivus, a Volkswagen faz promoção para vender as unidades do modelo atual. Com isso, até o dia 31 de maio a versão Comfortline 200 TSI, de entrada na linha, está à venda por R$ 121.990, um desconto de R$ 12.400 ante a tabela "cheia". Além disso, o interessado pode parcelar o pagamento, sem juros, em 24 vezes de R$ 2.125,61. Nesse caso, é preciso pagar um sinal de 60% do valor do carro (R$ 73.194). Em todas as versões, o Nivus tem motor 1.0 turbo flexível de três cilindros, que gera até 128 cv de potência e 20,4 mkgf de torque. O câmbio é sempre automático de seis velocidades.

● NOVO M3 CS: TEM, MAS ACABOU. A BMW trouxe ao Brasil a versão mais apimentada do esportivo M3, batizada de Competition Sedan, ou CS (*abaixo*). Trata-se de um dos 15 lançamentos prometidos pela marca no Brasil em 2024. Limitado a 17 unidades no País, o M3 CS tem tabela de R$ 1.299.950. Porém, não adianta entrar na fila na porta da concessionária – todas as unidades, com carroceria nas cores, verde, cinza e preta, já foram vendidas. Embora o alemão tenha vários itens exclusivos, como faróis com laser, o destaque está sob o capô. Ou seja, o conjunto formado pelo motor 3.0 biturbo de seis cilindros em linha, de 550 cv e 66,3 mkgf, além do câmbio automático de oito marchas e a tração 4x4. O M3 CS vai de 0 a 100 km/h em 3,2 segundos e chega a 302 km/h.



BMW/DIVULGAÇÃO

INÊS 249

D12 **Transporte público por barco**



Seis mil pessoas na primeira semana

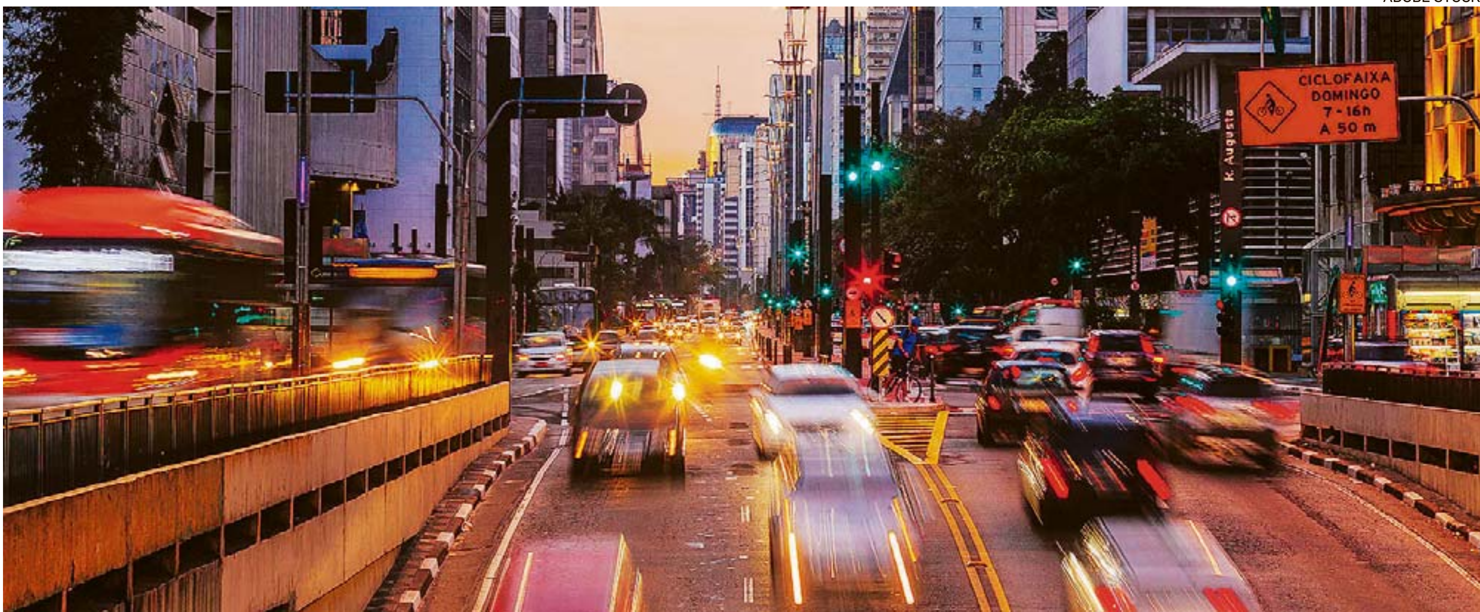
Segurança viária

Sinistros de trânsito crescem desde 2021 e causam 33 mil mortes por ano

Para reduzir esses números, é preciso investir em educação para o tráfego desde a primeira infância, diz Pedro Borges, do Observatório Nacional de Segurança Viária

REDAÇÃO MOBILIDADE

ADOBE STOCK



Brasil registra 16 óbitos em sinistros por 100 mil habitantes, média acima da observada em países da América do Sul como Argentina

Para marcar a 11ª edição do Maio Amarelo, o Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV) escolheu uma localização que simbolizasse a intenção de internacionalizar o movimento. Assim, o 4º Seminário de Mobilidade Humana, Segura e Sustentável foi realizado nos dias 6 e 7 de maio em Foz do Iguaçu, no Paraná, na região da tríplice fronteira, divisa entre Brasil, Argentina e Paraguai.

Segundo Pedro Borges, head de Mobilidade Segura do ONSV, "a ideia é expandir o Maio Amarelo para os nossos vizinhos". Relatório da Organização Mundial da Saúde divulgado em 2023, referente a dados de 2021 (o último disponível) revelou que o Brasil registrou 16 óbitos em acidentes por 100 mil habitantes.

O índice é similar ao de países vizinhos como Colômbia, Costa Rica e Suriname, e acima do verificado na Argentina (9 mortes por 100 mil habitantes), Chile (10/100 mil), Peru e Uruguai (13/100 mil). No cenário de vítimas fatais, nossa situação é grave. "São mais de 33 mil pessoas morrendo por ano no trânsito, o que vem aumentando desde 2021. Em vez de melhorar, a gente vê piorar uma situação que já é grave", diz.

INFLUÊNCIA ECONÔMICA. Levantamento da Polícia Rodoviária Federal mostra que as mortes em acidentes rodoviários vinham caindo ano a ano entre 2011 (8.675 ocorrências com mortes) e 2018 (5.273 óbitos). Em 2019 o número voltou a subir (5.338 mortes), caiu levemente em 2020 (5.293) e continuou em 2021 e 2022 (*veja no quadro acima*).

Em 11 anos

Sinistros com mortos em estradas brasileiras

2011	**8.675**	2017	**6.248**
2012	8.663	2018	5.273
2013	8.426	2019	5.338
2014	8.234	2020	5.293
2015	6.867	2021	5.396
2016	6.398	2022	5.439

FONTE: ANUÁRIO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Borges diz que o período de queda pode estar relacionado a uma melhora das condições das vias, principalmente nas capitais, que começaram a focar mais em segurança viária.

Embora não apoie a tese "100%", o executivo cita um viés econômico para explicar o período de queda, apontado pelo Ipea, que atribui a redução nos índices até 2018 a um desaquecimento da economia. "Não gosto de afirmar isso 100%, porque a segurança viária é multidisciplinar, e alcançada com fiscalização, infraestrutura e educação."

Na abertura da 11ª edição do Maio Amarelo, o secretário nacional de Trânsito, Adrualdo Catão, lembrou que a responsabilidade também é do Poder Público. "Não podemos colocar esse ônus só no cidadão. Nós, gestores, também somos responsáveis."

NOTA 6. Borges classifica o motorista brasileiro como nota "7 ou 6". "Acredito que falta um senso de cidadania. É preciso entender que o espaço é público, e que muitas vezes o desejo de chegar rápido em algum lugar não tem de ser prioridade", afirma. "A gente tem muito a evoluir nessa questão."

A infraestrutura viária é apontada como problema grave. "O Brasil tem cidades muito desiguais." Citando São Paulo, Borges afirma que a capital paulista tem boa oferta de infraestrutura viária nas regiões centrais, com mais ciclovias, mais ônibus. "Entretanto, nas periferias isso não ocorre. E isso impacta a segurança", diz.

NA ESCOLA. "A educação no trânsito tem que ir além da formação do condutor. E é importante que ocorra ao longo de toda a formação da criança, do adolescente, do indivíduo entender a parte dele no trânsito para a construção de um lugar mais seguro." Ele também reforça a importância da fiscalização. "O poder público precisa fiscalizar ainda mais os fatores de risco para tentar diminuir esse cenário que a gente tem atualmente. Se a pessoa é responsável por tornar o trânsito inseguro, ela tem que arcar de alguma forma.●



NA WEB
Para saber mais sobre segurança viária, acesse o canal Maio Amarelo:
mobilidade.estadao.com/patrocinado/maio-amarelo/

Políticas públicas __D4
Parcerias buscam unificar dados para prevenir sinistros

Tecnologia __D6
Ciência melhora a forma de dirigir e evitar acidentes

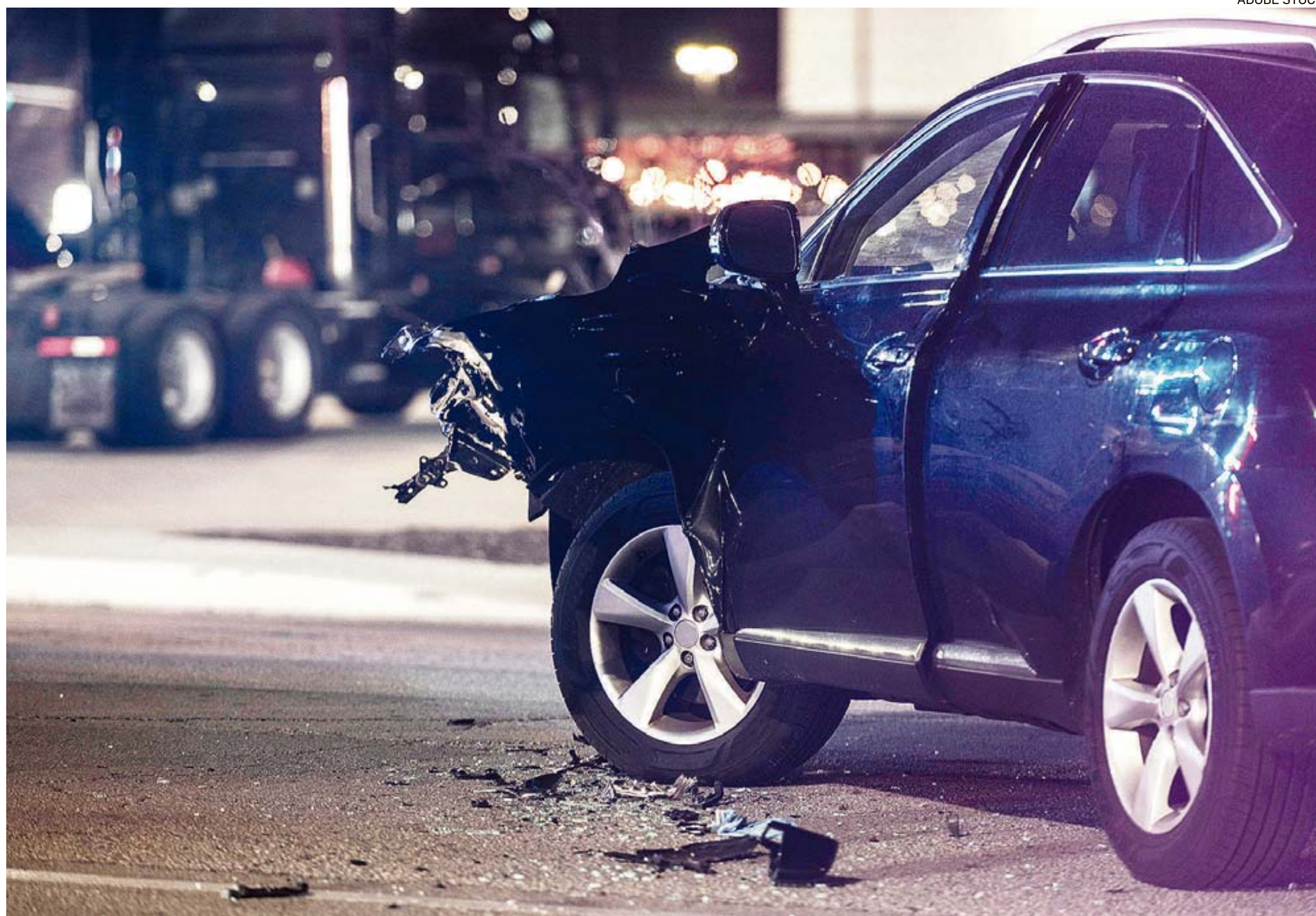
Bons exemplos __D8
Cidades se destacam em ações positivas de segurança viária


ADOBE STOCK

Eletrificação __D10
Projetos vão gerar R$ 200 bi por ano em novos negócios

Parcerias buscam unificar dados com o objetivo de orientar políticas públicas para prevenção de sinistros no tráfego

ARTHUR CALDEIRA



ADOBE STOCK

Previsto para 2026, novo banco de informação sobre ocorrências de trânsito irá integrar todos os sistemas de saúde do Brasil

Notificações

Iniciativas buscam tornar estatísticas de trânsito mais precisas e completas

"As estatísticas de sinistros de trânsito no Brasil são limitadas e ainda existe muita subnotificação", admite o secretário nacional de trânsito, Adrualdo Catão, em entrevista ao **Mobilidade Estadão**. A opinião, compartilhada por muitos especialistas, levou órgãos públicos e entidades privadas a trabalharem em projetos que tornem esses números mais precisos e completos no País.

Desde março, por exemplo, a Senatran passou à fase de testes do novo modelo de coleta de dados do Registro Nacional de Estatísticas e Sinistros de Trânsito (Renaest), que visa ampliar e melhorar as estatísticas sobre as ocorrências de trânsito em todo o Brasil.

"O Renaest já existe e funciona, mas tem um problema, pois terceiriza a coleta de dados ao Detran de cada Estado", analisa Catão. A ideia com o novo modelo é criar um formulário simplificado para reduzir a burocracia e tornar as estatísticas mais precisas.

DIRETO DA FONTE. A coleta de dados, feita pelo aplicativo de fiscalização da própria Senatran, será feita diretamente pelo agente de trânsito que chega primeiro ao sinistro. "Depois, aqui na Senatran fazemos as devidas integrações, qualificações e o trabalho desses dados", explica Catão.

Nessa primeira etapa, o principal desafio é disseminar o uso do aplicativo e a coleta dos dados necessários, bem como fazer treinamentos para popularizar o uso do novo formulário em todo o País.

Em fase de testes
Coleta dos dados dos sinistros será feita pelo agente de trânsito que atende a ocorrência

Com geolocalização, o formulário reúne informações como o local das ocorrências, CPF dos envolvidos, placa do veículo, hora e a dinâmica dos acidentes. "Só depois de testado e disseminado vamos liberar para todo o Brasil e tornar obrigatório o uso do sistema", explica.

Por meio desses dados, a Secretaria tem como mapear os pontos críticos de estradas e dar uma visão mais clara sobre os sinistros e mortalidade no trânsito em todo o País. "Também será possível monitorar e fazer o ranqueamento dos Estados que têm se engajado na segurança viária. Queremos transformar o Pnatrans em um plano de conformidade no trânsito", finaliza.

Futuramente, o formulário deverá funcionar também de forma interoperacional, ou seja, em conjunto com outros apps por meio de API. Com estatísticas mais precisas, o secretário nacional de trânsito acredita que será possível obter maior agilidade na divulgação dos dados sobre sinistros.

Elas também permitirão o uso de maneira mais eficaz de modelos preditivos, como o Antecipa, uma tecnologia de inteligência artificial capaz de prever locais e horários com maior risco de ocorrer colisões e outros acidentes, complementa Catão.

INFORMAÇÕES INTEGRADAS. Outro problema apontado pelos especialistas é a falta de integração dos dados. Em algumas situações, uma vítima de atropelamento que vier a falecer no hospital depois de algum tempo de internação, por exemplo, poderia ficar de fora das estatísticas de mortes no trânsito.

"Existem mais de 300 sistemas de saúde em todo o País, e o maior desafio é integrar esses dados", diz Bruno Zocca, epidemiologista do Hospital Albert Einstein. Hoje, as informações são disponibilizadas para o SUS por meio de vários sistemas distintos que não estão conectados.

Para tornar a vigilância em saúde eficaz, foi criado o Projeto Trauma, sigla para Tecnologia de Rápido Acesso de Dados Unificado para Mitigação da Acidentalidade. Ele é financiado pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS). Com participação de seis hospitais privados, o projeto nasceu de uma parceria entre pesquisadores do Hospital Albert Einstein e o Ministério da Saúde.

O projeto busca fortalecer o Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (Viva) ao integrar serviços de atendimento e sistemas de informação da saúde, criando uma base de dados unificada, afirmou o Ministério da Saúde em nota. Visa melhorar a vigilância, atendimento de urgência e emergência, e facilitar o acesso a informações cruciais para profissionais de saúde, explica Zocca, um dos idealizadores.

Na primeira fase, entre 2021 e 2023, foram usados dados de cinco locais que viraram parceiros do projeto, para testar a tecnologia, o sistema e verificar se seria possível unificar esses dados, resultando em uma ferramenta funcional para integrar as informações.

"Existem mais de 300 sistemas de saúde em operação em todo o País e o maior desafio é fazer a integração desses dados em um único lugar"
Bruno Zocca
Epidemiologista do Hospital Albert Einstein

"A partir de agora, vamos coletar dados de mais locais para ter a certeza de que a ferramenta funciona. Nosso maior desafio é a interoperabilidade, pois existem muitos sistemas diferentes e precisamos quebrar essa barreira", explica o epidemiologista.

DAQUI DOIS ANOS. Já numa segunda fase, que abrange o triênio de 2024-2026 a ideia é integrar o projeto e a Rede Nacional de Dados em Saúde. Entretanto, "para implementá-lo efetivamente, é essencial o envolvimento de Estados e municípios, a capacitação de recursos humanos e a organização dos serviços locais para o uso eficaz dos dados", observou o Ministério da Saúde sobre o projeto.

A previsão dos pesquisadores e da pasta é que o Trauma esteja pronto para o uso em 2026. "Queremos ter um portal do Trauma onde seja possível contar a história de um acidente com um mínimo de esforço e recurso possível, só usando os sistemas de informação já ativos e em uso pelo Ministério da Saúde", projeta Bruno Zocca.

Para o epidemiologista, os dados são fundamentais para nortear políticas públicas de prevenção de acidentes e violências no tráfego com mais precisão e em todos os níveis. "Um gestor de trânsito municipal, por exemplo, poderá colocar um semáforo em uma esquina onde existem muitos acidentes de trânsito", conclui. ●

Projeto Trauma

2022
foi o ano de lançamento do projeto

2026
é a previsão para integração de todos os sistemas de saúde do Brasil, fornecendo dados confiáveis



NA WEB
Para saber mais sobre segurança viária, acesse o canal Maio Amarelo: mobilidade.estadao.com/patrocinado/maio-amarelo/

Frotas comerciais

Motoristas cometeram 300 mil distrações

Maioria dos incidentes em veículos comerciais ocorreu no período da tarde, principalmente no DF e na Paraíba, segundo a Cobli

ERICK SOUZA

Entre janeiro e março deste ano, motoristas de frotas comerciais no Brasil registraram mais de 300 mil ocorrências de distrações ao volante. O levantamento também destacou uma maior concentração de casos no período da tarde e em estradas do Distrito Federal, no Estado da Paraíba e do Espírito Santo.

A pesquisa da Cobli, empresa especializada em gestão de frota, considerou comportamentos a partir de 50 km/h, com duração mínima de 5 segundos. Em média, ocorreu uma distração a cada 224 km percorridos nos primeiros três meses do ano. Esses desvios de atenção incluem ações como escrever ou falar ao celular (incluindo aplicativos de navegação ou música), direção distraída (olhando para o lado, para um acidente ou para algo que aconteceu na rua), fadiga e sonolência, por exemplo.

PERÍODO MAIS COMUM. Segundo a análise, foram cerca de 20.000 incidentes de risco para cada acidente fatal nas estradas. A maior parte dos casos de distrações aconteceu em março. Entre janeiro e fevereiro, houve uma redução de 10%, seguida de um crescimento de 11% de fevereiro para março. O período da tarde também concentra uma alta de registros, respondendo a 42% dos casos. À noite, foram 29% e, pela manhã, 22%.

ADOBE STOCK



No Brasil pode haver mais de 4,9 milhões de distrações por dia

"Na prática, isso se deve ao maior volume de pessoas dirigindo nesse período, o que resulta em mais eventos, maior risco de acidentes e um aumento nas multas", explica Rodrigo Mourad, presidente e cofundador da Cobli.

De acordo com a análise de distrações ao volante, o Distrito Federal e os Estados da Paraíba e Espírito Santo lideram em números de casos. Em média, ao menos uma ocorrência foi registrada em menos de 175 km percorridos. Ao mesmo tempo, Estados do Nordeste demonstraram uma melhor conduta: foi necessário percorrer, pelo menos, 385 km para que fosse registrado algum comportamento distraído.

Ranking

Estados líderes em distrações ao volante

1º	DISTRITO FEDERAL
2º	PARAÍBA
3º	ESPÍRITO SANTO
4º	RIO DE JANEIRO
5º	CEARÁ
6º	PARANÁ
7º	RORAIMA
8º	RONDÔNIA
9º	GOIÁS
10º	SÃO PAULO

FONTE: COBLI

TECNOLOGIA DE VIGILÂNCIA. Os comportamentos foram identificados por meio de câmeras instaladas nos veículos, que filmam continuamente o motorista durante a condução. A tecnologia utilizada pela Cobli usa inteligência artificial para automatizar o processo a partir da própria câmera. "O equipamento identifica os incidentes, fornecendo feedback instantâneo ao profissional por alertas de voz, com o objetivo de coibir esses comportamentos rapidamente, visando reduzir o risco de acidentes e também instruindo os motoristas a evitar imprudências", explica Mourad.

Conforme o executivo, podem acontecer mais de 4,9 milhões de distrações ao volante por dia no Brasil. "Há cerca de 11 milhões de veículos comerciais no País. Se usarmos como base a média que os clientes de videotelemetria da Cobli dirigem, que é de 100 quilômetros por dia, temos um cenário preocupante", afirma. ●



NA WEB
Para saber mais sobre segurança viária, acesse o canal Maio Amarelo: **mobilidade.estadao.com/patrocinado/maio-amarelo/**

FOTOS: VOLARE/DIVULGAÇÃO



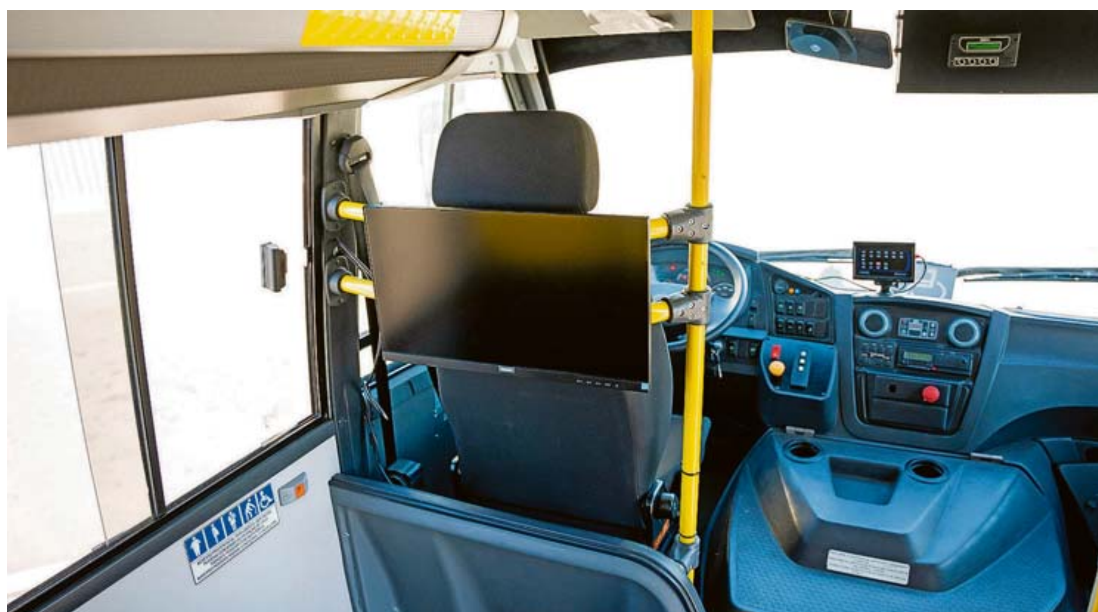
Protótipo opera, por enquanto, apenas em locais confinados

Inovação

Tecnologia que treina motoristas hoje poderá substituí-los no futuro

Em busca de redução de acidentes, ciência ajuda a melhorar a forma de dirigir dos profissionais e atua em sistemas de condução

REDAÇÃO MOBILIDADE



Funciona sem motorista: Volare Attack 8 é o primeiro micro-ônibus autônomo da América Latina

Desde o ano passado, um micro-ônibus sem motorista circula pelo pátio da siderúrgica ArcelorMittal Tubarão, no Espírito Santo. Trata-se de um protótipo autônomo da Volare, ainda em fase experimental, mas um ponto de partida para um futuro mais seguro. No presente, a tecnologia tem auxiliado motoristas a dirigir com segurança, respeitando normas de tráfego, em busca de redução de sinistros de trânsito. Numa segunda etapa, a máquina poderá assumir a direção.

O primeiro micro-ônibus autônomo da América Latina foi desenvolvido em parceria com a Lume Robotics, startup brasileira de mobilidade autônoma, com um modelo Volare Attack 8 para funcionar sem motorista. De acordo com a Volare, o modelo foi programado para operar na faixa ideal de eficiência, o que possibilita redução no consumo de combustível e na emissão de poluentes, e eleva a segurança.

Isso significa que, ao contrário do que ocorre atualmente nas ruas e estradas, o protótipo não excede velocidade e está programado para respeitar sinalização de trânsito. Iniciativas como essa têm a finalidade de, a longo prazo, reduzir sinistros de trânsito. Para chamar atenção sobre o tema, o Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV) realiza durante todo este mês o Movimento Maio Amarelo, que nesta edição tem como tema a pacificação.

INTELIGENTE. O micro-ônibus Volare Attack 8 é dotado de software e sistema de navegação para definição de rotas. Ele é capaz de estabelecer comunicação com outros veículos (V2V, de veículo para veículo) e com a infraestrutura (V2I).

Embora o veículo 100% autônomo – que em tese reduziria muito os acidentes – ainda seja uma realidade distante mesmo em países desenvolvidos, sistemas de condução autônoma devem continuar a chegar aos poucos nos automóveis nacionais, não apenas por causa da concorrência entre fabricantes, mas por uma questão de regulamentação.

De acordo com Hilton Spiler, diretor de engenharia da divisão Vehicle Motion e responsável regional na Bosch pelo sistemas Adas (sistemas avançados de assistência ao motorista, na sigla em inglês), dispositivos como frenagem automática de emergência (AEB, na sigla em inglês) e aviso de saída de faixa (LDW, em inglês) fazem parte do Grupo A do programa Mover – Programa de Mobilidade Verde, sucessor do Rota 2030 –, em um pacote que inclui outros seis itens de segurança, e que serão requisitos obrigatórios em pouco tempo.

Entretanto, ainda falta regulamentação sobre o tema. Segundo Spiler, que também é diretor de Segurança Veicular da Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA), em média, essas tecnologias deverão estar em 50% da frota em 2025 e a 85% até 2030/31. Atualmente a frenagem automática está em cerca de 35% da frota, e o alerta de saída de faixa, em 28%.

Desvios na condução

45%
dos desvios cometidos por caminhoneiros são de mão fora do volante

44%
dos casos são para manusear bebidas ou alimentos

MONITORANDO O MOTORISTA. Enquanto tecnologias mais sofisticadas não chegam em massa – o que muitas vezes depende de alteração na legislação, como é o caso da condução autônoma –, empresas têm utilizado o conhecimento para treinar motoristas.

Dados da nstech indicam que em 16% do tempo de uma viagem motoristas de caminhão cometem pelo menos um desvio crítico na condução. O estudo ainda aponta que 45% dos desvios cometidos por caminhoneiros são de mão fora do volante e que 44% dos casos são para manusear bebidas ou alimentos.

Falhas humanas
Segundo a nstech, 45% dos desvios dos caminhoneiros são causados por mãos fora do volante

Desvios de conduta no volante podem levar a um número ainda maior de sinistros fatais: de acordo com relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) de 2022, o Brasil é o país com o terceiro maior número de mortes no trânsito.

A empresa afirma que a tecnologia é aliada e pode salvar vidas. A Onisys, solução da nstech de prevenção de acidentes para embarcadores, transportadores e operadores logísticos, traz um software que monitora riscos de acidentes rodoviários por meio de inteligência artificial (IA), *machine learning* (aprendizado de máquina), vídeo-monitoramento interno de cabines e análise de dados. ●



NA WEB
Para saber mais sobre segurança viária, acesse o canal Maio Amarelo:
mobilidade.estadao.com/patrocinado/maio-amarelo/

INÊS 249

ADOBE STOCK



Área segregada para ciclistas ao lado do Rio Pinheiros, chamada de Ciclovia das Capivaras, tem 21,5 km de extensão e chega a receber mais de 3 mil usuários aos domingos

Mobilidade ativa

Expansão das ciclovias é um dos caminhos para ampliar adesão ao modal

Falta de segurança continua sendo um dos maiores desafios à utilização das bicicletas como meio de transporte urbano

REDAÇÃO MOBILIDADE

Os motivos para o uso da bicicleta como meio de transporte são inúmeros: é um modal econômico, ágil, não polui o meio ambiente e ainda contribui para o condicionamento físico e, por consequência, para a saúde. Do outro lado, no relato das pessoas que gostariam de usar mais a bike em seus deslocamentos, mas não o fazem, a queixa é única: a falta de segurança nos centros urbanos.

Pesquisa recente feita pela Tembici, com 3.500 usuários das bicicletas revelou que 45% dos ciclistas paulistanos não se sentem seguros para pedalar. E estamos falando da cidade com a maior infraestrutura cicloviária do Brasil, com 731,2 km de vias com tratamento para bicicletas, sendo 699,1 km de ciclovia/ciclofaixa e 32,1 km de ciclorotas, de acordo com a Secretaria de Comunicação do Estado de São Paulo (Cecom).

Quando analisados os motivos da insegurança viária, as queixas são diversas e também aparecem nos resultados do estudo. Em primeiro lugar está a falta de infraestrutura cicloviária, apontada por 66% dos entrevistados; já o desrespeito dos motoristas vem na sequência, mencionado por 55% das pessoas; seguido do receio de se acidentar (37%), e outros motivos (13%). Já 63% dos consultados afirma que a criação de ciclovias/ciclofaixas os fariam pedalar mais na capital.

Esse é o caso de Gabriela Barbosa do Carmo, 32 anos, auxiliar administrativo e artista, que pedala há dez anos. Ela conta que hoje só se desloca de bike se for em ciclovias e que, mesmo assim, sempre fica em estado de alerta para o comportamento dos motoristas, além de evitar se deslocar à noite.

No passado, ela conta que usava mais frequentemente a bicicleta como meio de transporte, usando outras vias que não as ciclovias, mas voltou atrás, principalmente por medo. "Embora eu nunca tenha me envolvido em situações tensas, percebo a impaciência e o comportamento territorialista dos automóveis e isso a deixa mais receosa", explica.

ESFORÇOS COORDENADOS. De acordo com Juliana Minorello, CXO da Tembici, para incentivar a adesão ao modal é necessária uma estratégia multidisciplinar. "É preciso que o Poder Público, o setor privado e a sociedade unam forças e repensem a forma na qual nos deslocamos nas metrópoles", diz.

Nesse modelo, segundo ela, é importante o papel das empresas. "Além de disponibilizarem os sistemas de bikesharing, ajudando a democratizar o acesso a este modal, elas podem promover uma mobilidade urbana mais sustentável, por meio de campanhas que estimulem a escolha da bicicleta", diz. Além disso, a iniciativa privada também tem um papel importante de apoio na elaboração de políticas públicas que criem um ecossistema seguro e convidativo ao uso deste modal, acrescenta a executiva.

Missão impossível
Da meta de 300 km de ciclovias até o final de 2024, teriam que ser construídos mais 270 km

EXPANSÃO LENTA. Embora enfrentem alguns desafios nos pontos de interação com outros veículos como nos faróis e cruzamentos, as ciclovias aumentam muito a segurança dos ciclistas. O fato é que sua cobertura é muito desigual pelas diversas regiões das cidades e sua velocidade de construção muito lenta.

Na cidade de São Paulo, por exemplo, está previsto no Plano de Metas 2021-2024 a criação, até o final deste ano, de 270 km de ciclovias e ciclofaixas (o total é de 300 km/h, mas apenas 30 km foram entregues, o que equivale a 10% da meta), uma tarefa quase impossível de ser cumprida, considerando os pouco mais de 7 meses que faltam para o final do prazo.

De acordo com Juliana Minorello, a expansão da infraestrutura cicloviária implantada na cidade é essencial para garantir segurança e conforto aos usuários, muitos deles recém-iniciados no ciclismo urbano. "Vale apontar que para um bom planejamento de sistemas de bicicletas compartilhadas, o conceito de adensamento é fundamental", afirma. Ela menciona o Guia de Planejamento de Sistemas de Bicicletas Compartilhadas do ITDP: "Uma boa densidade de estações dentro da área de cobertura é a garantia de que, onde quer que o usuário esteja, haverá uma estação a uma distância conveniente a pé, tanto da origem como do destino de sua viagem", explica.

"Vale ressaltar que mais de 40% das pessoas que pedalam nos nossos sistemas moram fora da região de cobertura, ou seja, usam o transporte público para o deslocamento pelo eixo troncal e complementam o percurso da última milha com a bicicleta", finaliza a CXO da Tembici.●

Ciclistas paulistanos

45%
não se sentem seguros para pedalar na cidade

66%
dos que se sentem inseguros citam a falta de infraestrutura cicloviária

63%
citam que a criação de ciclovias/ciclofaixas os fariam pedalar mais

FONTE: TEMBICI/2024



NA WEB
Para saber mais sobre segurança viária, acesse o canal Maio Amarelo: **mobilidade.estadao.com/patrocinado/maio-amarelo/**

INÊS 249

ADOBE STOCK



Algumas vias da Pituba, bairro de Salvador (BA), têm novo limite de 40 km/h

Boas práticas

Cidades brasileiras alcançam resultados positivos com ações de segurança viária

Fortaleza, Salvador e Recife são capitais que estão reduzindo, a cada ano, os índices de mortalidade no trânsito

DANIELA SARAGIOTTO

Não é apenas de maus exemplos que vive o trânsito brasileiro: algumas cidades têm se destacado em segurança viária, com iniciativas que nem sempre são populares, mas evitam sinistros e, o mais importante, salvam vidas.

Um desses cases é Fortaleza, capital do Estado do Ceará, que é campeã na redução da mortalidade no trânsito do País, e uma das poucas cidades do Hemisfério Sul a atingir a meta estipulada pela ONU de diminuição, na última década, de 50% das mortes.

Um das principais medidas para alcançar tal feito é a diminuição dos limites de velocidade em diversos pontos, resultado do trabalho da coleta e análise de dados para mapeamento dos locais mais críticos. Foi com base nesse levantamento que a prefeitura descobriu, por exemplo, os locais onde os sinistros fatais aconteciam com mais frequência, podendo atuar para reverter a situação.

Atualmente, mais de 60 vias tiveram seu limite de velocidade readequado para 50 km/h. Como resultado, um estudo feito pela Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania (AMC) apontou uma redução de 68,1% na média de sinistros com mortes e 29,7% no índice de atropelamentos em vias contempladas pela política.

Além disso, a cidade alcançou, em 2022, seu oitavo ano consecutivo de redução das mortes no trânsito: foram 158 óbitos nas vias da cidade com taxa de mortalidade de 6,5 para cada 100 mil habitantes. O número é 58% menor comparado a 2014, quando 377 pessoas perderam a vida.

Análise dos dados
Na capital cearense, a tecnologia ajuda a identificar pontos críticos e orienta mudanças

Para Sergio Avelleda, especialista em mobilidade urbana, a principal medida que norteia os indicadores positivos é a adoção da metodologia Visão Zero. "Ela considera que o ser humano, mesmo muito bem treinado, vai errar em algum momento: ele pode estar com sono, distraído ou atrasado. E, quando isso acontecer, a infraestrutura das vias precisa estar projetada para evitar uma fatalidade", diz.

INTEGRAÇÃO MODAL. O sistema integrado de Fortaleza, que combina transporte público, malha cicloviária e a valorização dos passeios para os pedestres, contribui para a segurança. Em maio de 2023, a capital cearense foi a primeira colocada entre 275 cidades do mundo para o programa *Bloomberg Initiative for Cycling Infrastructure* (Bici), ação voltada para a infraestrutura cicloviária dos municípios selecionados e que destinou, com a premiação, US$ 1 milhão para investimento nessas estruturas.

MUDANÇA DE ENFOQUE. De acordo com Avelleda, Salvador (BA) também tem se destacado, com medidas de segurança viária e adoção de sistemas seguros do Visão Zero. "Não é apenas uma metodologia, mas uma mudança de enfoque de quem faz a gestão do sistema para que os erros dos motoristas não gerem fatalidades. E, também, o entendimento de que, quanto maior os limites de velocidade, maiores serão os danos às pessoas", explica.

No lançamento do programa Maio Amarelo na capital baiana, o prefeito Bruno Reis (União) mencionou redução de 13% nas mortes no trânsito em Salvador entre 2020 e 2023, além de diminuição de 38% no número de óbitos de pedestres na cidade.

Desde 2019, ao menos 15 vias de Salvador passaram por readequação dos seus limites de velocidade, todas registrando diminuição do número de vítimas de sinistros de trânsito após a medida. Além disso, 34 ruas do bairro Pituba tiveram seus limites alterados de 50 km/h para 40 km/h, dentro da iniciativa batizada de "Trânsito Calmo".

"A medida mais efetiva para redução da mortalidade no trânsito é a redução dos limites de velocidade. E, além de radares, é muito importante ter agentes nas vias"
Sérgio Avelleda
Especialista em mobilidade

MOTOCICLISTAS. Em Recife, capital pernambucana que também tem se destacado nos últimos anos, um importante aliado é o eixo de gestão de dados da Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano (CTTU), que auxilia na definição de políticas públicas em segurança viária. Até 2022, diversas iniciativas integradas resultaram na diminuição em 25% das mortes de pedestres, as principais vítimas do trânsito até aquele ano.

De acordo com a prefeitura, dados preliminares do Relatório de Segurança Viária do Recife, que será publicado na íntegra no final deste ano, apontam que a principal vítima fatal do Recife, agora, é o motociclista, representando 45% dos mortos. Dessa maneira, os principais esforços do Maio Amarelo, tanto na comunicação e educação, quanto na fiscalização, estão voltados para conscientização dos motociclistas, especialmente no que diz respeito ao excesso de velocidade. "A redução e o controle da velocidade são as medidas mais eficientes que temos para redução das mortes no trânsito", finaliza Avelleda.●

Vidas salvas

25%
é o índice de sobrevivência em colisão entre carro e pedestre a 50 km/h

90%
é o índice de sobrevivência no mesmo tipo de colisão a 30 km/h

FONTE: OMS



NA WEB
Para saber mais sobre segurança viária, acesse o canal Maio Amarelo: **mobilidade.estadao.com/patrocinado/maio-amarelo/**

INÊS 249

Cenário

Eletrificação poderá gerar R$ 200 bilhões por ano em novos negócios

Levantamento revela que mobilidade elétrica será capaz de fomentar toda a cadeia de valor no País a partir de 2030

MÁRIO SÉRGIO VENDITTI

ADOBE STOCK



Segundo estudo recente, de 2% a 11% da frota total de leves será eletrificada em seis anos

Os recentes investimentos anunciados pelas montadoras para o Brasil, que superam R$ 120 bilhões, deverão desencadear um círculo virtuoso em todo o ecossistema da eletromobilidade nacional. A projeção é que, a partir de 2030, o segmento será beneficiado por um potencial de R$ 200 bilhões anuais por novos negócios.

Esse é o resultado de um minucioso estudo da Mirow & Co., consultoria de estratégia que atua nos setores automotivo e energético. Segundo a empresa, de 2% a 11% da frota total de carros leves será eletrificada daqui a seis anos.

Para que eles rodem com a infraestrutura necessária, a soma bilionária irrigará quatro segmentos da cadeia de valor: além das fabricantes, estão incluídos setores de serviços, gestão de recarga e fornecimento de energia.

“A rigor, o estudo começou em 2019, mas o mercado de carros elétricos ficou estagnado, principalmente no período da pandemia”, afirma Felipe Diniz, sócio da Mirow & Co. e líder do estudo. “O cenário era de automóveis muito caros de BMW, Volvo e Mercedes, por exemplo. A chegada dos chineses mudou a chave.”

MARCO ZERO. Ele conta que o período para planejamento de todo o ecossistema da mobilidade elétrica já está em andamento. “O programa Mover, do governo federal, e a série de anúncios de investimentos das montadoras para produção de veículos eletrificados compõem o marco zero do processo de eletrificação da frota e de várias transformações que ela provocará no mercado”, acentua.

Sacudida no mercado
Dois terços do market share de elétricos 0 km emplacados no Brasil custam até R$ 120 mil

O estudo ouviu empresas da cadeia de valor, usuários e provedores de energia. Depois de cruzar os dados e refinar análises e premissas, a Mirow & Co. consolidou os resultados.

“Há vários aspectos que devem ser considerados visando o horizonte de análise de 2030, como a evolução do mercado de elétricos usados nos próximos anos, as fabricantes que pretendem se estabelecer no País e a bateria que está ficando mais barata, deixando os preços dos veículos competitivos”, destaca o executivo.

Diniz reforça que, de 2016 a 2022, a frota brasileira de veículos elétricos cresceu 122%, enquanto Estados Unidos, Europa e China registraram aumento de 32%, 60% e 65%, respectivamente. De janeiro de 2023 ao mesmo mês de 2024, a compra de automóveis leves plug-in evoluiu quase 250%.

MAIS ATRATIVOS. A expansão continua, mas dois terços do market share de elétricos zero quilômetro emplacados no Brasil custam até R$ 120 mil, como BYD Dolphin Mini, Chery iCar e Renault Kwid e-Tech. “Isso abre a perspectiva de o segmento criar um mercado de massa”, diz.

O estudo da Mirow & Co. mostra também que os elétricos são mais atrativos economicamente do que os veículos com motor a combustão para quem roda, no mínimo, 30 mil quilômetros por ano. Ou seja, principalmente taxistas e motoristas de aplicativo.

Quem dirige, em média, 13 mil quilômetros/ano sentirá as vantagens de possuir um elétrico a partir de 2028. Como reflexo da produção de eletrificados, cujo início está previsto para 2025, o custo total de propriedade dos automóveis será igual ao veículo a combustão em quatro anos.

“O cálculo leva em conta os gastos para compra e manutenção de um BYD Dolphin, um dos modelos elétricos mais populares e com autonomia anunciada de 280 quilômetros”, aponta.

FUSÕES NO FUTURO. O relatório faz uma previsão interessante. “A eletrificação promoverá novos negócios entre empresas de eletromobilidade, como de recarga e de distribuição de energia. Haverá fusões e aquisições com vistas a essa nova realidade”, diz Diniz.

Os segmentos de autopeças, manutenção de veículos e locação já são impactados pela eletrificação e a estimativa é de que, em 2030, sejam favorecidos pelo montante de R$ 17 bilhões anuais em negócios.

As locadoras igualmente representam um importante vetor para o desenvolvimento de novos negócios. Segundo a Associação Brasileira de Locadoras de Veículos (Abla), elas compram mais de um quarto da produção de automóveis no País. Os eletrificados começam a ganhar espaço nesse volume, com 3.300 unidades adquiridas em 2022.

Para as empresas de autopeças e manutenção, a oportunidade de gerar receitas está na especialização em serviços e produtos voltados para a eletrificação. Será uma forma de compensar o impacto provocado pelo baixo índice de manutenção exigido pelos elétricos, por causa do número bem menor de peças, componentes e sistemas.●

Análise

Recarga fará consumo de energia nacional aumentar, em média, 2%

O estudo feito pela Mirow & Co., que considera os hábitos em mercados mais desenvolvidos, aponta que de 73% a 84% das recargas de automóveis de passeio acontecerão em ambiente doméstico.

Dessa forma, os postos de combustível terão de se adaptar, no sentido de oferecer serviços de recarga e fornecimento de outras fontes de energia, como o gás natural veicular (GNV). Ao mesmo tempo, a venda de combustíveis líquidos (gasolina, etanol e diesel) entrará em queda.

A tendência é que os estabelecimentos se convertam em postos de multisserviços de mobilidade, atendendo principalmente os usuários que passam mais tempo fora de casa, como taxistas, motoristas de aplicativos e viajantes.

“Tais mudanças abrirão espaço para empresas especializadas em gestão de pontos de recarga e fabricantes de carregadores”, acredita Felipe Diniz. “Esse tipo de serviço também será essencial para frotistas, condomínios residenciais e comerciais, shopping centers e estacionamentos.”

No Brasil, o potencial do mercado de infraestrutura de recarga chega a R$ 14 bilhões anuais. Até 2030, a demanda de recarga de veículos elétricos aumentará o consumo de eletricidade do País em 2%. “Privilegiado por suas fontes renováveis, o Brasil está preparado para absorver esse gasto extra”, afirma.

Para a Mirow & Co., o crescimento no consumo provocado pela eletrificação automotiva não deve impactar significativamente os segmentos de geração e de transmissão. O aumento vai se refletir na distribuição, gerando potencial de R$ 10 bilhões anuais para as companhias. ●



NA WEB
Para saber mais sobre eletrificação no setor de transporte, acesse: **mobilidade.estadao.com.br/patrocinado/planeta-eletrico**

Cadeia de valor

R$ 167 bilhões
Setor automotivo: fabricação e venda

R$ 17 bilhões
Serviços: autopeças, manutenção e aluguel de carros

R$ 14 bilhões
Recarga: infraestrutura de recarga pública e privada e soluções de recarga

R$ 10 bilhões
Setor elétrico: energia para suprir a demanda

FONTE: MIROW & CO.

Carros voadores

Várias cidades podem virar rota para eVTOLs

Confira os municípios com capacidade para permitir a operação desse novo tipo de aeronaves nos próximos anos

FELLIPE GUALBERTO

VERTICAL CONNECT/DIVULGAÇÃO



Carros voadores como o Gênesis-X1, da Vertical Connect, podem fazer parte da paisagem em breve

São Paulo e Rio de Janeiro são apontadas como as principais cidades brasileiras que podem receber eVTOL (sigla em inglês para veículo elétrico de pouso e decolagem vertical) e infraestrutura para vertiportos nos próximos três anos. Ao mesmo tempo, municípios a até 160 km dessas capitais também são cogitados como possíveis pontos de embarque e desembarque.

No Estado de São Paulo, alguns exemplos são Campinas, Jundiaí e Sorocaba. Já no Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Petrópolis e Teresópolis são opções dentro do raio de voo das aeronaves cariocas.

O limite de 160 km é ditado pela capacidade atual das baterias que movem as aeronaves. No entanto, também representa um mercado promissor para companhias aéreas. "Não existe serviço aéreo para atender distâncias entre 100 km e 300 km. Aviões não operam em menos de 300 km e carros tornam essas viagens demoradas", afirma Camilo Oliveira, responsável pelas relações institucionais da Azul.

INFRAESTRUTURA. Apesar de estar no alcance dos eVTOLs instalados nas capitais, cidades de menor porte não devem receber carros voadores tão cedo. Sérgio Ceccuta, sócio da SMG Consulting e especialista em mitigação de riscos, aponta que, no Brasil, veremos o começo da mobilidade aérea avançada em São Paulo e Rio de Janeiro. "Posteriormente, deverá chegar em Brasília e Belo Horizonte", afirma.

Na visão do especialista, capitais e centros financeiros devem receber primeiro os vertiportos. Nessa etapa, os voos irão ocorrer apenas dentro das cidades e, depois, em municípios menores. "No próximo ano, não espere ir de São Paulo ao Rio de Janeiro de eVTOL", diz Ceccuta.

A capital de São Paulo deve ser a primeira a receber eVTOL, em parte porque os paulistanos estão mais acostumados com helicópteros. Ela é a cidade com mais naves dessas do mundo, com uma frota com mais de 200 helicópteros e a única com centro de comando para veículos do tipo.

Rogério Prado, CEO da PAX Aeroportos, sintetiza o cenário dizendo que "a operação de eVTOLs começará em São Paulo, mas deve se desenvolver para o Rio de Janeiro". A infraestrutura do Rio é menor e o relevo é mais desafiador.

Ele afirma que vê os vertiportos, em um primeiro momento, como uma extensão natural dos aeroportos e que Campo de Marte e Jacarepaguá são opções para começar. Sérgio Ceccuta, concorda que os voos devem iniciar, primeiro, em aeroportos. "No começo, será utilizada estrutura já existente. Em uma segunda onda, os eVTOLs usarão telhados de shoppings e edifícios, e será nesse momento que começaremos a construir os vertiportos", finaliza o executivo.●



NA WEB
Para ler mais notícias sobre mobilidade urbana, acesse:
mobilidade.estadao.com.br

Aquático-SP

Novo sistema já transportou 6 mil pessoas

Até o dia 20, modal hidroviário com operação assistida já havia feito 150 travessias na Represa Billings

ERICK SOUZA

PMSP/DIVULGAÇÃO



Operação funciona das 10h às 17h. Até dezembro, a travessia pode ser realizada gratuitamente

Durante a primeira semana de operação do AquáticoSP, cerca de seis mil pessoas foram transportadas sobre as águas da Represa Billings, na capital paulista. Em sete dias, o transporte público hidroviário inaugurado no dia 13 realizou 150 cruzamentos na Zona Sul. A operação assistida funcionou das 10h às 16h.

O AquáticoSP opera entre os terminais Cantinho do Céu e Parque Mar Paulista Bruno Covas e leva, em média, 15 minutos para realizar a travessia. O trajeto com mesmo ponto de saída e de destino, feito por terra, leva cerca de 1h20.

NOVO HORÁRIO. O novo serviço de transporte atende, principalmente, 385 mil moradores dos bairros Grajaú, Cocaia e Pedreira. Desde o dia 20, a operação passou a funcionar das 10h às 17h. Até dezembro, os passageiros podem fazer a travessia gratuitamente. Após esse período, o sistema terá integração com o Bilhete Único, inclusive com passagens gratuitas aos domingos.

EMBARCAÇÕES. Até o momento, o transporte hidroviário conta com duas embarcações. Uma delas é a *Bororé I*, que tem 5,6 metros e atravessa a represa em cerca de 17 minutos. A segunda embarcação, que tem capacidade para transportar até 30 passageiros, faz o percurso em cerca de 12 minutos.

O *Bororé I* oferece equipamentos e construção acessíveis, com espaço para cadeirante. Além disso, o veículo conta com área para bicicletas, ar-condicionado, tomadas USB, televisão, conexão de internet e sanitário.

Durante a inauguração, a Prefeitura de São Paulo informou que alugou mais uma embarcação para o Aquático SP, além dos dois barcos já disponíveis. Dessa forma, o governo municipal deverá pagar R$ 45 mil por mês no aluguel do novo veículo, com capacidade para transportar 30 pessoas.

Entretanto, a embarcação vai operar apenas se a demanda do público for alta, evitando superlotação das naves da prefeitura, que transportam até 60 pessoas por viagem.

Além das embarcações, a prefeitura passou a oferecer duas linhas de ônibus elétricos que conectam os terminais hidroviários com o bairro do Cantinho do Céu e o Terminal Santo Amaro. O mesmo serviço permite, também, realizar integração com o transporte sobre trilhos. ●



NA WEB
Para ler mais notícias sobre mobilidade urbana, acesse: mobilidade.estadao.com.br